



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

DANIELE RIBEIRO DO VAL DE OLIVEIRA LIMA SANTA BÁRBARA

*“Diários sobre a ditadura:
O que seus filhos têm a dizer?”*

**RIO DE JANEIRO
UFRJ/2004**

DANIELE RIBEIRO DO VAL DE OLIVEIRA LIMA SANTA BÁRBARA

**DIÁRIOS SOBRE A DITADURA:
O QUE SEUS FILHOS TEM A DIZER?**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro:
Curso de Pós-Graduação em Serviço
Social.**

Orientador: Prof. Dr^a Suely Souza de Almeida

**Rio de Janeiro
2004**

DANIELE RIBEIRO DO VAL DE OLIVEIRA LIMA SANTA BÁRBARA

**DIÁRIOS SOBRE A DITADURA:
O QUE SEUS FILHOS TEM A DIZER?**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau Mestre. Área de Concentração: Identidade e Movimentos Sociais.

Aprovado em Janeiro de 2004.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Suely Souza de Almeida – orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Maria Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a Maria Lídia Souza da Silveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2004

À minha mãe Suely, que com sua dedicação e afeto ofereceu as bases para minha vitória.

Ao meu marido Marcelo, que com seu amor e amizade me desafiou diariamente a conquistar mais uma etapa na jornada acadêmica.

Ao meu pai e ao meu avô, que mesmo com a ausência física, permanecem presentes em minha mente e em meu coração.

AGRADECIMENTOS

O momento do agradecimento é sempre delicado.

Não pela beleza do ato, que demonstra respeito e reconhecimento às pessoas que se fazem presente em nosso dia-a-dia, nos dando força, sugestões, atenção, carinho, que se mostram companheiras e amigas. Mas porque sempre corremos o risco de esquecer alguém, de aparentar mais atenção a um, que a outro, de não conseguir expressar o carinho e a consideração por todos.

Por isso prefiro não citar nomes. Quero agradecer, de forma geral, a todos que, junto comigo, construíram o resultado deste trabalho. Cada um saberá sua contribuição, receberá minha gratidão, e se sentirá abraçado; um abraço sincero, pois um abraço assim é um profundo gesto de carinho.

A familiares, amigos, companheiros de trabalho, orientadores ou colaboradores, meu muitíssimo obrigado.

E àqueles que permitiram o desenvolvimento dessa pesquisa, doando parte de seu tempo a me conceder entrevistas, trocar e-mails, indicar material, esse agradecimento não é o bastante. Sinto-me obrigada a ressaltar que sem eles eu não estaria agora, sequer, escrevendo essa página. Mais do que agradecer por este trabalho tenho que mostrar minha profunda consideração e gratidão pela viagem histórica e emocional que me levaram a fazer, e pelo rico conteúdo crítico que me fizeram apreender.

Por fim, como esse espaço é de expressão de sentimentos, peço licença para registrar um inusitado obrigado: ao meu cachorro Líber, que com seu carinho e travessuras me fez sorrir em momentos de insegurança e angústia.

Muito obrigada.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1: ALGUMAS HISTÓRIAS PARA CONTAR.....	29
1.1 MEU PAI-HERÓI: ANTÔNIO RAYMUNDO LUCENA.....	34
• <i>Ângela Telma de Oliveira Lucena</i>	34
• <i>Adílson de Oliveira Lucena</i>	38
• <i>Ariston de Oliveira Lucena</i>	43
• <i>Denise de Oliveira Lucena</i>	47
1.2 RETRATO EM PRETO E BRANCO: MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA - UM VETERANO NA LUTA.....	48
• <i>Lúcia Vieira Caldas</i>	48
1.3 SEM DIZER ADEUS: JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS	54
• <i>Ivan Seixas</i>	54
1.4 A LENDA DOS HOMENS DA MATA: ANDRÉ GRABÓIS	59
• <i>João Carlos Grabóis</i>	59
1.5 A MOEDA DE UM LADO SÓ? VIRGÍLIO GOMES DA SILVA	64
• <i>Gregório Gomes da Silva</i>	64
• <i>Vladimir Gomes da Silva</i>	68
• <i>Virgílio e Isabel Gomes da Silva</i>	73
1.6 O MELHOR DE MIM: LINCOLN BICALHO ROQUE	74
• <i>Tatiana Roque</i>	74
CAPÍTULO 2: PÁGINAS NEGRAS ESCRITAS EM VERMELHO-SANGUE: O OUTRO LADO DA HISTÓRIA	78
• RESGATANDO A HISTÓRIA: A INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO CENÁRIO HISTÓRICO-POLÍTICO BRASILEIRO E O DESENROLAR DO TAPETE QUE NOS LEVA AO ANO DE 1964	78
• 1964: GOLPE OU CONTRA-REVOLUÇÃO?	92
• OS MECANISMOS DE MANUTENÇÃO DA ORDEM	98
• MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E DE FAMILIARES NA RESISTÊNCIA À DITADURA: BUSCAS, ENFRENTAMENTO E DENÚNCIAS	110

CAPÍTULO III: O QUE OS FILHOS TÊM A DIZER? 118

- MEMÓRIAS DE UMA VELHA INFÂNCIA? 120
- O MAPA DO MEU NADA... PRODUZINDO SUBJETIVIDADES 129
- COMO SE CONSTITUÍRAM POLITICAMENTE OS “FILHOS DA DITADURA”? 141
- ERA ASSIM QUE AS COISAS ACONTECIAM... E ERA ASSIM QUE EU VIA TUDO ACONTECER... 147
 - Ditadura militar*..... 149
 - Luta armada e participação dos pais* 150
 - O contexto democrático e as ações do governo no caso dos mortos e desaparecidos políticos*..... 152

CAPÍTULO IV: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS, DITADURA MILITAR E SERVIÇO SOCIAL 155

- OS DIREITOS HUMANOS E A SOCIEDADE BRASILEIRA 163
- A HERANÇA DA DITADURA MILITAR PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA 167
- O LEGADO DOS “FILHOS DA DITADURA” 170
- DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: UMA ALIANÇA QUE DEVE SER CONSOLIDADA 180

CONSIDERAÇÕES FINAIS 186

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 193

DADOS HEMEROGRÁFICOS 200

FILMES E VÍDEOS 201

SEPARATA 204

RESUMO

As páginas que compõem o presente trabalho foram desenvolvidas de forma a pensar sobre a produção de subjetividade dos filhos de militantes políticos, mortos ou desaparecidos, durante o período ditatorial brasileiro (1964-1985).

Com a exposição de subjetividades tão marcadas pela dor, pela perda, pelo medo e pelas incertezas, mas também pela esperança, pelo orgulho e pela luta, os “*filhos da ditadura*”, como são identificados neste trabalho, trouxeram “novos” fatos relativos ao passado recente de nossa história, o que permitiu uma reflexão emocionada sobre os efeitos da violência – seja ela política ou social, física ou psicológica, direta ou indireta – no processo de constituição dos sujeitos.

O objetivo deste estudo é expor mais uma face do período da ditadura militar, tempo em que o Brasil foi subjugado por um regime de repressão política, promovida pelo Estado, contra o avanço comunista: o “perigo vermelho”, encarnado nos sujeitos que com coragem e ideais enfrentaram o regime militar. Por meio das narrativas dos “*filhos da ditadura*”, contamos um pouco da vida daqueles que estavam silenciados, mas que aos poucos se apresentam e passam a fazer parte da história viva desse período.

Estas páginas são, a um só tempo, um registro documental e um desabafo coletivo. Um grupo de filhos em busca de esclarecimentos e justiça sobre a morte e desaparecimento de seus pais, exigindo respeito à identidade, à luta e aos direitos humanos desses cidadãos brasileiros que foram violentamente neutralizados em suas contestações políticas, muitas vezes com oposição armada, ao golpe instaurado em 1964.

Uma parte da herança da ditadura pode agora ser conhecida com a abertura dos diários de seus *filhos*.

Palavras-chave: subjetividade, memória, direitos humanos e ditadura militar.

ABSTRACT

This work aims at reflecting upon the subjectivity production of the sons of political activists who were dead or lost during the Brazilian dictatorial period (1964-1985).

The exhibition of *subjectivities* so full of pain, lost, fear and uncertainties, but also hope, pride and fight, the "sons of dictatorship" - as they are called throughout this work - brought "new" facts related to our recent history, allowing an emotional reflection about the effects of violence - political, social, physical or psychological, direct or indirect violence - in the process of subject constitution.

Thus, the aim of this study is showing one more side of the dictatorship period, when Brazil submitted to a political repressive regime promoted by the State against the communist advance: the "red danger", performed by the subjects who fought the military regime with courage and ideals. Through the narratives of the "sons of dictatorship", we tell some of the story of those who were silenced, but, little by little, showed up and started to take part in the live history of that period.

These pages are, at the same time, a document register and a mass *catarse*. A group of sons searching for clarifying and justice about the death and lost of their parents, requiring the respect for identity, fight and human rights of these Brazilian citizens who had their political plights violently neutralized, many times through armed opposition to the 1964 coup.

A part of the dictatorship inheritance can be now known, through the opening of its *sons'* diaries.

Key-words: subjectivity, memory, human rights and dictatorship.

APRESENTAÇÃO

Minha inserção na pesquisa intitulada “Violência Estatal e Lutas Sociais: a constituição da mulher como sujeito”, do núcleo de pesquisa GECEM (Gênero, Etnia e Classe – Estudos Multidisciplinares) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹ foi o primeiro passo na oportunidade de conhecer um período da história do Brasil que eu pouco conhecia: a ditadura militar dos anos de 1964 a 1985.

Minha participação nesta pesquisa abriu-me as portas para um universo de diferenciados matizes, permitindo, particularmente, minha aproximação com o estudo dos *anos de chumbo*, iniciados poucos anos após a instauração do regime militar, e que assim ficaram conhecidos por comportar os acontecimentos repressivos mais duros, violentos e arbitrários que marcaram esse período.

A pesquisa iniciou-se com o objetivo de compreender como se moldaram as subjetividades de mães que perderam seus filhos, durante a ditadura militar, e de mulheres que sofreram a perda de familiares nas diversas chacinas ocorridas nos anos 90 e que se inseriram, no cenários público e político, por meio da procura de informações e de justiça frente a esses acontecimentos. A busca por compreender a constituição de mulheres como sujeitos sociais e políticos se dá a partir da tentativa de se descortinar a relação existente entre a violência perpetrada pelo Estado, durante o regime militar iniciado em 1964, e a violência policial da década de 90.

¹ Na minha formação acadêmica, quando da graduação na ESS/UFRJ, participei, de fevereiro de 1997 a julho de 2000, do núcleo de pesquisas do GECEM. Num primeiro momento (os dezessete meses iniciais), colaborei numa pesquisa cujo tema era “Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade”. Com sua conclusão, fui deslocada para um novo projeto de pesquisa, inicialmente intitulado “Violência Estatal, Estruturas Familiares e Constituição de Sujeitos”, do qual participei durante os últimos vinte e quatro meses de minha graduação.

Dessa forma, estava em curso a reconstrução de parte das histórias de vida dessas mulheres; o resgate dos projetos familiares existentes antes desses acontecimentos, e a identificação das transformações ocorridas nesses projetos após a violência sofrida.

Ao término de minha graduação, a pesquisa encontrava-se em fase de estudos sobre o período ditatorial, o que não me permitiu uma maior aproximação da discussão a ser desenvolvida sobre a violência na década de 90. Contudo, a oportunidade de conhecer melhor parte da história de nosso país – por meio da leitura de literatura específica e a partir do relato de personagens que viveram direta ou indiretamente essa experiência – viabilizou a elaboração de algumas questões que deram corpo a esta proposta de estudo.

O acesso aos núcleos familiares dos militantes políticos, sob a ótica do relato oral materno, e a participação na coleta de dados que auxiliaram na constituição das histórias de vida dessas mães possibilitaram-me chegar a informações sobre os filhos de alguns dos militantes políticos que perderam a vida durante o período ditatorial. Filhos que, crianças ou adolescentes, cresceram num contexto político conturbado, que influenciou diretamente as suas vidas social e familiar.

A ditadura militar não só produziu o “milagre brasileiro” – período de crescimento da economia do país, com índices de inflação mais baixos e maiores investimentos de capital estrangeiro, de desenvolvimento do capitalismo, associado, porém, a uma clara intervenção e regulação estatal; produziu também muitas “vítimas brasileiras”: cidadãos que questionaram, contestaram ou enfrentaram a ditadura, em seus múltiplos aspectos (econômico, político, civil, social etc.), e acabaram sendo por ela presos, perseguidos, torturados ou mortos.

Dentre essas vítimas, temos ainda alguns “órfãos brasileiros”. Órfãos de pai, de mãe ou de ambos, gerados na repressão e despertados pela dor. Crianças ou adolescentes “*filhos da ditadura*”. *Filhos* que a ditadura negou.

Esses *filhos*, de cuja existência poucos sabem, ou pouco se conhece de suas histórias, têm nomes, sentimentos, expectativas. Antes de serem *filhos*, são pessoas, são vidas. O que sentem? O que pensam? Que trajetórias percorreram? Que caminhos e possibilidades lhes foram reservadas? Que percepções do mundo carregam?

Por isso, ao elaborar minha proposta de pesquisa para a dissertação de mestrado, decidi manter-me na mesma linha temática – subjetividade, constituição de sujeitos e direitos humanos no contexto do regime militar no Brasil – mas delimitei como objeto de estudo a relação entre a elaboração de experiências de violência, perda e luta, e a produção das subjetividades dos *filhos* de militantes políticos que foram mortos pelo Estado militarizado.

Como proposta inicial, pensei em identificar e compreender como esses filhos construíram estratégias de sobrevivência e existência, como organizaram e deram sentido a imagens e realidades destruídas, como (re)construíram suas vidas ao longo dos anos. Ademais, estabeleci objetivos “adjacentes”, necessários para elucidar o pano de fundo político e social desse *processo de subjetivação* que me propus a estudar.

Neste sentido, foram sete (7) as questões que mereceriam minha dedicação reflexiva no decorrer da escritura da dissertação:

1. Analisar como a experiência da violência estatal contribuiu para a elaboração e produção de subjetividades de filhos que perderam seus pais pelas mãos armadas do Estado militarizado;
2. Perceber se o estigma “ser filho de subversivos/terroristas” foi absorvido ou não pelos filhos, e em que medida essa imagem, socialmente construída, influenciou na construção de uma identidade social, e como isso rebateu em suas subjetividades;
3. Identificar as mobilizações políticas e/ou sociais, decorrentes da experiência vivida,

- atentando para qual aspecto prepondera, o individual/particular ou o social/coletivo;
4. Denunciar mais uma violação dos direitos humanos ocorrida no período ditatorial (processo de “retalhação” na vida desses filhos);
 5. Contribuir na luta pelos direitos humanos e pela conquista de uma cidadania plena, conforme o compromisso estabelecido no Código de Ética do Assistente Social;
 6. Refletir sobre o “aspecto geracional” do desrespeito aos direitos humanos, enfatizando sua continuidade e não apenas sua repetição;
 7. Auxiliar na desconstrução de uma história oficial, com a divulgação de mais uma versão dos acontecimentos daquele período, a partir da exposição de situações de vida dos *filhos*, encobertas pelo manto do esquecimento.

Até o momento da realização das entrevistas eu me encontrava firme neste propósito, apesar das dificuldades iniciais com bibliografias, pelo ineditismo da pesquisa², pela aproximação com um tema tão particular e dolorido, pela sensação de invasão da privacidade desses *filhos*.

Após os depoimentos colhidos, porém, constatei que trabalhar com a categoria *subjetividade* iria requerer uma aproximação com o cotidiano de vida desses filhos que eles não pareciam dispostos a permitir. Falar da história, dos acontecimentos, discorrer sobre a luta dos pais não era o problema; ao contrário, faziam questão de contar a versão “extra-oficial”. Mas falar de si foi o “empecilho invisível” que quase todos colocaram. Desde os primeiros contatos, em que me deparei com filhos que não se dispuseram a falar sobre suas histórias, e depois, com a leitura dos depoimentos transcritos daqueles que aceitaram o convite para a narrativa, fui percebendo e confirmando essa dificuldade.

2 Até então a única obra que apresentara ao público os filhos da ditadura foi o documentário “15 Filhos”. Apresentado pela primeira vez em 1996, na Unicamp, ganhou o prêmio Sol de Ouro no Festival de Videobrasil categoria documentário. Suas autoras e produtoras foram Maria Oliveira e Marta Nehring, filhas de mortos e desaparecidos políticos.

Os 9 (nove) filhos que concederam os depoimentos queriam, sem exceção, mas talvez em graus diferenciados, falar de si por meio da história paterna³; estavam mais preocupados em legitimar e esclarecer a história de luta dos pais do que em compartilhar as experiências particulares (e subjetivas) que vivenciaram durante sua infância e/ou adolescência.

Não pretendo com isso afirmar que tal situação não faça parte de suas histórias. É perfeitamente compreensível a postura que apresentaram, tanto que ela tornou-se um dos campos para reflexão. Todavia, senti que insistir em conhecer melhor a história de cada um poderia trazer resultados diversos. Talvez uns nem quisessem abordar mais o assunto; outros manteriam a postura descrita, protegendo a narração de passagens mais doloridas, intimistas ou “reveladoras” de suas subjetividades; talvez um ou dois se disponibilizassem a uma narração passo a passo compartilhada com a ouvinte.

Destarte, conclui que manter o equilíbrio na “quantidade”⁴ de encontros com os *filhos* me permitiria identificar quais os aspectos “espontâneos” que elegeram para apresentar, quais eles permitiram passar, pela peneira da publicização de suas histórias, para mim, uma desconhecida⁵.

Com isso, mudei a ênfase nas minhas análises. Mantive a atenção para a análise sobre o processo de subjetivação desses *filhos* – os depoimentos deram pistas importantes para tanto. Todavia, uni os outros objetivos de forma a haver maior facilidade de trânsito entre eles, dando especial atenção para o “pedido” de cada um quanto à confecção desta dissertação: que ela fosse um “*grão de areia*”⁶ que estaria contribuindo para o resgate da

3 Todos os filhos entrevistados perderam o pai na luta contra a ditadura.

4 Não aprofundei as narrativas mesmo dos filhos que poderiam se disponibilizar a falar mais, pois optei por partir com todos do mesmo ponto, isto é, o que, num primeiro encontro, eles elegeram como importante de ser apresentado.

5 Não quero dizer que descartei sem maiores considerações a conquista de confiança desses filhos para que pudessem se colocar de forma mais “aberta”. Entretanto, considerei melhor ouvir o que quiseram compartilhar de forma espontânea, sem pressões, respeitando os limites de cada um. Houve um filho que pediu, até mesmo, para não gravar determinadas falas (e nem anotá-las).

6 Um dos filhos depoentes, Adilson, utilizou essa expressão.

história, sendo mais um dos espaços de informação e reflexão, que colocam em xeque a “incolumidade” da “história oficial”.

Resolvi, então, agrupar meus sete objetivos em três blocos:

1. Identificar e refletir sobre a constituição desses *filhos* como sujeitos sociais e políticos (seus processos de subjetivação), a partir da experiência de violência vivenciada;
2. Contribuir para a reflexão sobre os direitos humanos, indicando as faces de suas violações no contexto do regime militar, de forma a também legitimar o compromisso ético-político do assistente social com a temática dos direitos humanos, que em 1993 foi pela primeira vez registrado num Código de Ética Profissional;
3. Por fim, auxiliar no resgate da história da luta contra a ditadura militar brasileira, dando voz aos personagens que viveram essa mesma história, mas ficaram excluídos dela: os *filhos da ditadura*.

Dessa forma, conforme preconiza Vera Vital Brasil (2002, p.154)⁷, podemos ajudar a

[...] tornar visível como os efeitos dos silenciamentos têm repercutido nas produções de subjetividade contemporâneas, não somente dos atingidos direta ou indiretamente pela violência da ditadura militar, mas de uma série inteira de gerações.

A memória histórica de um povo, de uma sociedade, de uma nação, não deve ser contada unilateralmente. Por ser um instrumento de poder (LEGOFF, 1992), sua

⁷ Ferramentas para uma prática clínica voltada para os Direitos Humanos: a operação histórica. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (Orgs.). **Clínica e política**. Subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/ TeCorá, 2002.

construção tende a legitimar a ordem dos “vencedores”. O incentivo ao descobrimento e à publicização de outras versões, outros fatos, outros “atores”, deve ser constante. Senão, o que restaria aos considerados “vencidos”?

A história do período ditatorial militar brasileiro é progressivamente retomada, refletida, injetada com registros documentais de fatos antes omitidos, com depoimentos antes silenciados.

O contexto das liberdades políticas e civis do regime democrático vivido hoje viabiliza o desvelamento ou a exposições de fatos encobertos, que elucidam as versões dos diferentes atores que viveram sob a égide de um Estado militarizado. Várias são as obras que ferem o maniqueísmo dos “vencedores” e “vencidos” ou da “história oficial” e da “história extra-oficial”. Múltiplas formas de compreensão e análise do período ditatorial podem ser encontradas, como as obras de Jacob Gorender (1987), Carlos Fico (2001), Elio Gaspari (2002), dentre outros.

Embora este trabalho tenha sido realizado com a consciência de que não existe *uma* “história oficial”, pois há uma crescente publicização das diferentes versões e avaliações relativas ao período em que o Estado esteve militarizado, o leitor irá deparar-se, por vezes, com uma escrita que pode parecer “tendenciosa” e enfática no discurso “bipolar” das “história oficial” e “oficiosa”.

Esclareço que isto é fruto do que Pierre Bourdieu (1996, p.185) denomina de “cumplicidade natural do biógrafo”, que pode tender a seguir o discurso da fonte, que aceita o significado e o sentido criado pelo narrador na exposição de suas experiências.

Essa “cumplicidade” se apóia também nas observações de Ruth Cardoso (1986), que, ao discorrer sobre o método na pesquisa, ressalta que “um pesquisador capaz de uma ‘boa’ interação com as minorias ou grupos populares será sempre um porta-voz de seus anseios e carências, logo, da sua verdade”.

A autora em referência discute a relação intersubjetiva que é construída entre o pesquisador e seu informante, pois este não é um encontro de “indivíduos autônomos e auto-suficientes”. Para ela, “a subjetividade que não fomos treinados para controlar teima em se fazer presente e isto porque ninguém mais defende a noção de ‘neutralidade’ que os manuais positivistas propunham como condição da ciência”. (p.104)

O presente trabalho pretende configurar-se como mais um instrumento informativo e reflexivo do período em referência, com o compromisso estabelecido com as “fontes” que permitiram seu desenvolvimento: os *filhos*.

A eles, o processo histórico concedeu duas possibilidades de escolha: conformarem-se com a herança, deixada pela ditadura militar, de lembranças de violência, dor, perdas, marginalização, dificuldades, incertezas, mistérios e medos; ou tentarem romper com o silêncio que perpassa nossa sociedade quanto aos fatos relativos aos anos ditatoriais, aos mortos ou desaparecidos políticos ou à luta de seus familiares.

A escolha dos *filhos* foi pela segunda opção.

Não há dúvidas sobre os significados que o período histórico em referência possui para a sociedade brasileira. Significados diversos, de acordo com os segmentos sociais que os analisam, seja porque o viveram, o promoveram ou o contestaram, seja por motivação de pesquisa. O período da ditadura militar brasileira é um campo fértil para análises críticas.

De acordo com Otávio Ianni (1986):

As idéias, as explicações, as racionalizações, como se queira, o retórico, o discurso sobre 64, é algo que precisa também ser estudado para se conhecer o que realmente aconteceu. Quer dizer, a realidade histórica, os fatos, não estão inocentes de interpretações, já estão impregnados de interpretações [...] A realidade está sempre impregnada, recoberta de interpretações que precisam ser desvendadas, para que possamos explicar o real. Daí esse caráter sempre, vamos dizer assim, polêmico da reflexão dialética. (p. 9-11)

Neste sentido, optamos pelo tema em questão por considerarmos sua análise útil para contribuir com a compreensão da realidade histórica atual, particularmente, no que tange a reflexão sobre os direitos humanos, cuja discussão envolve, inclusive, uma estrutura de repressão do Estado que remonta ao regime militar.

E o Serviço Social, categoria profissional que tem como um dos princípios constitutivos de seu Código de Ética a defesa e o respeito aos direitos humanos, precisa constantemente amadurecer o significado desse aspecto tão importante na formação ético-política do assistente social, cujo debate vem ganhando cada vez maior centralidade.

A partir deste momento, o trabalho estará dividido em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

A parte introdutória mostra os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, tanto no que diz respeito ao trabalho empírico quanto à análise dos textos e dos depoimentos, por intermédio da apresentação das categorias de análise que foram identificadas e trabalhadas.

No primeiro capítulo, apresento o resumo das histórias de nossos entrevistados, permitindo ao leitor a aproximação com as trajetórias, as experiências e os sentimentos de cada *filho*.

No segundo capítulo, resgato a história do período ditatorial brasileiro, dando atenção às práticas intervencionistas dos militares no decorrer da história anterior ao golpe de 1964, enfatizando os mecanismos de manutenção da ordem utilizados pelo governo militar.

As páginas que compõem o terceiro capítulo têm a finalidade de expor parte dos depoimentos colhidos, com algumas análises e reflexões engendradas, de forma a perceber, por meio das categorias identificadas, os processos de subjetivação desses *filhos*, a imagem e a avaliação que fazem do período ditatorial e da luta dos pais, e as estratégias de

sobrevivência desenvolvidas.

No quarto e último capítulo, busco pensar a temática dos direitos humanos, os efeitos e o legado de suas violações, e a importância de seu debate dentro do Serviço Social.

Por fim, exponho as últimas considerações sobre o tema apresentado, confessando minhas dificuldades, conflitos e emoções.

Com a consciência de que muitas considerações ainda podem ser feitas ou aprofundadas, creio que as páginas ora apresentadas são um convite ao conhecimento de um momento importante da história do Brasil, visto por mais um dos seus ângulos possíveis.

INTRODUÇÃO

Pensar sobre “produção de subjetividades” é pensar sobre uma dimensão muito particular do sujeito, é entrar no mundo das estruturas mentais, é tentar traduzir a processualização interna de significados e sentido de sua existência (Cornelius Castoriadis, 1999).

Com efeito, os pontos identificados e as questões observadas durante os estudos preliminares para a confecção do projeto de pesquisa levaram-me a considerar que pensar as subjetividades dos *filhos da ditadura* significaria entrar numa dimensão “velada”, encoberta pela singularidade de cada indivíduo, o que pressupôs a utilização de um método de pesquisa que viabilizasse uma liberdade na transição do tema e das questões levantadas, que facilitasse uma maior articulação e empatia entre os sujeitos que exerceriam os papéis de entrevistador e entrevistados, permitindo uma maior “profundidade” dos dados a serem colhidos e estudados.

Optei, desta forma, por utilizar o método qualitativo de pesquisa, por este permitir uma maior ênfase nos aspectos emocionais e contextuais das respostas humanas, viabilizando um processo de desvelamento e descobrimento a partir de uma motivação investigativa e interpretativa do pesquisador, assim como o conhecimento de uma estrutura histórico-social na qual a ação social dos indivíduos está carregada de significados. É intenção, ao usar o método qualitativo de pesquisa, viabilizar uma maior compreensão desses significados e considerar os aspectos subjetivos e objetivos dos processos sociais.

Conforme Miriam Goldemberg (1997, p.14)

[...] na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”.

Assim, elegemos como técnica de pesquisa o relato oral, que se constituiu um instrumento de acesso ao “vivido subjetivo” (PEREIRA, 1991), objetivado pelo sujeito, durante sua narrativa.

A opção pelo relato, ou história oral, se deve pelo fato dessa técnica

[...] apresentar-se útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não-conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; servia, pois, para captar o não-explicito, quem sabe mesmo o indizível (QUEIROZ, 1991:02).

Não foi propósito da pesquisa a constituição de histórias de vida⁸. Nossa pretensão foi condensar “experiências de vida” — diversificadas, mas originárias de um mesmo contexto de dor, perda e luta, dos que chamamos de *filhos da ditadura*. Quem são, e como são, essas pessoas? De acordo com a afirmação de Renato Mezan (1997): “quem diz subjetividade, diz modo ou modos de ser” [página 16].

Com a história oral quisemos atingir o coletivo por meio do singular, conforme nos aponta Pereira (1991):

Os relatos orais permitiriam esclarecer o lado subjetivo dos processos sociais [...] e só através das histórias de vida pode-se verificar realmente como esses processos são experimentados, vividos e sentidos pelos indivíduos. (p. 120)

E também Queiroz (1991), que, ao apresentar a história de vida como “técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com a social”, e que é construída por meio do relato oral, a define como “o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência

8 Não pretendo fazer uma biografia dos entrevistados, nem mesmo registrar um relato autobiográfico. Objetivo apenas apreender alguns significados de vida desses filhos, colher alguns depoimentos de experiências que contribuíram para a constituição de suas subjetividades.

que adquiriu”, afirmando que “a história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores”.⁹

Pierre Bourdieu (1996), nos permite complementar as autoras supracitadas ao dizer que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva de um projeto”. [p. 184]. Ou seja, o autor infere que o relato proferido apresenta um sentido, uma “lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva”, na qual o narrador torna-se o “ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência”. [p. 184-185].

A partir de entrevistas semi-abertas¹⁰, aproximamo-nos da história e das experiências de alguns desses *filhos*. A utilização dessa forma de coleta de dados foi importante para o processo de comunicação e interação social entre os sujeitos envolvidos. Logo, mantendo a espontaneidade do relato, interferimos o menos possível em suas narrativas, sempre atentos a não induzir respostas, mas a identificar passagens que correspondessem às pretensões de esclarecimentos e análises.

Com o cuidado de respeitar os limites e a espontaneidade de cada *filho*, apoiamo-nos em Pereira (1997), quando afirma que ao trabalhar com “memórias” e subjetividade

[...] o investigador se depara com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é próprio, decorrente de sua experiência de vida, é capaz de atribuir significado à sua ação e a seu discurso, expressando e articulando seu pensamento à sua maneira. (p. 112)

Mas romper com o silêncio que abafa experiências tão doloridas não é fácil.

Tampouco se torna tranqüilo o processo da escuta dos relatos sobre essas experiências. Por

9 A história de vida só pode ser construída por intermédio do relato oral. Neste sentido a redação parece equalizar os significados de história oral e história de vida. Contudo, apesar das similaridades, há diferenças, que foram identificadas a partir de outras literaturas, como em Queiroz (1991) e Bosí (1994).

10 Entrevistas semi-abertas são aquelas que permitem uma maior mobilidade na fala do entrevistado e na condução dos temas a serem propostos pelo entrevistador.

isso, permitir a fala espontânea e controlar a angústia da escuta podem ser consideradas metas que foram atingidas (com dificuldades), pois a ansiedade e a emoção tomaram narradores e ouvinte.

Os entrevistados podem ser divididos em dois grupos: *filhos* de militantes políticos mortos¹¹, cujos corpos foram encontrados e enterrados, e *filhos* de militantes políticos desaparecidos¹², ou seja: apesar da morte de fato, o corpo não foi localizado¹³. Há 3 (três) entrevistas no primeiro grupo e 6 (seis) no segundo, perfazendo um total de 9 (nove) relatos colhidos. Desses, três foram de mulheres e seis de homens.

Essa “divisão” foi intencional, pois acreditava serem duas condições peculiares de existência e significados. Percebi que as similaridades e as diferenças nos processo de subjetivação dos *filhos* de ambos os grupos de fato ocorrem; tornou-se interessante, então, identificar *como* ocorrem.

Todas as entrevistas foram analisadas individualmente, mas, nos casos de irmãos, a análise precisou também ser coletiva. No entanto, não segui a idéia inicial de tecer uma teia de situações que se configurariam como imagens relativas aos *filhos*, correndo o risco de cair na armadilha de estereotipar suas trajetórias de vida. Além disso, como já ressaltado na apresentação, procurei coadunar o interesse de pesquisadora com a demanda dos entrevistados: fazer desta dissertação um instrumento informativo, educativo e reflexivo.¹⁴

Foi unânime a expressão do desejo de se fazer dos relatos proferidos um meio de dar vida a um “outro lado” da história da ditadura militar brasileira, contado da perspectiva

11 São eles: Ivan, Lúcia e Tatiana.

12 São eles: Telma, Adílson, Ariston, Gregório, Vladimir e João Carlos.

13 O termo *desaparecido* é usado para definir a condição dos militantes seqüestrados, torturados e assassinados, durante o regime militar, que as autoridades governamentais não reconheceram. Já *morto oficial* é o termo que designa aqueles cuja morte foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressores.

14 Queiroz (1991) diz que enquanto nos relatos é o narrador quem decide o que falar, no momento da análise e da exposição dos dados é o pesquisador quem decide o que vai aparecer, e que os interesses nem sempre convergem. Em certo sentido, apesar da “triagem” realizada nos relatos, fui de encontro às observações trazidas pela autora, já que busquei coadunar os interesses da pesquisa com os dos entrevistados. Como já citado na apresentação deste trabalho, fui “cúmplice” dos narradores, e acabei exercendo o papel de “portavoz” da sua “verdade”, cuja função, segundo Cardoso (1986), “é tornar visível aquelas situações de vida que estão escondidas e que, só por virem à luz, são elementos de denúncia do *status quo*” (p. 95).

de vítimas “indiretas” da repressão. Os *filhos* se apresentam como responsáveis pela continuação da luta dos pais, talvez não no sentido social revolucionário, mas no de mostrarem que luta foi essa, por que ela existiu e para que fins ela se desenvolveu; e, com isto, esclarecer os mistérios que envolvem a morte e/ou o desaparecimento de seus pais.

Os resumos das histórias, desenvolvidas a partir das entrevistas, permitiram-me traçar “quadros-chave”¹⁵ de cada história individual, ou seja, as circunstâncias e os acontecimentos que circunscrevem seus depoimentos.

Os *filhos* que aqui estão apresentados foram contatados no eixo Rio-São Paulo. A escolha dessas duas cidades decorreu de algumas questões práticas: 1) serem os estados do Rio de Janeiro e São Paulo geograficamente muito próximos; 2) serem dois centros de referência importantes ao alojarem grupos ou instituições que trabalham com direitos humanos (com o exemplo do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/SP – referências centrais para o desenvolvimento de nossa pesquisa); 3) serem cidades nas quais reside um número significativo de *filhos* que poderiam ser entrevistados; 4) ser o Rio de Janeiro local de moradia da pesquisadora.

O processo de seleção da amostra dos *filhos* entrevistados contou com o auxílio do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/SP. Partimos não só da disponibilidade que cada um teve de expor suas experiências, como também da história política que eles herdaram de seus pais ou da expressão política que desenvolveram ao longo da luta por esclarecimentos e justiça acerca dos fatos que se relacionaram à morte de seus genitores. O cuidado na escolha dos entrevistados foi necessário para se respeitar os limites de cada indivíduo na abertura de seus “arquivos memoriais”, ou seja, no acesso a lembranças dolorosas ou encobertas pela

15 Foram eles: a herança do Araguaia na vida de um filho; o reviver da história de uma família (filhos) de desaparecido político, pelo filme “O que é isso Companheiro?”; a história de tortura sofrida por pai e filho juntos; a execução não reconhecida de um militante, presenciada pela esposa e três de seus quatro filhos, sendo que o mais velho, que não presenciou a execução, foi um dos únicos brasileiros a serem condenados nesse período à pena de morte em nosso país, por ter também participado da luta armada.

falta de informações. Falar sobre uma experiência, seja ela totalmente conhecida ou não, requer o resgate de uma história de vida dolorosa, do enfrentamento de “interditos” e da exposição de nostalgias.¹⁶

Fontes documentais e bibliografias também foram de suma importância para o desenvolvimento desta proposta de estudo. Não só para nos guiar nas “análises dos discursos”¹⁷, mas, ainda, por nos abrir caminhos para a compreensão do contexto social e político do período ditatorial e da transição democrática — cujas lutas pela redemocratização marcaram os processos de subjetivação dos *filhos*, que continuamente reconstruem sua “organização subjetiva, um molde para as experiências individuais” (Mezan, 1997, p. 13).

De acordo com Queiroz (1991), documentos e outras formas de coleta de dados podem complementar o relato oral, ou vice-versa, pois a “história oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar”. (p. 05)

Com a exposição das histórias narradas temos em mãos uma enorme responsabilidade, qual seja, a de reproduzir o significado das palavras de Cláudia Perrone (2002): “talvez precisemos mais de rememoração produtiva do que de esquecimento produtivo”.¹⁸

Compreender os impactos que as múltiplas formas de violência ocasionam no processo de subjetivação dos indivíduos, denunciar as consequências atuais das violações aos direitos humanos durante o período ditatorial e apresentar parte da história brasileira por meio do que foi vivido e agido pelos *filhos* — que ao narrarem suas histórias não só

16 Para a compreensão dos fatos recorreremos, dentre outros, aos conceitos de “nostalgia aberta” e “nostalgia fechada” discutidos por Irene Cardoso Ribeiro (1996) e apresentados no capítulo 3.

17 Consideramos a análise do discurso como um mediador para a compreensão dos processos sociais, biológicos, psíquicos e/ou culturais que resultam numa condensação da subjetividade individual (Mezan, 1997). Devemos também atentar para a importância de se ver o discurso como uma determinada versão dos fatos, e não como o fato em si mesmo.

18 In: RAUTER; PASSOS; BENEVIDES (Orgs.), 2002.

apresentam sua singularidade, mas o coletivo presente nela (Pereira:1997) — foram os pontos principais que tentei trabalhar nesta pesquisa.

Os procedimentos metodológicos adotados buscaram reafirmar o exposto pela autora supracitada:

[...] se os membros de um grupo não fazem a História, eles fazem a sua história com os meios que eles encontram à sua disposição. É no seio deste processo que se descobre a substância da interação entre biografia pessoal, estrutura social e História.¹⁹ [p. 124]

As perguntas que direcionaram a narrativa dos entrevistados²⁰ foram pensadas tendo por base alguns conceitos²¹ ligados aos objetivos da pesquisa, pois eles continham um conteúdo teórico inicial que auxiliaria tanto a elaboração das questões quanto a apreensão dos relatos referentes ao tema escolhido.

Entretanto, as categorias de análise trabalhadas no decorrer da pesquisa foram identificadas conforme o estudo se desenvolvia, pois a categoria é, por definição, apreendida no real; não é ponto de partida do pesquisador.

Para Ianni (1986), a construção da categoria é um desfecho da reflexão dialética, é como se explica cientificamente um acontecimento e como se constrói uma explicação.

Se inicialmente parti de um conhecimento presumido, que traduz, de uma forma geral, o conteúdo de determinados conceitos, para que pudesse criar a diretriz da pesquisa, posteriormente busquei construir uma “reflexão obstinada, que interrogasse o real reiteradamente” (IANNI, 1986, p. 05).

Ainda de acordo com esse mesmo autor, a análise crítica busca superar a aparência e chegar à essência daquele aspecto, daquele fato pesquisado. Mas não que sua aparência

19 Mesmo que não se façam biografias pessoais, a utilização da técnica de história oral permite absorver essa idéia.

20 Cópia do questionário utilizado no anexo.

21 Foram eles: subjetividade, direitos humanos, ditadura militar, memória e família.

seja falsa, pois ela é uma dimensão do real, o que significa que é uma de suas dimensões e não sua totalidade.

O que importa conhecer não se dá imediatamente na consciência. Não é aquilo que se nos oferece à primeira vista, desde o primeiro momento. É preciso refletir [...] insistentemente, para chegar a verdadeira natureza do objeto, ou seja, a sua essência, a sua universalidade, a sua totalidade.” (p. 05)

Destarte, diversas categorias de análise foram identificadas nas narrações registradas: subjetividade, identidade, estigma, família, memória, direitos humanos, ditadura militar, luta armada, tortura, democracia e cidadania.

A discussão de cada uma permitiria uma melhor compreensão dos aspectos que envolviam os objetivos da pesquisa. Contudo, como utilizar todas essas categorias, se há “uma coisa na reflexão dialética que é difícil e ao mesmo tempo fascinante, que é o fato de que a reflexão vai caminhando e parece que não vai deixando nada de lado”? (IANNI,1986, p. 04)

Devido ao seu elevado número, que iria demandar muito tempo e requerer muita atenção no momento da sistematização das análises, decidi privilegiar algumas, sem, no entanto, detrimento das demais. Afinal, é a partir da transição crítica e reflexiva entre todas que poderíamos chegar às considerações sobre o estudo desenvolvido. As categorias de análise identificadas assim o foram porque se mostraram importantes para o entendimento das informações que nos levariam aos objetivos propostos.

Com ênfase, então, nas categorias memória, subjetividade e direitos humanos (as outras que foram trabalhadas de forma mais objetiva estão “diluídas” no decorrer do trabalho), seguimos a diretriz reflexiva que buscou identificar “como os *filhos da ditadura* construíram estratégias de sobrevivência e existência, como organizaram e deram sentido a

imagens e realidades destruídas, como (re) construíram suas vidas ao longo dos anos.”

CAPÍTULO 1: ALGUMAS HISTÓRIAS PARA CONTAR...

As histórias pessoais relacionadas à experiência, direta ou indireta, das ações repressoras perpetradas durante o período da ditadura militar no Brasil não são poucas. Tenham sido vítimas de detenção para interrogatório, prisão, tortura, exílio, ou vítimas de morte ou desaparecimento, é possível identificar um número significativo de histórias de cidadãos brasileiros que tiveram suas vidas marcadas pela violência do Estado, por intermédio de seus agentes oficiais ou extra-oficiais. Dentre essas histórias estão as dos *filhos* de militantes políticos mortos ou desaparecidos durante esses anos de repressão.

As histórias de alguns desses *filhos* estão aqui presentes para serem compartilhadas, e não simplesmente contadas. Sua divulgação tem o objetivo de fazer conhecer e fazer refletir sobre os acontecimentos históricos de um país que, na opinião dos *filhos*, ainda hoje privilegiam os registros unilaterais dos fatos, não existindo uma preocupação em reescrevê-los em base “equilátera” – considerando os discursos dos militares/governo, dos militantes/familiares e dos Organismos e/ou Movimentos Nacionais e Internacionais de Direitos Humanos – aumentando o tom da voz de atores que ainda não se sentem ouvidos.

Destarte, ao compartilharmos com esses *filhos* suas experiências de vida, contribuímos para desenturvar acontecimentos sociais, políticos e históricos – veiculados nas escolas, nos meios de comunicação, na sociedade – a partir de outra perspectiva, que questiona e tenta ultrapassar os limites impostos pela existência de informações e documentos sigilosos, quer sejam considerados ultra-secretos, secretos, confidenciais ou reservados.²²

Resgatar *a* história é *mantê-la* viva. “Remexer” *na* história é *torná-la* viva. Resgatar e remexer o período histórico da ditadura militar brasileira é impedir que seu

²² Sobre a divisão dos documentos, cf. Carlos Fico (2001).

esquecimento (intencional) acoberte a possibilidade de engendramos um novo pensar sobre a vida social e política do Brasil.

As gerações dos cidadãos brasileiros pós-ditadura militar têm o direito e o dever de estar a par da história de seu país, tendo acesso à pluralidade de versões sobre a maneira como os fatos ocorreram. O posicionamento que cada um terá a partir do conhecimento da história é livre e particular, dado o seu potencial heurístico. No jogo de correlação de forças dos discursos, tende a ser difundido o da classe dominante e dirigente do país; e essa classe, a partir de mecanismos ideológicos, faz valer suas idéias e ações.

Nesse sentido, contribuir para o fortalecimento de outros discursos, que progressivamente vêm sendo gestados, é continuar a resistir à tradicional imposição histórica do discurso dos “vencedores”. Para os *filhos* e demais atores políticos que vivenciaram as conseqüências da repressão política, a história “oficial” não oferece espaço para as páginas negras, escritas em vermelho-sangue, pela ditadura militar.

Para a confecção deste trabalho nos aproximamos da discussão sobre *memórias*, colhidas por meio de depoimentos, que buscamos configurar como histórias orais, de alguns *filhos*.

As memórias desses *filhos* encontram-se em confronto com a memória oficial, que não considera todas as letras necessárias para se escrever os fatos relativos aos acontecimentos dos subterrâneos da ditadura. Por mais que divulguem livros, documentos e depoimentos que atestem a tortura, a execução e o desaparecimento forçado de pessoas, por exemplo, essas situações ainda são negadas ou ditas como de responsabilidade de pequenos grupos ou pessoas isoladas.

Os *filhos* podem contribuir no acréscimo e na elucidação de fatos que também construíram a história desse período no Brasil. São detentores de informações, experiências, saberes, que devem ser registrados para conhecimento das gerações pós-

ditadura militar.

Ouvir o que os *filhos* têm a dizer, através da recuperação de suas memórias, do passado “em comum”, da história de seus pais, não é auxiliar na elaboração de um luto mal resolvido; ouvi-los é ajudá-los a elaborar um passado presente pela lembrança do ausente. É permitir-lhes encontrar as próprias identidades ao desvendar os processos subjetivos que experimentam.

Os *filhos* ainda constroem suas trajetórias, que, como define Bourdieu (1996), são uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”.
[p.189]

Nas memórias dos *filhos* dos mortos e desaparecidos políticos estão guardados elementos históricos e simbólicos importantes para o reforço da luta por uma sociedade que minimize a referência ao desrespeito pelos direitos humanos, à interrupção da ordem democrática e à desconsideração dos preceitos da cidadania, divulgando informações e documentos antes omitidos.

Mesmo com o país sendo atualmente governado por um “ícone da esquerda trabalhista”²³, que lutou contra a ditadura, e sendo a base governista composta de ex-presos políticos e guerrilheiros, mantém-se o pacto de silêncio quanto à abertura dos arquivos das Forças Armadas e à negação da tortura, e recursos contra decisões judiciais que visam a auxiliar a esclarecer os casos de militantes políticos ainda desaparecidos.²⁴

Halbwachs (1988) nos ensina que lembrar não é apenas reviver o passado; mais do que isso: significa refazer, reconstruir – e os “*filhos da ditadura*” têm muito a contar de

23 Luiz Inácio Lula da Silva foi líder sindical, esteve à frente de importantes movimentos grevistas na região do ABC paulista, tornando-se referência significativa na esquerda brasileira. É também Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores – PT, que ganhou força política no período de luta contra a ditadura.

24 Caso recente é criação da Comissão Interministerial, com a finalidade de obter informações restritas à localização dos restos mortais de participantes da Guerrilha do Araguaia, o que contraria a Lei de Arquivos nº 8.159, de 1991.

suas lembranças. Esses *filhos*, ao nos dedicaram tempo para falar sobre suas experiências de vida, querem, a partir de suas lembranças, participar da reconstrução da “história oficial”. Suas lembranças individuais integram, de certa forma, a memória coletiva de um determinado grupo. O que querem agora é que elas possam ser também lembranças históricas.

A recuperação da memória por meio da linguagem, associada à escrita ou a recursos de imagem (fotografias), ultrapassa os limites físicos do corpo (LEGOFF, 1992), socializando informações em patamares históricos e éticos.

A memória é transmitida de geração para geração, e quem perpetua essa memória é o narrador. Dessa feita, ouvir uma narração, neste caso desenvolvida por um *filho*, não significa simplesmente absorver informação e, sim, apreender o significado do narrado: sua importância não se restringe a tomar conhecimento do que se fez ou se falou, mas é traduzir o que se pensou e se sentiu.

“À diferença da informação, o relato não se preocupa em transmitir o puro em si do acontecimento, ele o incorpora na própria vida daquele que conta, para comunicá-lo como sua própria experiência àquele que escuta. Dessa maneira, o narrador deixa nele seu traço, como a mão do artesão no vaso de argila.”²⁵

De acordo com levantamento realizado no resumo dos relatórios²⁶ da Comissão Especial do Ministério da Justiça²⁷, foi possível identificar cerca de 92 pessoas que tiveram filhos, entre militantes políticos partidários (a grande maioria) e outros com participação indireta, como pessoas atingidas por balas perdidas durante manifestações públicas, ou trabalhadores que participavam de piquetes. Talvez existam, hoje, em torno de 140 *filhos*

25 Walter Benjamin (1996, p. 205).

26 Ver MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. “Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

27 Criada em 1995, a partir da Lei 9.140/95, teve como objetivo avaliar os casos de mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura militar que fossem protocolados a partir da indicação dos familiares das vítimas. A Comissão ficou responsável por resgatar a história desses cidadãos e viabilizar o reconhecimento pelo Estado de suas mortes.

marcados pela repressão que culminou nas torturas, mortes ou desaparecimentos de seus pais pela ditadura militar.

Na impossibilidade de conhecermos a história de cada *filho* que a ditadura brasileira deixou, buscamos contato com alguns. Primeiramente, chegamos àqueles *filhos* que nos foram indicados pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e pela Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo. Dentre eles, identificamos aqueles cujos pais tiveram uma história política de maior conhecimento público e os que se mostraram disponíveis a compartilhar suas memórias e experiências.

Nas próximas páginas serão apresentados Telma, Adílson, Ariston, Lúcia, Ivan, João Carlos, Gregório, Wladimir e Tatiana. São *filhos* que tiveram suas trajetórias individuais entrelaçadas por uma história coletiva. Trata-se de memórias individuais que são pontos de vista de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1988).

Antes da apresentação de cada filho, porém, contextualizaremos resumidamente a história de seus pais²⁸, com o intento de expor os “quadros-chave” em que suas histórias se desenvolveram.

28 Maiores detalhes e informações podem ser encontrados em Miranda, Nilmário; Tibúrcio, Carlos. (1999), no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos e nas páginas <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br>> e <<http://www.grupotorturanuncamiasrj.com.br>>.

1.1 Meu Pai-Herói: Antônio Raymundo Lucena

Militante do PCB – Partido Comunista Brasileiro até 1964, desligou-se do partido por não concordar com os princípios de organização e ação “pacífica” que o PCB apresentava contra o governo após o golpe militar de 1964. Acreditando na luta armada, aderiu ao Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR, um dos embriões da luta armada no Brasil. Posteriormente, o MNR fundiu-se com a POLOP, formando a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, que tinha como um dos líderes Carlos Lamarca.

Casado, pai de quatro filhos, Antônio Lucena foi morto em 20 de fevereiro de 1970, em casa, na frente de sua esposa e dos três filhos menores, Adílson e Denise (9 anos) e Telma (3 anos). De acordo com depoimento de sua esposa Damaris, ele foi executado, pois, ao tombar, após ter levado vários tiros, ainda respirava. O último tiro, disparado quando estava no chão, foi dado na têmpora.

Após seu assassinato pelos agentes repressores do governo ditatorial, sua esposa foi presa e torturada, e os filhos encaminhados para o Juizado de Menores e depois para a FEBEM. Seu filho mais velho, Ariston, na época com 19 anos, engajara-se na militância e estava, no dia do seu assassinato do pai, junto com Lamarca e mais alguns companheiros, no Vale da Ribeira, em treinamento de guerrilha.

Em 1970, poucos meses após a morte de Lucena, a VPR organizou o seqüestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, em São Paulo. Os responsáveis pelo seqüestro, comandados por Carlos Lamarca, negociaram a liberdade do cônsul com o governo brasileiro, exigindo a libertação de cinco prisioneiros: Mário Japa, um dos líderes da organização; Madre Maurina Borges; Otávio Ângelo; Diógenes de Oliveira e Damaris de Oliveira Lucena, esposa de Antônio Lucena e seus três filhos. Após o sucesso da negociação, os ex-prisioneiros foram enviados pelo governo brasileiro para o México, onde se instalaram. Posteriormente, a família Lucena viajou para Cuba.

- *Ângela Telma de Oliveira Lucena*

Telma, como costuma ser chamada, é uma mulher de 36 anos, de ar jovial, simpática e inteligente.

A caçula da família Lucena, entre os filhos oficiais, pois, como informou, tem uma irmã mais nova adotada por sua mãe, não parece ser uma mulher frágil, superprotegida ou mimada pelos irmãos. Ao contrário: é decidida, independente e, como frisou várias vezes, lutadora.

Sua infância foi marcada por uma ilha localizada no Mar do Caribe, caracterizada

por rochas de origem vulcânica e por corais: Cuba.

A pequena Ilha de Cuba ajudou a construir a identidade de Telma. Não surpreende que duas de suas características mais visíveis sejam a vontade de vencer os desafios, força vulcânica que retira do contexto de sua vida familiar, e a beleza pessoal de uma mulher que sonha com a harmonia e a união entre os seres humanos, o que retrata uma sociedade como a dos corais.

Telma foi viver em Cuba quando tinha aproximadamente quatro anos de idade. Junto com seus irmãos, Adílson e Denise, e de sua mãe Damaris, chegou à Ilha com mais alguns companheiros. O motivo foi o mesmo para todos e para tantos outros brasileiros que saíram do Brasil entre as décadas de 60 e 70: refugiar-se num país que representava o baluarte de suas ideologias – socialistas – para se protegerem da perseguição política da ditadura militar brasileira.

Antônio Raymundo Lucena foi assassinado em fevereiro de 1970 na cidade de Atibaia, interior de São Paulo, quando policiais estouraram o “aparelho” em que morava com a família. Houve troca de tiros entre ele e a polícia, o que acarretou sua morte com características de execução. Telma estava no colo de sua mãe, tinha três anos e meio, mas nunca esqueceu a ação de que foi testemunha.

Trinta e três anos passaram-se desde o ocorrido. Até hoje o corpo de Antônio Lucena não foi encontrado, e as lembranças da morte de seu pai e o cheiro de “sangue podre” que sua mãe exalava ao ser libertada, após dias de tortura, marcam a memória de Telma.

Na opinião dessa mulher, ir para Cuba representou duas conquistas: a realização de um sonho de seu pai e a liberdade.

Antônio Raymundo Lucena sempre sonhou com o estabelecimento de sua família em Cuba. Admirador do sistema político e social que aquele país apresentava, acreditava

que lá seus filhos teriam perspectivas de vida, educação, profissão. De acordo com palavras de Telma,

“Mal sabia ele que a morte dele ia fazer com que a gente realizasse... o maior sonho da vida dele [*emocionada*]. Que curioso, né? É uma vez como farsa e outra como tragédia... Ele nunca pensou que por ele ter dado a vida por esse país, da minha mãe ter sido presa, a gente ia acabar parando em Cuba. Nunca pensou... que coisa... E de fato para minha formação isso foi muito importante... pra minha formação em todos os sentidos... política, intelectual, moral e ética... O que eu vi naquele país me mostrou que uma sociedade pode dar certo sim, apesar de todas as dificuldades.”

Quanto à liberdade, ir para Cuba significou a saída de sua mãe da prisão e a sua saída e de seus irmãos da FEBEM. Alguns dias após irem para o Juizado foram encaminhados para essa instituição, que traz lembranças amargas de medo, insegurança, sofrimento...

De certa forma, ir para Cuba significou uma libertação física e emocional, o que permitiu a reconstrução da vida familiar. Dificuldades existiram; mas o núcleo familiar, tão valorizado por Telma até hoje, estava coeso.

A infância de Telma em Cuba foi marcada ainda pelo colégio interno. Quando chegou a Cuba ficou numa creche em período integral; posteriormente, num internato; só ia para casa nos finais de semana. Desse tempo, não traz mágoas ou tristeza. Longe disso... tem orgulho, pois foi assim que conquistou independência e responsabilidade, pôde crescer, amadurecer. Suas lembranças são lúdicas e saudosas. O sentimento de acolhida que sentiu por parte do povo cubano também é expresso com alegria e orgulho:

“[...] e uma coisa muito curiosa é que eles arranjaram um termo lá em Cuba... que era ‘filhos da pátria’... então eles diziam assim: ‘Vocês são filhos da pátria cubana?’ e as pessoas diziam, ‘Não, eles são filhos da pátria cubana, brasileira, de tantas outras... do

mesmo jeito que nós perdemos muita gente, tentando fazer a nossa revolução, eles também tentaram fazer a deles. Essas crianças são filhas da pátria...’ Então eu lembro que todo mundo me adotou...”

Já o retorno ao Brasil, quando tinha cerca de 13 anos, não traz boas recordações. Levou algum tempo para se adaptar ao sistema político e social do país e à sua família “brasileira”.

Telma, quando discorre sobre o Brasil, afirma a dificuldade de compreender o que via nas ruas: pessoas pedindo esmolas, filas intermináveis nos hospitais, pessoas tão ricas de um lado e pessoas tão pobres, do outro. Não via isso em Cuba. Quanto à família, não sabia como agir... como chamar alguém de tia, se não sentia aquela pessoa como tia?... Tem receio de ter magoado alguém.

Na escola, apesar de ter sido uma adolescente boa aluna, foi reprovada três vezes no 1º ano do ensino médio. Seu *portunhol* era motivo para gozação entre os colegas de escola, que a chamavam de “a garota que falava esquisito”, e de dificuldade na disciplina de língua portuguesa. Sua história não “sensibilizou” nem sua professora, que chegou um dia a humilhá-la, dizendo que ela era uma menina medíocre e que nunca seria nada na vida. Quando teve oportunidade e começou a trabalhar, saiu da escola pública e foi para uma particular. Queria esquecer aquele espaço que, ao invés de ser de socialização, tornava-se de exclusão.

Mas a história vivida por Telma não a tornou amarga, triste ou insegura. Como fez questão de dizer, é preciso “[...] tirar um pouco esse estigma, esse fantasma de que ser filho de morto ou desaparecido político da época da repressão é amargo, mal-humorado, grosseiro, é mal resolvido... Eu não sou mal resolvida...”.

Hoje Telma é professora de espanhol e português, e faz da sua profissão um

instrumento de conscientização, pois considera que não há educação neutra. Pensa que sempre há como passar ideologia. E a ideologia que Telma abarcou para si é como uma reprodução, em bases contextuais e políticas diferenciadas, daquela que seus pais acreditavam: a utopia de se ter um mundo mais justo, de oportunidades iguais para todos.

Para tanto, Telma não fica de braços cruzados. Luta para passar o passado a limpo, para que o revisitar da história passada seja um construir do futuro. Esclarecer as circunstâncias em que seu pai morreu e descobrir o paradeiro de seu corpo torna-se um dever pessoal, familiar e social.

E foi por crer que todos têm o direito de saber as duas versões da história, e que a educação só tem valor quando compartilhada com os outros, é que Telma aceitou falar de sua vida, de sua memória, de seus sonhos.

- ***Adílson de Oliveira Lucena***

Kito é o apelido pelo qual é conhecido Adílson Lucena. Sua história, inserida no mesmo contexto da de sua irmã Telma, possui experiências particulares e interpretações singulares.

Hoje, Kito tem 43 anos de idade, dos quais quinze foram vividos em Cuba. Os dez primeiros anos transcorreram em companhia de suas irmãs Telma e Denise – do qual é gêmeo – e de sua mãe Damaris. Foram os anos de reconstrução, de adaptação, de afirmação, após os acontecimentos vividos pela família no Brasil. Kito, nessa época, contava com quase 10 anos de idade. Outros três anos foram vividos em Cuba a trabalho: já havia retornado ao Brasil quando recebeu um convite, em 1988, para trabalhar na rádio Havana Cuba; aceitou-o. Nesse período, apaixonou-se por uma cubana, o que o fez, após ter retornado novamente ao Brasil, voltar para Cuba para viver com essa mulher. Ficou lá por

mais dois anos. Dessa união, nasceu seu filho cubano, que hoje tem nove anos de idade. Vieram juntos para o Brasil, mas atualmente está separado da companheira, com a qual seu filho vive.

Kito tinha quatro anos quando houve o golpe militar, em 1964. A partir daí, experimentou os limites, os perigos e a tensão que a vida de militância, e depois de clandestinidade de seus pais, acarretava para a família.

De acordo com Kito, sua idade mais elevada — tinha 7 ou 8 anos quando a oposição da esquerda se fez mais presente e o regime mais repressor — permitia-lhe desenvolver uma melhor percepção de todos os acontecimentos vivenciados, além de abrir maiores possibilidades para que seus pais lhe falassem algo sobre os fatos. Percebia as movimentações que existiam em sua casa, identificava que algo era diferente na sua família. Via armas, dinamites, reuniões “secretas” entre os adultos...

Apesar de criança, precisou se comportar como “gente grande”. A responsabilidade chegou cedo a um menino que, hoje adulto, tem suas lembranças marcadas pelo cerceamento de sua liberdade, pelo impedimento de ter vivido sua infância como as demais crianças de sua idade, pela necessidade de ter tido que se mostrar forte, diante de situações tensas, para proteger suas irmãs. Por ser menino, apreendeu os tradicionais papéis sócio-culturais direcionados à figura do *pai*, exercendo ele uma ação acolhedora e protetora.

A instabilidade na fixação de um local para morar refletia em suas relações escolares e com amigos. Vivia trocando de escola, não podia ter a mesma liberdade nas brincadeiras, afastar-se de casa, nem passear com os amigos pelo bairro, pois sempre havia o risco de, a qualquer momento, a família sair fugida do local.

Com a família, Kito também não chegou a conviver. Seus parentes abarcaram os reflexos da militância de seus pais.

“Minha tia, por exemplo, que não tinha nada a ver com a questão, foi torturada... enfiaram um cassete na vagina dela... Uma pessoa que nunca... que não tinha nada a ver com isso... mas pelo simples fato de ser irmã da minha mãe [...] e teve um primo da minha mãe que foi muito torturado, teve oito meses preso, não tinha nada a ver... Ele tava de posse de um telefone da minha mãe, e só por esse fato foi muito torturado e preso... quer dizer, isso mexeu muito com a família.”

O medo na família cresceu; ficou dividida entre os que os apoiavam e os que os criticavam. O afastamento dos parentes foi uma forma de proteção. A relação familiar só começou ser a reconstruída após a transição democrática, pois, mesmo com a anistia, ainda era visível uma tentativa de controle, de forma “velada” do regime. Kito exemplifica com a volta da família do exílio:

“Quando nós chegamos no Brasil, ainda era visível... tanto que a polícia estava no aeroporto esperando a gente. Tinha também um pessoal de São Paulo, do Comitê Brasileiro pela Anistia, esperando a gente com faixas... Mas tava lá a polícia também... fizeram ameaças... Nós trazíamos muitos livros de Cuba, de marxismo, aí eles olhavam e diziam... “E esses livros aqui ?” .Eles mandavam a gente abrir as caixas... e minha mãe dizia: “Não, isso é literatura.”... Aí eles mostravam: “Mas isso aqui do Marx também é literatura? Não, não, isso não é literatura, isso é coisa de comunistas...” E aí, uma coisa até meio cômica, a minha mãe dizia: “É literatura, literatura política, mas é literatura, né?” Aí uma pessoa do meio do grupo falou: “Olha, vocês não fiquem pensando... porque se acontecer outra vez vocês vão todos para a vila Formosa... Não vai ter mais colher de chá assim!”

Fato marcante na vida desse homem, de aparência tranqüila mas de um posicionamento político crítico e firme, foi sua experiência na FEBEM. Esta instituição, que, na prática, nunca se apresentou como local de ressocialização e educação de crianças e adolescentes desvalidos ou infratores, mas sim como um espaço de privação e construção de estigmas, também assim se apresentou no caso de Kito e seus irmãos. A FEBEM foi o espaço que promoveu a separação forçada e arbitrária de sua mãe e tentou promover a estigmatização de Kito e seus irmãos como “terroristas”. Kito relembra:

“[...] Eles batiam na gente... batiam... Uma vez eles levaram a gente até o um local para gente trocar de roupa, era um dia que a gente ia sair, pelo seqüestro, e eles chamavam a gente de terroristas... No dia em que nós entramos, a diretora falou: “Cuidado, esses daí são terroristas, não chega muito perto deles não..”

Kito considera que não foi torturado, conforme aconteceu com sua mãe, com seu irmão Ariston — o irmão mais velho e que se engajou na luta junto com os pais — e tantos outros. Todavia, informa que sofreu violência psicológica e física. Apanhou na FEBEM e era obrigado a acompanhar alguns agentes da repressão até a casa em que o pai foi assassinado, para ajudar a localizar armas ou dar informações. Lá foi ameaçado de levar uma surra, caso não colaborasse, chegando a ser agredido por um oficial. Ir ao local que foi palco de uma das inflexões mais significativas de sua vida, logo após o acontecido, deixou-o bastante fragilizado.

Mas, assim como sua irmã Telma, Kito quer mostrar que não se deixa abalar pelo passado. Embora com passagens tristes e perdas irre recuperáveis, tira daí sua força para continuar. Emociona-se com sua história, valoriza a luta dos pais e faz questão de reproduzir, numa outra escala, a utopia revolucionária deles. Afirma que seus pais plantaram nos filhos uma sementinha. Neste sentido, ficou como responsabilidades destes, seu cultivo e reprodução.

A solidariedade é marca registrada de Kito. Aprender a viver valorizando o coletivo foi o ensinamento que assimilou em Cuba. Chegar ao Brasil, país com um sistema que enfatiza o “eu” em detrimento do “nós” e valoriza o “ter” ao invés do “ser”, causou dificuldades para sua adaptação. Sua esperança hoje é que o lema do Fórum de Porto Alegre, ocorrido em 2002, possa se tornar realidade: “Um novo mundo é possível”.

Quanto à perda do pai, Kito é claro: perdeu uma referência de vida; sua perda

deixou um vácuo no seu desenvolvimento. Mas logo faz questão de esclarecer e agradecer à mãe por, ao tentar minimizar a dor dessa perda, ter sido mãe e pai simultaneamente.

A memória paterna é permeada de saudosismo e de um certo romantismo. Ao descrever a relação com o pai, enfatiza seu lado carinhoso e afetuoso:

“De fato, ele tinha muita ternura... Às vezes eu lembro que ele gostava de levantar cedo de manhã, e fritava bife de fígado pra gente, e cortava assim...[faz gesto de tirinhas]. Ele não sacudia a gente na cama, não... A gente tava dormindo e ele botava o bife pra gente cheirar... Ele fazia isso, né, porque sabia que a gente gostava... então dentro dele tinha ternura...”

Kito se descreve emotivo e sensível. Mas, como seu pai, associa essas características a uma outra: a rebeldia. Define como rebeldes as pessoas que têm o poder de se indignar com as injustiças. Por isso, é um rebelde... como sua mãe, seu pai, seus irmãos e todos aqueles que tentaram e tentam lutar pela mudança do modelo social e político do Brasil.

Para esse homem que, quando criança, teve sua liberdade aviltada, voltar para o Brasil significou, apesar de tudo, a afirmação de sua identidade. Vivenciar sua cultura e usar a sua própria língua foi permitir a recuperação e a reconstrução de sua identidade.

Kito transpareceu durante sua narração que se conformar com o descaso com que a “história oficial” trata os atores dos movimentos revolucionários e a sua luta contra a ditadura militar não está nos seus planos. Sua estratégia, para contar o que considera a outra versão da história, é justamente enfatizar sua capacidade de união, conquistada por meio dos valores da solidariedade e coletividade. Por isso, colaborar com quem está disposto a falar sobre o assunto é uma oportunidade de expor as páginas mal-escritas que a

“história oficial” não faz questão de consertar.

E como ensinamento para aqueles que terão o privilégio de ouvi-lo, registra que as experiências adquiridas são sempre valiosas. Que aprendemos com as coisas boas e com as coisas ruins. E afirma que a história que viveu

“[...] abriu muito o meu horizonte, me permitiu ver o mundo de uma forma diferente, me permitiu ter consciência do mundo. Se, por um lado, parte da sua vida foi amputada, porque você perdeu seu pai, porque você teve uma vida truncada, por outro lado, você viu para quê aquela vida foi perdida, qual era o objetivo, a razão daquilo.”

- ***Ariston de Oliveira Lucena***

Ariston é irmão de Telma e de Adílson. Mais velho, já era adolescente no período ditatorial. Tinha treze anos no momento do golpe militar.

Ao contrário dos irmãos, não presenciou o assassinato do pai. Estava no Vale da Ribeira, em São Paulo, treinando guerrilha ao lado do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, um dos mitos revolucionários que a ditadura mais perseguiu.

Sua história, como diz, é singular; confundem-se a história do *filho de um militante* com a história de *um militante*. Não tem apenas reflexos subjetivos e conseqüências herdadas para falar; tem experiências concretas de luta para apresentar.

Sua inserção na militância foi por opção, mas não nega a influência do contexto familiar:

“Meu pai era comunista, minha mãe era comunista e, na minha casa, o grosso das pessoas que a freqüentavam eram comunistas, né? Ou comunistas, ou pessoas de esquerda, né? Então eu me formei dentro desse universo, né, de gente de esquerda. Então, dificilmente eu seria um cara de direita, né?...”

Ariston acreditava na luta. Influenciado também pelos jovens que freqüentavam sua casa, alguns com cerca de vinte anos, sentia que podia dar sua contribuição. A vida social de um adolescente “comum” foi deixada, por escolha, para trás.

Começou a envolver-se na militância, realizando atividades de apoio. Tirava documentos, levava pessoas aos pontos e aparelhos, colocava correspondências nos correios. Era o que consideravam *aliado* – uma pessoa que apoiava e auxiliava os afazeres da organização, mas mantinha uma vida normal, trabalhando ou estudando. Com o tempo, transformou-se num *militante de fato*, ou seja, passou a dedicar-se exclusivamente ao movimento revolucionário. Ressalva: ele próprio pleiteou essa condição, pois dizia: “..Eu já estava clandestino...”.

Fatos significativos da história da oposição armada ao governo militar contaram com a participação de Ariston, dentre os quais, o seqüestro e a execução de um oficial do Exército. Colaborou ainda, por meio de depoimentos, com o jornalista Elio Gaspari, autor dos livros *A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada*, publicados em 2002. Ariston marca a história do país com sua condenação à pena de morte, restabelecida no Brasil pelo Ato Institucional nº 14, que o fez um dos três brasileiros a serem condenados por essa alteração da lei.

Ariston foi preso aos dezenove anos de idade, meses após o assassinato do pai e o exílio da mãe e irmãos. Ficou nove anos preso. Por que não morreu, se fora condenado à morte? De acordo com ele, porque era “peixe pequeno” e muito novo. Não havia legitimidade social e política para executar, oficialmente, um “menino”.

Ariston amadureceu na prisão. O homem que se apresentou no momento do depoimento parece manter a firmeza na voz e a crença numa sociedade mais justa. Todavia, marcado pelos porões da ditadura, afirma que talvez não tenha mais estrutura para enfrentar novas batalhas. Sobre a tortura, diz:

“[...] a idéia é quebrar mesmo a sua vontade, a tua moral, a tua dignidade... mas não tenho nenhum arrependimento do que eu fiz. Voltaria a fazer? Não. Não voltaria. Sabe por quê? Porque hoje eu teria uma outra compreensão sobre esse momento... Hoje, a minha preocupação mesmo é sobreviver, sabe... essa é minha preocupação, sobreviver... mesmo porque eu envelheci, eu tô doente, eu tenho diabetes, hipertensão e tal... Eu hoje não tenho mais pretensão que não seja de sobreviver.”

Da tortura, guarda as sensações mais nefastas: feridas abertas, cicatrizes feias. Mas, quanto à sua luta, parafraseia Marx: *“felicidade é luta”*.

Ariston considera que tudo o que fez, e fizeram, foi válido e que não tinham alternativa. Contudo, faz uma avaliação crítica coerente sobre os movimentos guerrilheiros. Ao tornar públicas suas críticas, não há como identificar se é um ex-participante de movimentos ou um militante pronto para recomeçar em novas bases (hoje é filiado ao PT – Partido dos Trabalhadores):

“[...] Faltou uma análise de classe na nossa formação... faltou uma compreensão profunda das experiências revolucionárias brasileiras, particularmente de Canudos... A gente ignorou solenemente a força da ditadura, do Estado, dos militares... A gente nunca conseguiu mobilizar o povo pra luta revolucionária. Nós sempre tivemos isolados. Em nenhum momento a gente conseguiu tocar no nervo que mobilizasse o povo. A gente nunca conseguiu isso. Tanto isso é verdade que as organizações foram todas destruídas, eles não conseguiam repor a militância que iam perdendo. Por quê? Porque a gente não tinha um trabalho político... Na verdade, era uma guerra entre as organizações e a polícia, nunca foi uma guerra de classes.”

No que se refere à sua família, não conviveu com seus parentes. Logo após o golpe, seu núcleo familiar se distanciou deles. De acordo com Ariston, para proteção de todos; sua, de seus pais e irmãos, para não ficarem “dando explicações que não vinham ao caso”, e dos demais, para impedir que se relacionassem com situações que poderiam trazer

preocupação, medo, problemas de serem confundidos com militantes ou simpatizantes, o que poderia acarretar detenção, prisão e torturas – o que, entretanto, não deixou de ocorrer.

Do pai tem lembranças de luta, força e coragem. E tem orgulho do legado que ele deixou para a família: “Meu pai não deixou dinheiro, não deixou futuro, não deixou nada. Ele deixou isso pra gente. Um ideário de vida, uma percepção diferente da relação com as pessoas, com a vida, com a sociedade, né... com a história”.

Ariston está hoje com 52 anos. O tempo cronológico está passando, mas seus sonhos não envelhecem junto com ele. Seu sonho coletivo não difere muito dos sonhos de seus irmãos: deseja um mundo livre e soberano. Como sonho pessoal, quer tornar-se historiador. O que pretende? Pesquisar a história do Brasil no período da ditadura militar, abordar esse assunto que, quando não tratado como tabu, é tratado com omissões e deturpações. Dar outra versão à história da luta armada no Brasil é uma dívida que o governo brasileiro tem. Entretanto, como sabe que, se depender do governo, nada irá ser alterado, gostaria de poder contribuir para isso.

Os fatos que mais marcaram a vida de Ariston foram: a perda do pai; a separação da família; a tortura que ele e seus companheiros sofreram. Do pai, tem admiração. Da família, tem união. Dos companheiros de luta, tem saudades. De suas ações, tem críticas. Dos seus ideais, tem orgulho. Do seu passado, não tem arrependimento.

Ariston é um homem seguro, politizado e crítico. Sabe com o que contribuiu e com o que pode e deve contribuir. Por isso, aceitou o convite de compartilhar suas experiências.

Apesar de um passado marcado pelas sombras do cárcere e pela angústia da tortura, tenta “dar a volta por cima” e fazer de suas experiências motivo de orgulho para seus filhos. Quer passar para eles, pertencentes a uma nova geração, a dignidade de sua luta, da luta de seu pai, da luta de seus companheiros. Da luta de todos aqueles que sonharam com uma sociedade mais justa. Quer romper com o estereótipo de que os “revolucionários”

seriam idealistas, utópicos. Quer mostrar que:

“[...] lutar contra a ditadura naquele período foi um ato de muita dignidade, de muita coragem. E hoje a própria história se encarrega de reafirmar isso que eu tô te dizendo. É... aliás, hoje é fácil dizer que a ditadura fez isso, fez aquilo, deixou de fazer, e tal... fico me perguntando na época, né, quem é que tinha coragem de militar e de lutar contra a ditadura?”

Ariston é um homem que pode olhar pra trás e seguir em frente. É uma história viva, num país que faz do período da ditadura uma história morta.

- ***Denise de Oliveira Lucena***

Infelizmente, o depoimento de Denise não pôde ser colhido, pois morando em outra cidade paulista que não a capital, não houve possibilidade de encontro com a pesquisadora. Mas, de acordo com seus irmãos, não se oporia a compartilhar as experiências particulares de sua história familiar.

Ao falarem de si, Telma, Adílson e Ariston falaram também um pouco de Denise.

1.2 Retrato em preto e branco: Mário Alves de Souza Vieira - um veterano na luta

Mário Alves, durante sua vida, enfrentou duas ditaduras: a varguista, entre os anos 40 e 50, e a militar, das décadas de 60 a 80. Em ambas, foi preso e passou pela situação de clandestinidade.

Desde jovem envolveu-se em política. Foi um dos fundadores da União dos Estudantes da Bahia, participou da União Nacional dos Estudantes (UNE) e ingressou, na década de 40, no PCB – Partido Comunista Brasileiro, no qual permaneceu até pouco depois do golpe de 1964. Em 1967, junto com mais alguns companheiros, dentre eles Carlos Mariguella, foi expulso do Partido por discordar das orientações e ações dominantes.

Ajudou a fundar o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, em 1968, e foi um de seus principais dirigentes, até ser preso, barbaramente torturado e morto em janeiro de 1970. Seu corpo não foi entregue à família.

Casado, com uma filha, Mário Alves era admirado por todos os seus companheiros e familiares. Intelectual destacado, com domínio de oito línguas, adorava ler e escrever. Foi dirigente dos jornais “Novos Rumos” e “Voz Operária”.

Em dezembro de 1987, a União foi condenada pela prisão e morte de Mário Alves, além dos danos morais, em ação de responsabilidade civil que moveram a esposa e a filha. Foi o primeiro caso de reconhecimento pela via judicial de um desaparecido político no Brasil.

- ***Lúcia Vieira Caldas***

Lúcia é uma mulher que se define, entre risos e ansiedade, como possuidora de dupla personalidade. Seu nome oficial é Lúcia Vieira Caldas; o nome escolhido, Lúcia Alves.

Ambos lhe dão identidade. Todavia, enquanto um lhe dá formalidade e a define como cidadã brasileira, o outro dá significado à sua história e está carregado de simbolismo. O sobrenome “Alves” é a estratégia que Lúcia encontrou para manter-se ligada ao pai, para torná-lo mais próximo, e, talvez, dar sentido à sua existência no mundo.

Pelos relatos de Lúcia, é como se ela não tivesse vida própria. Seu passado é um eterno presente; encontra-se ainda tão envolvida com ele, que expõe durante sua narração a necessidade de exercer a “personalidade” de filha de Mário Alves.

A vida da Lúcia *filha* reflete-se na vida da Lúcia *mulher*. Associa às ditaduras, à clandestinidade, à tensão que viveu na infância e na juventude as características que desenvolveu: falta de malícia para lidar com as pessoas, insegurança, fragilidade, medo, dependência emocional, falta de autonomia.

Arranjar namorado era um desafio. A constituição de Lúcia como mulher foi um processo dolorido e complexo. Como falar sobre sua história, seu passado?

A primeira experiência amorosa que teve a deixou muito abalada e deprimida. A relação começou a decair quando contou para o companheiro quem era. Depois disso, Lúcia conta, "... [ele] passou a me esconder. Eu não sabia por quê. Aí eu pensei. Eu achava que era porque ele tinha medo de eu ser perseguida e ele cair junto, entende? Eu fui descobrir, muito tempo depois, que não era isso." Seu companheiro era cineasta e tinha uma produtora de filmes. Alguns de seus clientes? Militares. O que produzia para esses clientes? Propagandas e filmes de valorização da ditadura e do nacionalismo, do tipo "*Pra frente Brasil*" e "*Brasil: ame ou deixe-o*". O relacionamento não deu certo; quando Lúcia foi embora, começou a ser perseguida por ele, que não aceitava a separação. Foi um período traumático. Não bastava o que Lúcia vivia devido à situação política da família, ainda se envolvia com um homem que passou a lhe causar medo, o que revela a violência psicológica a que estava submetida. Dele Lúcia recorda:

"Eu mereci, porque fui burrinha demais e tal. Aí você fica com medo pra sempre. Bom, vou ser enganada outra vez, daqui a pouco vou dormir com o inimigo outra vez, porque do jeito que eu sou burra... Então eu fico quieta, então eu não namoro. Como eu levei muitos anos sem namorar... nessa situação de insegurança, medo... medo de tudo e medo de homem também..."

Quando conheceu seu atual marido, fez um pouco diferente. Contou logo no início do namoro sua história. Com ele não teve problemas, mas omitiu os fatos a seu sogro.

Quando este descobriu, novamente Lúcia teve que enfrentar os preconceitos: “Porque quando ele soube que eu não casei virgem e que eu era filha de comunista, ele implicou comigo”. Mas como a própria Lúcia afirma, “o amor é lindo, supera tudo...”. Está casada há 27 anos, tem dois filhos e sonha com netos.

Os relatos que Lúcia desenvolveu mostram a história de uma mulher que viveu fragilizada diante da vida. Não culpa a vida política de seu pai pelos frutos, que considera negativos, que colheu durante seu crescimento. Culpa a falta de tolerância, a perseguição, o desrespeito, a destruição de vidas, instrumentos de desmobilização que as ditaduras utilizavam. Lúcia recorda:

“Não era uma questão de medo do que pudesse acontecer... mas era a tristeza, a depressão, a irritação de você saber que foi podada, cortada... Você estava fazendo certas coisas né, sua família ia assim, na luta, na dificuldade... Minha mãe trabalhava muito, mas ela, além de trabalhar, ela participava, militava e meu pai também... Era aquela coisa, varava a madrugada lendo, escrevendo e tal. E eu estava me esforçando, estudava e participava como podia... de repente ‘tshuuu!’ Acabou, né?...”

A vida de Lúcia foi marcada por acontecimentos infelizes. A clandestinidade, a prisão e o desaparecimento do pai, a experiência negativa com seu primeiro companheiro, a morte da mãe por doença, a perda do primeiro filho... “Cada derrota eu morria sem morrer, né? Ficava ali um trapinho, dando trabalho pros outros, né?....” Para se fortalecer, Lúcia buscou auxílio em terapias. Foram cinco tentativas: somente duas deram certo; das outras, tem lembranças de humilhações, exclusão e incompreensão.

Lúcia nasceu na clandestinidade, no final da primeira ditadura da era republicana no Brasil: a ditadura Vargas. O ano de 1964 marcou o reinício de uma experiência já conhecida.

Lúcia guarda na memória passagens engraçadas do período de sua infância, durante a ditadura da Era Vargas. Uma forma, talvez, de minimizar, no relato, a tensão das experiências que viveu. Conta que, quando criança, tinha dificuldade em se relacionar com os amiguinhos por causa de sua introversão e timidez. A discrição que a família era obrigada a ter por sua situação política, associada ao fato de morarem numa casa grande, a melhor de sua rua, mantida pelo partido, fazia com que passasse a imagem de uma menina bobinha e rica. Relata que, para poder brincar e integrar-se com as crianças da rua em que morava,

“[...] tinha que dar alguma coisa. ‘Só vai entrar na roda se der o seu cinto...’ Eu voltava às vezes pra casa pelada, de calcinha, porque dei até o vestidinho pra poder brincar de roda... Começaram a pedir dinheiro, aí então eu disse que tinha em casa uma máquina de fazer dinheiro [*risos*]. Era uma máquina de escrever, então, eu dizia que botava um papelzinho assim e saía o dinheirinho do outro lado... As crianças espalharam, aquilo foi um problema... porque, por coincidência, era uma época em que havia falsificação de dinheiro. Olha a encrenca que eu arrumei na ilegalidade!”

As lembranças de sua infância não são muito claras e, como acontece com a maioria dos filhos de militantes políticos que lutavam contra a ditadura de 64, foram construídas a partir do relato de sua mãe e de alguns familiares. O que afirma, porém, é que foi uma criança “com saúde frágil, difícilzinha, sensível, chorona e medrosa”.

Sua história, marcada pela militância do pai, figura pública, absorveu todas as limitações possíveis para seu desenvolvimento. Mesmo antes da ditadura militar iniciada em 1964, sofria retaliações e era hostilizada na escola por colegas de classe e professores conservadores, que viam o “perigo vermelho” em sua família. Lúcia, porém, tentava levar uma vida normal. Estudava, tinha seus amigos, militava nas bases do partido, no movimento estudantil, e adorava freqüentar a “esquerda festiva”, com rodas de samba e

violão nas quais participavam Vinicius de Moraes, Carlinhos Lyra e outros.

O golpe alterou seu cotidiano. Se, nos primeiros anos, seu pai fora para a clandestinidade sozinho, por volta de 1967 sua mãe e ela o acompanharam. Iniciou-se então uma nova fase em sua vida.

Lúcia é uma mulher que conserva a beleza que dizem que tinha na juventude. Ironicamente, durante a clandestinidade, trabalhou como modelo e manequim para ajudar em casa. A exposição, contudo, era cuidada; além de usar um nome artístico, que considerava “breguíssimo” – Kate (faz questão de dizer que não foi ela quem escolheu) – usava perucas loiras e ruivas (era morena) e maquiagem pesada para aparecer na TV. Não aparentava ser a jovem do dia-a-dia que, como diz, “andava de cara lavada”.

Lúcia viu a ditadura acontecer, mas atuou para que ela tivesse fim. Participou do Comitê Brasileiro pela Anistia, e também esteve presente durante a fundação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Ao avaliar hoje suas conquistas e sua condição, sinaliza que reagiu mal ao golpe, ficou traumatizada com o que aconteceu. As dificuldades de se estabilizar emocional e socialmente foram grandes, diferentemente de outras pessoas que conseguiram o exílio, investiram nos estudos e conquistaram sua independência: “Se deram bem”, diz.

Do pai tem uma imagem idealista, permeada de ternura e saudosismo. Afirma: “Eu perdi não só o meu pai, eu perdi um amigo, porque ele era muito amigo. Aquela pessoa que a gente pode dizer tudo, mas tudo mesmo...” Da mãe tem orgulho, e deseja que alguém um dia pesquise sobre as mulheres militantes e esposas dos militantes. Da família, não tem muitas recordações, a não ser da avó materna, com quem chegou a morar por um período. Somente teve contato com parentes após a anistia. O afastamento foi dos dois lados, pois havia perigo de alguém ser detido, interrogado... Foi também uma forma de proteção.

Atualmente, Lúcia está voltada para um projeto que lhe foi dado como missão, por

sua mãe, em 1970, quando o pai foi preso: contar a história dele, não deixar morrer sua luta. “Você tem que sobrar, você tem que sobrar pra contar a história... porque faz parte agora, sempre fez, né?, da minha vida contar o que houve com meu pai...”

Lúcia carrega consigo ainda um certo tipo de culpa. Acredita que não corresponde aos anseios dos pais, nem no que diz respeito ao fato de conquistar sua independência, de ser forte, como por não conseguir realizar uma biografia de seu pai como acha que ele merece. Sua autocrítica é destrutiva de esperança e de confiança.

“E eu fico sempre me culpando que não tô contando direito... Mas não sou é... assim... a intelectual à altura de ser a filha do Mário Alves... Eu... me considero assim com relação ao meu pai e minha mãe é... não é adequada, é ... Não corresponde ao que eles mereciam, ao que agora eu estivesse fazendo pela memória deles. Porque eu poderia estar fazendo mais, com certeza...”

Falar sobre Lúcia é falar de uma mulher que tem dificuldades profundas de lidar com o passado, com suas perdas, de superar seus traumas e vencer seus limites. Lúcia talvez seja o estereótipo que algumas pessoas imaginam que os filhos de militantes políticos tenham.

Entretanto, mesmo ao se definir com características depreciativas, demonstra que a vontade de lutar para superar tudo isso é quotidianamente modelada, pois somente o fato de estar ali, falando sobre si, dividindo suas experiências, expondo sua intimidade, mostra que características de outra ordem podem e irão fazer parte de sua história pessoal.

1.3 Sem dizer adeus: Joaquim Alencar de Seixas

Sua história de militância remonta à juventude, quando começou, aos 19 anos de idade. Militante sindical, registrou sua militância em todas as empresas em que trabalhou. Dentre elas a Varig, na qual denunciou a ligação da empresa com o governo Vargas e o governo nazista alemão. Na Petrobrás, já na década de 60, fugiu do cerco militar que ocorria na Refinaria Duque de Caxias, ao simular um acidente, junto com outros companheiros, escondendo-se na ambulância debaixo de lençóis sujos de tinta vermelha .

Um dos dirigentes do MTR – Movimento Revolucionário Tiradentes, fundado em 1969, Joaquim, cujo codinome era Roque, foi preso com o filho Ivan, de codinome Teobaldo, em abril de 1971. Nas instalações da OBAN foi torturado junto com seu filho e executado pelos agentes da repressão, dois dias após a prisão. Um dia antes de seu assassinato, sua morte já havia sido noticiada nos jornais da cidade.

Dentre as ações de que sua organização participou está o seqüestro do cônsul japonês, Nobuo Okuchi, em São Paulo, e diversas ações de expropriação.

Joaquim era casado e pai de quatro filhos. Com exceção do caçula, que morava com uma tia no sul do país, e de Ivan, que foi preso junto com o pai, os outros membros da família (a esposa e duas filhas) foram presos após sua casa ter sido “estourada” por policiais, logo depois de sua prisão.

- *Ivan Seixas*

Teobaldo foi um militante revolucionário, preso aos 16 anos de idade. Foi torturado, e ficou seis anos na prisão.

Começou cedo, aos 12 ou 13 anos, realizando atividades periféricas no MTR. Não satisfeito com suas funções auxiliares, por volta dos 15 anos pleiteou entrar “pra valer na luta”. Pediu autorização ao pai, que foi contra. A mãe também não concordou. Não se deu por satisfeito. Considerava que a decisão cabia a ele, a mais ninguém.

Encarou o desafio. Venceu sua primeira batalha.

A segunda batalha vencida por Teobaldo foi sobreviver às torturas; a terceira, vencer os anos de encarceramento.

Ao sair da cadeia, Teobaldo deu lugar a Ivan, que antes havia dado lugar a

Teobaldo. Nesse momento, Ivan deu início à sua primeira batalha: fazer a sua vida. Fazer, não, refazer; pois não há, como disse, como refazer algo que ainda nem havia começado. Voltou a estudar, formou-se em jornalismo e hoje, aos 47 anos, é casado e tem três filhos.

De acordo com Ivan, Teobaldo pertence à história. E assim como a história de Ariston Lucena, a história do Ivan Seixas *filho* se confunde com a história do Ivan Seixas (Teobaldo) *militante*.

“Minha relação com o meu pai era uma relação de companheirismo [...] O meu pai deixava de ser Seixas, passava a ser Roque. [...] Não era confiança no meu pai, ele vai me proteger... era confiança no companheiro, eu tinha que ter esse tipo de coisa, o companheiro está me protegendo, como qualquer outro me protegeria, como eu protegeria qualquer um, né?...”

Teobaldo foi preso junto com Roque. Na sala de torturas, Ivan ficou de um lado e Joaquim do outro. Companheiros de luta, pai e filho foram torturados juntos. Um ao lado do outro, poriam juntos seus limites à prova.

Ivan narra o acontecimento de forma emocionada, porém firme.

“O meu pai, por ser um velho militante, por ter responsabilidade por tudo, né, ele não poderia falar, né? Então, é... a única coisa que ele falava para os caras era uma frase: “Não vou falar, vão para a puta que o pariu!” [...] Eu não poderia é ... ter o mesmo comportamento, porque eu não tinha a mesma firmeza ideológica que ele tinha, não tinha a... a resistência física que ele tinha, eu era um garoto de 16 anos. Então, durante algumas horas, umas 5 ou 6 horas, eu tive o mesmo comportamento que ele, né?... Quando eu percebi que eu não agüentaria, né ... não suportaria essa barra toda, eu resolvi que eu ia falar [...]. Como é que ele vai ouvir o filho dele dizer: “Tá bom, eu falo!” Qual o impacto disso sobre ele? Qual o impacto de ver o filho fraquejando? Quanto isso pegaria nele? Uma coisa que eu tinha que avaliar. Ele estava ouvindo tudo. Então foi um negócio muito louco. Foi um sofrimento desgraçado para mim, quando eu decidi: vou falar! Não o que eles querem, mas para enganá-los, e o meu pai ouvindo [...] “Tá bom, tá bom, eu falo! É um ponto na Joaquim Nabuco, 500...” Aí me bateu aquele gelo por dentro, como é que meu pai ouviu isso, né?...”

Tudo isso passou muito rapidamente e de forma confusa pela mente de Ivan. Ele não queria decepcionar o pai, nem por mentir, nem por fraquejar:

“[...] Aí foi uma maluquice, porque eu aprendi que não podia mentir... Meu pai, que estava ali sendo torturado, me ensinou que não podia mentir. E aí, como é que você faz para aprender a mentir em tão pouco tempo? [...] você ter que elaborar na cabeça que mentir não pode... mas que aqui pode, aqui deve? A mentira aqui, na realidade, é para proteger a verdade, né? [...]E eu, com relação ao meu pai que tá ali?”

O ponto da Joaquim Nabuco número 500 era “frio”. Mentir trouxe a interrupção da dor, do sofrimento, da humilhação; mas uma interrupção temporária...

Os policiais, ao chegaram da averiguação do ponto falso, não perdoaram. Como punição, Ivan apanhou muito mais, o que, contudo, não o abateu: ao contrário. Para Teobaldo,

“Era até gratificante essa raiva deles, porque você via que era mais poderoso do que eles, e aí é uma relação especial entre torturado e torturador, você via que você enganou e que você é que tem o poder, que você tem a informação e eles dependem de você.”

Do pai e companheiro não se despediu; Joaquim Seixas foi assassinado dois dias depois da prisão. Em suas memórias, Ivan guarda os ensinamentos do pai, seu bom humor, simpatia e generosidade. E conta:

“[...] Eu não via meu pai como herói nem mito, mas era uma referência. Óbvio, né?... querer ser igual a ele [...]. Mas o fato de você querer ser igual a ele, ele impunha uma limitação. É o seguinte: “Você é igual a mim, mas você não é Joaquim Alencar Seixas, você é você, mantenha a sua personalidade.”

O orgulho e a firmeza ideológica com que narrou sua história são admiráveis. Em cada palavra, presentifica sua luta, a luta de sua família e de seus companheiros. De seu passado não guarda ressentimentos ou arrependimento. Aconteceu, é fato.

O período ditatorial é visto por Ivan como um processo histórico em que um projeto político-ideológico estava envolvido, qual seja, o de defesa do Estado burguês, da internacionalização da economia e do combate a uma “República Anarco-sindicalista”. E Ivan alerta: naquele período, os militares e conservadores civis liam a palavra *anarquistas* como sinônimo de *comunistas*, e *sindicalistas* era o mesmo que *pobres*.

Diante dos fatos, buscavam-se respostas para uma ação da oposição. Como agir? Por conformismo, ou por resistência? Ivan, como tantos outros, optou por resistir.

Um dos fatores que o levaram a abrir mão de sua adolescência e a pôr a vida em risco foi uma lição dada por seu pai, quando Ivan tinha ainda oito anos de idade, e após presenciar um diálogo de Joaquim com um homem, perguntou àquele a diferença entre ser pobre e ser humilde. Teve como resposta:

“Olha, humilde é aquele que se submete, que abaixa a cabeça, que aceita calado as coisas. Você é pobre, que não é vergonha! Tenha orgulho! Porque você é uma pessoa, na condição de ser pobre. Como poderia ser uma pessoa na condição de ser rica. Não é vergonha ser rico, não é vergonha ser pobre. Vergonha é ser submisso e aceitar calado as injustiças, né?”

Ouvir as experiências de vida de Teobaldo e Ivan nos responsabiliza. Esse jornalista, ex-militante, é convincente. Todos nós temos como dever cívico levar ao conhecimento daqueles que ignoram o que foi a ditadura militar as informações necessárias para que os erros do passado não se repitam no presente, que a sociedade não compactue com sistemas e governos que não respeitam o direito à vida, à igualdade, à verdade e à

justiça.

Ivan continua na luta, exerce seu dever cívico. Faz parte da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, esteve ao lado de outros familiares na busca pelas ossadas enterradas na clandestina Vala de Perus e contribui com depoimentos e relatos para todos que, como ele, querem exercer a cidadania em bases históricas transparentes.

1.4 A Lenda dos Homens da Mata: André Grabóis

O convívio com as questões políticas que envolviam a vida de sua família influenciou sua inserção na militância. Aos 13 anos, entrou na clandestinidade com a família e, aos 19, foi à China e à Albânia fazer treinamento de guerrilha.

Em 1968, chegou ao sul do Pará, região escolhida para o desenvolvimento de um movimento rural armado contra o regime militar. A Guerrilha do Araguaia, como a conhecemos, foi a única reconhecida oficialmente pelo governo militar, tendo mobilizado milhares de soldados nas três campanhas deflagradas para o combate ao foco guerrilheiro.

No Araguaia, fizeram-se 69 desaparecidos políticos. Dentre eles, André, que morreu em 1973, aos 27 anos, vítima de uma emboscada.

Filho de Maurício Grabóis, também desaparecido durante essa ação guerrilheira e um dos fundadores do PC do B, era casado e teve um filho que não chegou a conhecer.

- ***João Carlos Grabóis***

“[...] Minha mãe contava história pra mim... Aí eu me lembro de uma coisa que era engraçada [...] A gente ia dormir, né?, aí ela ia contar a história do Araguaia, porque tinha minha prima e meu primo que ficavam... falando, “Ah, tia, conta a história do Araguaia!” Que o Araguaia era como se fosse um lugar assim, que tinha um bicho, tinha um monte de coisa, uma aventura, entendeu? Então ela tinha histórias e histórias pra contar, antes da guerrilha, e durante a guerrilha, uma série de coisas...Mas ela viveu lá por um bom período, né?, então ela chegava e contava do cachorro dela, que ela saía pra pescar, e que no rio tinha isso, que ela tinha que atravessar um rio enorme... que era a nado, e que tinham festas, e que meu pai fazia isso, e que tinha o Osvaldão, isso lá o quê ... ela dava os nomes [...] E aí ela ia contando histórias, e eu não gostava de ouvir muito até o final das histórias, porque eu falava, não mãe, você vai contar no final que você vai morrer, né? [...]”

João Carlos Grabóis (Joca) nasceu numa família de militantes políticos revolucionários. É filho, sobrinho e neto de militantes que desapareceram na Guerrilha do Araguaia. Sua mãe, sobrevivente dessa luta, grávida, fugiu do Araguaia a nado para poder ter seu filho com segurança. Os planos de Criméia, mãe de Joca, esbarraram, no entanto, no cerco fechado da repressão. Foi presa; foi torturada.

Joca possui uma história marcada por singularidades. Nasceu na prisão, participou de atividades políticas levado por sua mãe, viveu na clandestinidade, conheceu a família paterna quando já adolescente e só conheceu seu pai através de três fotos: uma antiga, de quando este ainda era bebê; outra de quando era adolescente; e a terceira de quando seu pai era jovem, na qual sua imagem não é nítida. Para Joca, é estranho ter um pai com rosto tão jovial; um pai que não corresponde ao que as crianças costumam imaginar da figura paterna: um pai com cara de pai.

Joca traz de recordação um quadro pintado por seu pai. A imagem é de um homem com chapéu de couro, montado num cavalo. A essa imagem associa a figura do que considera ter sido seu pai.

Sua experiência de vida referente à militância da família confunde-se com sua própria história, já que sua origem familiar foi reconstruída a partir de relatos de outras pessoas ou de registros documentais. Joca cresceu ouvindo histórias de sua história. As lembranças que ouviu entrelaçam-se com suas próprias lembranças, e conformam uma teia imaginária que permite interpretar e reconstruir os cenários que fizeram parte da história política e social brasileira, dentre eles, a Guerrilha do Araguaia.

Considera que seu nascimento foi um instrumento de resistência e combate, e vê sua vida como um *símbolo da liberdade*, por dois aspectos: primeiro, porque apesar das sevícias praticadas em sua mãe, Joca resistiu à debilidade física e emocional que a atingiu, o que o levou, e à sua mãe, a vencer aqueles que queriam que ele não sobrevivesse. Segundo, por ter sido trazido à vida, libertando-se das entranhas da mãe, num espaço que cerceia a liberdade: a prisão.

[...] quando os militares batiam na minha mãe, na prisão, o principal objetivo deles era que eu não nascesse... que eu não nascesse vivo, entendeu? Então, foi uma vitória eu tá vivo... Então, eu acho que esse

momento, assim, esse nascimento, acho que valeu a pena... tá vivo. Eu não sei se eu influenciei nesse momento, né, mas acho que foi uma vitória e eu acho que minha mãe deve ter ficado muito contente. [risos] Porque era um momento em que só morria pessoas... meu pai tava sendo assassinado, meu avô tava sendo assassinado, Deus e o diabo tava sendo assassinado... E de repente, ali, preso, entendeu?... nasceu mais um... Eu acho que isso foi de muita importância pra ela, mais do que eu acho que pra mim até [...]"

A memória de Joca encontra-se em confronto com uma memória oficial – a Guerrilha do Araguaia é cercada de omissões, sendo uma espécie de tabu no Exército – e uma memória real, de fato, além de esbarrar em suas próprias fantasias. Para dar “concretude” à sua história, Joca viajou ao Araguaia. Lá pôde conhecer mais sobre seu pai, uma ausência com a qual ainda é difícil de lidar, de conviver.

“[...] Quando eu fui pro Araguaia, no ano passado²⁹, eu conheci bastante gente que conhecia o André, né?, e o pessoal gostava muito dele... Uma coisa assim... legal você... encontrar gente que falava: “Nossa, o André!”, e ficava contando história, falando... Eles olhavam assim pra mim, “Nossa! Parece o André gordo!...” [risos], e sei lá o quê... [risos] e tal, né?... E falava que parece mais com o pai do que com a mãe, ou que parece mais com a mãe [...]"

E quando fala sobre a ausência e a perda do pai, explica emocionado:

“[...] perdeu o pai, a gente perde aquilo que a gente tem, e se a gente não tem a gente não perde. Como eu nasci sem, eu não perdi, eu deixei de ter. Então para explicar tem que começar por aí, entendeu? [risos] É deixar de ter um pai, o que significa deixar de ter um pai, e não perder um pai. Essa é minha concepção do assunto.”

A experiência de Joca quanto à luta e às utopias revolucionárias de sua família o deixou com muitos pontos de interrogação.

29 Refere-se ao ano de 2001.

“[...] Eu ficava às vezes pensando, pôxa, porque foram 70 caras, resolveram fazer uma guerrilha no sul do Pará, contra um exército, contra um Estado, entendeu?... É... pouca gente, entendeu?! E o resto é uma puta estrutura... Vocês não vão conseguir ganhar isso... Pra eles acho que não importava se iam ganhar ou não, era mais um sonho, era uma coisa mais utópica, entendeu? [...]”

A visão de Joca sobre a Guerrilha do Araguaia é um misto de ingenuidade, fantasia e realidade, marcada pela ambigüidade que caracteriza a opinião de quem só ouviu histórias sobre o assunto. Entre os relatos da família e os relatos dos militares, Joca parece construir sua própria conclusão sobre os fatos: não houve uma guerrilha; o que eles faziam era trabalho voluntário. Ajudar, cooperar, solidarizar-se com o próximo. Não retira o caráter ideológico da ação, mas credita a esta o objetivo de formalizar uma *comunidade alternativa*.

Joca hoje tem 29 anos de idade. É casado, não tem filhos. Acha que é muita responsabilidade. Tenta seguir sua vida de maneira normal, como qualquer pessoa. Entretanto, acredita que tem uma história distinta das demais, que sempre o marcará.

“[...] Eu acho que a minha história é uma história diferente [...]. Eu tento buscar o máximo da normalidade nisso daí, mas... é uma história bem incomum, uma coisa bem diferente. Dá uma coisa assim, ò, esse é o resultado... [*mostrou-se fumando e nervoso*]”

Ao falar de sua maior tristeza e de sua maior alegria, numa eleger o aspecto político, noutra o afetivo. Sua maior tristeza – talvez por influência do legado ideológico de esquerda da família – foi Lula ter perdido a eleição para presidente em 1989; a maior alegria foi o reencontro e a descoberta de novos familiares, pois, durante a fase ditatorial, seu núcleo familiar era restrito e a convivência impedida pela situação de clandestinidade.

A história de Joca foi construída sobre uma outra construção, a da categoria *desaparecido político*. Entender e elaborar sua origem requer entender e elaborar a sua gênese. A tríade passado, presente e futuro é uma constante no cotidiano do membro da família de um desaparecido político, principalmente no caso de um filho de desaparecido.

Nesse sentido, a constituição do sujeito João Carlos Grabóis expressa a “confusão de significados” e nutrientes simbólicos que o identificam e lhe oferecem um sentimento de pertença. Seu nome, João Carlos, era o codinome usado por André Grabóis, seu pai, durante a militância. Esse parece ser o referencial de ligação de Joca às suas origens; o nome é o nosso primeiro e contínuo referencial identitário. Contudo, como diz Joca, quase ninguém o conhece por João Carlos.

Joca tem dificuldades para falar de João Carlos:

“Não consigo não, Daniele, só tem perguntas que são complicadas... [...] Quem é o Joca?... [*pensativo*] Ô, primeiro, eu não sei quem é o Joca. Essa é a primeira resposta que eu daria. Acho que... como eu disse, está se formando... Eu me considero uma pessoa sempre em formação... mas, respondendo de outra forma, né? [...] eu acho que eu sou filho de duas pessoas que se encontraram num lugar incomum e resolveram ter um filho, ou acidentalmente tiveram um filho, numa situação bem adversa. Minha mãe é uma pessoa que eu gosto muito, que eu tenho muito orgulho dela, né... Ela é uma pessoa bem objetiva, bem metódica, assim, bem séria... e que conseguiu escapar dessa situação... e ter o filho dela, e educá-lo... Não sei se foi da melhor forma possível [*risos*], mas... esse seria o Joca, o filho da mãe... [...] Eu não analiso a minha história muito [...]”

Ainda adolescente, Joca recebeu de sua mãe um diário, escrito por ela, especialmente para o filho, que continha registros de sua vida, de suas memórias, informações que levariam Joca a compreender melhor o passado.

Joca só teve coragem de ler esse diário aos 19 anos de idade.

1.5 A moeda de um lado só? Virgílio Gomes da Silva

Dirigente da ALN – Aliança Libertadora Nacional, foi morto aos 36 anos sob torturas, pendurado no pau de arara, pelos agentes da OBAN.

Participou do seqüestro do embaixador americano no Brasil, Charles Elbrick, em 1969, no Rio de Janeiro, fato histórico que virou filme nas mãos do produtor Bruno Barreto.

O filme, que caracterizou seus personagens a partir de identidades reais, mas desenvolveu em seu enredo situações fictícias, apresentou o Comandante Jonas (Virgílio), conforme palavras do jornalista Franklin Martins – também participante do seqüestro – como um “besta-fera”, adulteração intencional do caráter do militante político Virgílio.

Meses após o seqüestro, Virgílio foi preso e assassinado. Seu corpo não foi entregue à família. Desconfia-se de que foi enterrado clandestinamente no cemitério Vila Formosa, em São Paulo.

Casado, era pai de quatro filhos. A família foi detida após sua prisão; a esposa foi torturada e os filhos foram encaminhados para o Juizado de Menores, com exceção de um dos mais novos, que estava na casa de uma tia.

Há notícias de que sua filha caçula, à época com quatro meses de vida, fora torturada com o objetivo de fazer Virgílio e sua esposa fornecerem informações sobre a organização. Tal dado não é confirmado pela família.

Após a libertação, a família foi viver em Cuba.

- ***Gregório Gomes da Silva***

Gregório tinha dois anos de idade quando seu pai foi preso, torturado e assassinado pela repressão desenfreada do regime militar brasileiro. Sua pouca idade e a militância revolucionária do pai não permitiram a convivência entre pai e filho.

As lembranças de sua infância são um mosaico memorial, fruto de histórias contadas, de registros documentais, de fotos e de experiências próprias.

A família Gomes da Silva, assim como a família Lucena, viveu muitos anos em Cuba. Apesar das motivações políticas similares, a ida para Cuba foi por fatores diferenciados. Se os Lucena foram para o exílio na troca de sua liberdade pela do cônsul japonês, os Gomes da Silva foram por uma “opção necessária” para sobreviverem:

“Não fomos exilados ou torturados políticos. Nós saímos depois que o meu pai foi morto, minha mãe foi presa, não conseguia emprego aqui... Mas já havia uma previsão da gente sair do país, até por segurança mesmo. Então, depois que a minha mãe saiu da cadeia, resolveu dar continuidade ao projeto que meu pai tinha de tirar a gente do Brasil. A gente saiu em 72, e eu só retornei em 90.”

Gregório e seus irmãos tornaram-se cidadãos cubanos, pois lá é que puderem desenvolver e exercer sua cidadania. “Cuba foi um pai pra mim... O país Cuba foi um pai pra mim...” Cuba ofereceu a Gregório aquilo que, pela ordem natural e social, o pai oferece aos filhos: acolhimento, educação, perspectivas de vida. Em Cuba, Gregório amadureceu, se conheceu, se formou. Cuba é parte de sua constituição como sujeito.

A Cuba Gregório associa sua identidade “transnacional”:

“Eu não tenho uma identidade nacionalista... não sei... Provavelmente seja pelo período que eu vivi em Cuba... com todos os estrangeiros, exilados ou não, que eu conheci em Cuba... Hoje, para mim não tem fronteiras, a realidade é essa. As fronteiras são físicas, é um rio, é uma montanha, não existe fronteira [...] Meu país é o país que eu estou [...]. Cuba me deu esse internacionalismo.”

Gregório acredita que, se tivesse permanecido no Brasil após os acontecimentos que abateram sua família, sua vida teria sido diferente. Sua mãe estava marcada como terrorista, era vigiada, não conseguia emprego. Gregório, como seus irmãos, teria começado a trabalhar cedo, talvez não tivesse podido estudar. Tal situação, com certeza, lhe traria revolta: “[...] não seria rebelde sem causa, teria muita, mas seria mais revoltado....” Não teria tido, também, a oportunidade de “exorcizar” esse período e elaborar os acontecimentos. E afirma: “[...] Pensar como eu penso não está na cadeia genética, é condicionado por situações históricas e sociais diferentes”.

Isso, no entanto, não significa que o retorno ao Brasil não tenha sido importante para ele. Em Cuba, sua perspectiva era voltar. O objetivo? “Voltar para o Brasil para conhecer o país onde eu nasci, onde eu cresci, que me arrancaram, né?...”

Provavelmente sua intenção era tentar preencher as lacunas de sua história. Afinal, como relata, seu direito de viver e se desenvolver em seu país de origem lhe fora negado.

A imagem que construiu de seu pai foi a de um herói revolucionário, um subversivo – sem o tom pejorativo da palavra – que contestou a ordem vigente, que deu a vida por um ideal de justiça e liberdade para todos:

“[...] Meu pai é meu pai, logicamente é meu pai... mas deixou de ser meu pai quando ele... exclusivamente meu pai, quando ele abraçou uma causa, lutou por ela e foi morto por ela. Acho que... eu enxergo ele mais como um cidadão brasileiro, num país muito carente de heróis, né? Eu enxergo ele assim, como um herói... Um mártir de uma luta que enfrentou esse período da ditadura, enfim, e que por isso ele foi morto. Então ele me pertence um pouco, mas acho que pertence muito mais ao Brasil mesmo. Não tenho exclusividade...”

Dentro dessa imagem porém, parece existir um vazio: não há mágoa, nem orgulho; não há tristeza, nem alegria. Apenas está vazio... Para Gregório, ser filho de desaparecido é estranho – “[...] ninguém desaparece...”.

Digerir essa ausência, porém, levou tempo. Como ele mesmo afirma,

“[...] lá em Cuba mesmo, eu pensava: “De repente eu volto um dia para o Brasil e ele tá lá...”. E às vezes, eu pensando isso, depois ficava com raiva: “Não, não pode ser... Se ele está lá, ele não estaria lá, ele estaria aqui. Se ele estivesse vivo estaria comigo...” Às vezes eu não acreditava que ele estivesse desaparecido mas tinha um fiozinho de esperança que ele estivesse vivo, mas ficava com raiva que se ele estivesse vivo por que não tava com a gente. É uma situação um pouco estranha...”

Da luta de seu pai a avaliação que faz é a de que foi necessária. Trouxe conseqüências? Muitas. Mas foi importante, não tem do que reclamar ou o que criticar. Se a ausência física e afetiva do pai em sua vida foi, de fato, compreendida ou superada, não sabemos. Qual a distância entre a sinceridade espontânea e a crença construída, Gregório não nos permitiu avaliar. Seu relato foi objetivo.

As dificuldades que Gregório encontrou se iniciaram quando retornou ao Brasil. Aqui encontrou um sistema político e social diferente daquele que vivenciou em Cuba. Familiarizar-se com o jeito de ser “umbilical” dos brasileiros não foi de uma hora para outra. Conta que, como faz parte da sociedade cubana o trabalho voluntário, uma vez quis, já no Brasil, participar de um mutirão numa comunidade próxima de onde morava. Não foi bem recebido; acha que os homens na obra pensaram que ele ia tomar as horas de trabalho deles... No entanto, “Só queria acrescentar.”

Outra dificuldade encontrada foi relativa a sua inserção social. Ao chegar ao Brasil, já aos 23 anos, só tinha a família como referência. Seus primos eram bem mais velhos; os filhos de seus primos, bem mais novos. Fazer amizades foi um desafio, que foi superado. Entretanto, Gregório diz ter um “depurador natural”, não-intencional, que o impede de se constranger ou sofrer retaliações por seu passado: ele geralmente só se relaciona com pessoas de esquerda.

Gregório hoje tem 35 anos. É casado e pai de duas meninas, das quais tem um orgulho enorme. Considera-se um excelente pai, pois está sempre atento às suas necessidades e se preocupa em estar sempre com elas, brincando, dando carinho e atenção.

Hoje, de tudo que está relacionado à sua história, só tem uma mágoa: a caricatura desenvolvida para seu pai no filme *O que é isso, companheiro?*. Para Gregório, que simpatizara com a idéia de se registrar um fato histórico brasileiro pouco divulgado no país, o filme retratou de maneira equivocada muitos dos acontecimentos que ocorreram,

além de insultar a memória de seu pai, caracterizado como bronco, insensível e calculista. A imagem que Gregório construiu do pai em sua memória não era a mesma que as telas dos cinemas do país divulgaram.

O Comandante Jonas – codinome usado por seu pai – foi quem administrou o seqüestro e as negociações para a libertação do embaixador americano e, talvez por isso, tenha se tornado uma figura suscetível de equívocos interpretativos que envolvem juízos de valor.

A família mobilizou-se e ajuizou um processo indenizatório por danos morais contra Bruno Barreto, produtor do filme, e seu roteirista, Leopoldo Serran. A intenção? Não permitir que passe impune o segundo assassinato de Virgílio Gomes da Silva.

- ***Vladimir Gomes da Silva***

Vladimir é o filho mais velho do “Comandante Jonas”. Casado, pai de um adolescente de 14 anos, afirma que sua maior felicidade é o filho. Sabe o que é a ausência de um pai, por isso estimula a convivência com o filho para que ela seja cada vez melhor; e quer transmitir a ele a admiração que sente por seu pai, pois “Não deixa de ser uma continuidade, né?...”

A relação que estabelece com a família é de prioridade. Por quê? Vladimir responde que, durante a ditadura, a maior violação de seus direitos foi ter ficado privado de sua família:

[...] de não permitir que a minha vida seguisse do jeito que deveria seguir, é isso que realmente acho, foi a violação maior, da violência. É aquela coisa, da gente ficar preso sem saber por que, sem saber da família, de me separarem da minha família. Hoje eu acho que sou um cara que até por consequência disso daí, eu sou mais chegado na questão da família, dos filhos, que você não pode estragar uma família assim impunemente.”

A perda do pai foi a experiência mais triste que viveu. As circunstâncias do fato, as conseqüências que trouxe para a família (a prisão da mãe, seu encaminhado para o Juizado de Menores junto com os irmãos, a mudança para Cuba) marcaram, negativa ou positivamente, a trajetória de vida de Vladimir.

Mesmo criança, Vladimir já observava os acontecimentos à sua volta. Não tinha discernimento dos fatos, do porquê dos acontecimentos, mas sabia que algo de “diferente” acontecia. Tanto que o medo foi o sentimento que marcou sua infância: “[...] Eu sentia um medo muito grande... um perigo rondando a nossa vida... Esse medo ainda prosseguiu até a nossa saída do Brasil.”

O espaço escolar só veio a fazer parte do cotidiano de Vladimir e de seus irmãos após o assassinato do pai. Vladimir foi alfabetizado pela mãe, em casa. O relacionamento com os eventuais amigos era complicado, ora porque morava por pouco tempo no mesmo lugar, ora porque tinha que ser discreto e não podia falar muito sobre sua vida.

A família de Vladimir era dividida quanto ao apoio à militância de seus pais. Mas não se furtou a auxiliá-los quando da morte de seu pai, Virgílio, e da prisão de sua mãe, Idalina. Cada filho do casal foi morar com uma tia; a família não tinha condições de assumir a responsabilidade de todos os irmãos juntos. Até a ida para Cuba – por opção, já que no Brasil a vida estava muito difícil, após a libertação de sua mãe – os irmãos se encontravam nas visitas entre os parentes. Com a mudança para Cuba interromperam o contato com o restante da família, que só foi retomado com o retorno ao Brasil, no início da década de 90.

Para Cuba, só levaram roupas e alguns pertences:

“A gente nunca carregou nada nessa bagagem, deixou tudo, ou pelo menos, né?, o que a gente tinha de problemas, de medo, a gente deixou aqui, deixou encaixotado... [risos] Deixou tudo aqui, a gente saiu sem bagagem praticamente.”

Quanto às lembranças que tem, relata:

“[...] Tem partes daquele período que eu confundo realidade com sonho, se você pensou aquilo ou se é uma coisa que aconteceu mesmo, se imaginou... Sei lá, pequenas passagens assim... que você fica: “Pô, será que foi verdade mesmo ou eu pensei?...” Como você não tem com quem confrontar... às vezes eu pergunto para a minha mãe... “Ah, não sei, eu não tava lá naquela época.” Pergunto para as minhas tias... tem coisas assim... E como eu fiquei muito tempo sem me relacionar com ninguém, só com minha mãe e meus irmãos, de minha família, do pessoal que eu conhecia, tem umas coisas assim que eu não lembro se era verdade, ou produto da minha imaginação.”

A passagem pelo Juizado da Infância é uma recordação angustiante, ainda meio nebulosa devido à falta de compreensão quanto a algumas situações vividas nesse período. Vladimir relata que um grande efetivo da polícia estourou a casa em que estava morando com sua mãe e alguns companheiros; que viu muitos carros, muitas armas e houve agressões. O tempo em que ficou preso foi

“[...] pouco tempo se você pensar em termos absolutos, mas o nosso tempo ali foi uma eternidade... Foram vinte dias, eu acho, que a gente esteve lá. Para mim foram os vinte dias mais longos que eu podia ter passado [...]. A sensação era medo. Medo mesmo... medo pânico, medo mesmo, não medido. O meu medo maior era nunca mais ver a minha mãe e meus irmãos, da gente se separar. Eles tinham a força. Se eles quisessem separar a gente e nunca mais ninguém ver... Era uma coisa viável, eu via que isso podia acontecer...”

Vladimir, hoje amadurecido, opina sobre esse período. Sinaliza a desconfiança de que queriam fazer com ele e os irmãos o mesmo que ocorreu, em grande escala, na Argentina e em outros países do Cone Sul: separar os filhos dos pais, levando aqueles para famílias substitutas. Já naquela época sentia o medo de separarem-no dos irmãos, o que fazia com que dormissem amarrados um ao outro.

Saber da morte do pai foi uma dor muito grande. O remédio para superá-la? Acreditar que ela não ocorrera. Não havia corpo, não havia provas, ninguém viu, só ouviu dizer. Ainda restou esperança, afinal, ela é a última que morre... Mas um dia morre.

Vladimir teve sofrimento similar ao de seu irmão Gregório; conflituoso, amargo, um misto de desejo de vida e de morte do pai:

“Para mim ele tava fugido, tava por aí em algum lugar e que um belo dia ele ia aparecer, né? E esse sentimento foi um dos que mais me acompanhou, eu com quase quinze anos, eu tinha essa incerteza... Eu comecei a sentir raiva... Pôxa, já estava na hora do cara aparecer, né? Já passou quatro ou cinco anos daquilo lá que aconteceu. Ele fugiu tanto assim que esqueceu o caminho de volta? Aí tinha vezes que eu sentia até raiva, porque ele não morreu. Porque meu pai não pode morrer, meu pai era muito forte. [...] Meu pai era muito esperto, era safo [...] tava fora da probabilidade ele ter sido morto. Então, se ele fugiu, que era o mais fácil para mim de ter acontecido, já tinha passado da hora, ele já tinha que ter aparecido. Se ele não tinha aparecido até agora é porque ele fugiu e abandonou a gente. [...] Eu sentia essas coisas... Já tava na hora dele aparecer, já tava em segurança... A gente já tá tranquilo... Ele pode aparecer, dar notícias, né?... Aí, eu fiquei esperando muito tempo essa aparição, essa boa notícia... Eu sonhava com isso direto. Foi uma coisa um pouco doida... Até que depois eu tive que enfiar na cabeça que o meu pai tinha morrido, aí sim, eu matei ele de vez... É... realmente o que aconteceu foi isso...”

Apesar de tudo, Vladimir não critica ou condena o posicionamento e a opção política do pai. Acredita que a luta de seu pai foi também pelo melhor para os filhos, pois buscava um mundo mais justo, no qual todos seriam respeitados e viveriam dignamente. O que aconteceu com seu pai foi consequência natural da ação que participava. Era um lutador, morreu por sua luta. O legado ideológico da família foi absorvido por Vladimir, que afirma que as idéias com as quais tinha contato influenciaram o seu crescimento.

Assim como seu irmão Gregório, o “ressentimento” que guarda desse período refere-se ao filme *O que é isso, companheiro?*. Considera que a vida do seu pai no filme foi mal retratada, que o pouco que teve de bom foram algumas “[...] sacadinhas cômicas...

Aquele negócio do Lulu Santos ser um cara da polícia, acho que foi uma coisa engraçada, sabe?, dá para você rir. Mas de resto... não achei aquele filme legal.”

Vladimir, ao ver o filme, já estava com conceitos previamente estabelecidos; já ouvira falar do filme, lera críticas sobre ele. Por isso, acredita que não teve maiores decepções, embora a maneira desrespeitosa como trataram seu pai tenha sido um insulto não só à sua memória, mas também à sua família.

Ao falar sobre o filme, Vladimir, na realidade, desabafa:

“Quem era o meu pai dentro do contexto? Meu pai era um operário. Meu pai representava, assim, os setores mais desfavorecidos, menos esclarecidos da cidade... Então eu achei uma puta sacanagem dos diretores, você falar “Mas o Virgílio não era ninguém, esse Jonas não era ninguém... Quem era ele para alguém se preocupar de cuidar da imagem dele?” Então essa foi uma das coisas que mais me sacaneou, que me deixou mais com raiva disso aí. [...]. Não foi desconhecimento, eles leram, se documentaram, então quando foram criar o personagem do meu pai, “Ah... é um operário, um carinha... Quem é a família? Não existe, foram embora. [...] Ah, então em cima disso aqui a gente pode fazer a nossa ‘viagem poética’...” Porque eles falam lá, né, “A gente pode criar e fazer tudo isso sem nenhuma responsabilidade histórica...”.

Fora esse episódio que reabriu feridas mal cicatrizadas, Vladimir se diz um homem que vive sua vida sem maiores complicações. O desejo de retornar ao Brasil foi concretizado, a atividade que realiza tem uma utilidade social (trabalha na área de construção civil com projetos para habitação popular) e está junto de sua família.

No que se refere ao país que o acolheu, Cuba, compartilha da mesma opinião de seu irmão Gregório e dos amigos Telma e Adílson.

Quanto à história do Brasil durante o regime militar, lamenta a falta de empenho e compromisso em esclarecer as lacunas que ela contém. Por isso não se omite em ajudar a contar parte do que também considera o outro lado da história, para todos aqueles que queiram ouvi-la.

- *Virgílio e Isabel Gomes da Silva*

Infelizmente não foi possível a realização das entrevistas com Virgílio e Isabel.

Com Virgílio, não houve oportunidade de contato. Quanto a Isabel, foram duas as tentativas. Num primeiro momento, Isabel explicou estar com compromissos que impediriam o encontro para o depoimento. Num segundo momento, esclareceu não estar à vontade para retomar o assunto familiar.

1.6 O melhor de mim: Lincoln Bicalho Roque

Inteligência e carisma marcaram sua trajetória acadêmica e política.

Formou-se em Sociologia em 1967, ingressando na Universidade Federal do Rio de Janeiro como professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Em 1968, teve aposentadoria compulsória devido a sua participação política.

Dirigente do Partido Comunista do Brasil – PC do B, morreu, no mesmo dia em que foi preso, aos 27 anos de idade, vítima de bárbaras torturas realizadas no DOPS/RJ.

Separado, deixou uma filha.

- ***Tatiana Roque***

Tatiana Roque é uma mulher de reconhecido sucesso profissional. Professora do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, traçou seu caminho intelectual procurando ser sempre a melhor. Sua determinação a levou a fazer Mestrado em Matemática e Doutorado em Filosofia da Matemática.

Quanto à militante política de Tatiana, ela precisa, em sua própria avaliação, aprender a conciliar seu tempo, sua intelectualidade e demandas subjetivas para se aperfeiçoar. Procura investir, com algumas dificuldades, na efetivação de uma militância. Freqüenta o Grupo Tortura Nunca Mais – GTNM/RJ, participa dos projetos e movimentos que ele organiza, procura estar sempre “atenada” com as questões políticas, inclusive mantém contato com o movimento dos *Hijos* da Argentina.

A *mulher* Tatiana, porém, precisa ser “*recuperada*”. Seu lado afetivo não expressa muitas realizações; embora tenha muitos amigos e vida social, o “coração” é exigente. Sua relação com os homens é sempre de “exigência, muita exigência.”

De acordo com Tatiana, amigos e familiares que viveram o contexto ditatorial e conheceram a luta de seu pai influenciaram bastante no que ela se tornou. Foi-lhe dada uma espécie de “missão”: destacar-se, ser a melhor. Tatiana explica: “Meu avô, por parte

de mãe, é super orgulhoso... até hoje ele fala: ‘Você tem muita responsabilidade, porque é filha de um grande homem... Dorme com um bagulho desses?!’”. Ela continua:

“[...] eu tinha que tirar 10, se tirasse 9,5 eu chorava. Tinha que tirar 10 em tudo, tinha que ser a melhor aluna da escola, tinha que passar para tudo... Aí ao mesmo tempo eu tinha que ser revolucionária, nada do que eu fizesse tinha que ser igual a todo mundo, tinha que ser diferente, tinha que ser novo [...]. E o pior é que eu correspondi às expectativas, não que eu esteja dizendo que eu sou um gênio, mas as pessoas estão satisfeitas, assim, sabe?...”

Com tanto investimento no lado profissional e, em certa medida, no lado político, seu lado afetivo e a *mulher* Tatiana ficaram esquecidos; e sempre quando lembrados, o vínculo idealizado do pai aparecia junto, como uma sombra avaliativa que acabava, de certa forma, marcando como temporários os seus relacionamentos amorosos. A depoente comenta: “Grandes histórias, com homens maravilhosos, sabe? E que é sempre desgastante. Então, no meu lado afetivo eu queria assim, acalmar mesmo, ter uma história calma ...” Tatiana relembra que sua banca de doutorado era formada por seis homens “[...] fantásticos, com suas máquinas maravilhosas... Todos importantíssimos, todos de nome, todos poderosos... só tem *superstars*...” E avalia: “Tatiana e a escolha de seus homens... pra banca tudo bem, beleza, mas na vida é igual. Na vida como na banca.”

Tatiana teve a convivência com o pai interrompida aos três anos de idade. Como a militância de seus pais estava cada vez mais arriscada, a mãe queria proteger a filha de qualquer ação repressora que pudesse prejudicar toda a família. Pediu ao companheiro que saísse da luta; ele não quis. Então, para poupar a filha dos caminhos da clandestinidade e do perigo da repressão, a mãe separou-se de seu pai.

O segundo casamento de sua mãe ofereceu a Tatiana maior segurança e

estabilidade, um núcleo familiar, inclusive uma irmã caçula. Mas, apesar da identificação e do respeito desenvolvido por seu “Pai 2”, como chama seu padrasto, Tatiana permaneceu voltada para seu “Pai 1”.

As lembranças de seu pai biológico, construídas pelo relato de familiares e amigos, fotos e documentos, eram criadas em bases idealizadas da figura paterna. Tanto que a imagem de um *pai herói* se confundiu por muito tempo, nas memórias de Tatiana, com a figura de um *pai que abandonou a filha* e que, posteriormente, deu lugar à imagem de um *pai idealista e ingênuo*. Tatiana, ao falar sobre isso, expõe:

“Será que meu pai não cagou pra mim?... Por um lado é uma coisa assim, de herói... mas depois eu comecei a compreender isso de outro jeito, eu acho que no fundo, no fundo, ele achava que não ia morrer.”

A vida familiar de Tatiana foi permeada de conflitos. Com a mãe ou com o “Pai 2”, vivenciou situações de conflito e angústia que sempre estavam, conforme seus relatos, ligadas ao fantasma do pai.

Essa imagem paterna fantasmagórica, diz Tatiana, só foi materializada e superada no início de 1995, quando ganhou o processo de responsabilização civil, contra a União, pela morte de seu pai. Tatiana investigou, montou um dossiê, conseguiu testemunhas, provas documentais, e alcançou a meta de reconstrução do passado de seu pai.

A partir daí, afirma ter conquistado maior liberdade e ter se desprendido do passado, o que a levou a agir mais naturalmente. Antes, vivia com dúvidas, “meio que” na fantasia, pois as circunstâncias ligadas à morte do pai estavam encobertas. O mais importante para Tatiana desse esclarecimento, realizado durante uma audiência judicial, foi ter conseguido delimitar a vida e a morte do pai:

“[...] ao mesmo tempo ele ficou vivo, porque era a história dele que tava sendo contada ali, e morto, porque tava sendo acusado, tava ali o laudo cadavérico, a bala [...] Eu senti que a minha missão, porque eu antes encarava aquilo como uma missão, me senti muito aliviada, porque é como se fosse assim, minha missão estava cumprida, sabe?...”

Tatiana tem opinião divergente de alguns dos membros de sua família quanto à indenização que os familiares dos mortos e desaparecidos têm direito a receber do Estado, a partir da Lei 9.140/95, promulgada após Tatiana já haver ganhado o processo de responsabilização civil na justiça. Acredita que, num sistema capitalista, o poder é representado pelo dinheiro, e perder dinheiro incomoda. Por isso, concorda com as indenizações e ainda ressalta: “[...] Eu acho que pra me indenizar tem que ser muito dinheiro, alguma coisa que incomode, entendeu? O dinheiro que eles deram foram um cafezinho...” Faz questão de frisar que as indenizações não podem ser isoladas, fazendo coro com as reivindicações apresentadas pelo GTNM/RJ: esclarecimento das circunstâncias das mortes, punição para os culpados, abertura dos arquivos das Forças Armadas, dentre outras.

Na opinião de Tatiana, o Brasil é um país despolitizado, em grande parte pelo desconhecimento da sua história. Por isso, aproveita e constrói oportunidades para ajudar a divulgar outras versões dessa história.

Ela segue seu caminho procurando corresponder às expectativas de todos e construindo possibilidades para passar a corresponder às suas próprias expectativas. Fazendo de cada dia uma etapa para reconstrução de sua história de vida, Tatiana vai se tornando uma *mulher* de sucesso profissional e com rica militância política.

CAPÍTULO 2: PÁGINAS NEGRAS ESCRITAS EM VERMELHO-SANGUE: O OUTRO LADO DA HISTÓRIA

- *Resgatando a história: A intervenção das Forças Armadas no cenário histórico-político brasileiro e o desenrolar do tapete que nos leva ao ano de 1964*

A história do Brasil guarda passagens emblemáticas sobre a intervenção das Forças Armadas no seu cenário político e social. Com um pretense caráter “moderador”³⁰, “regulador”, e, de certa forma, “salvacionista”, as Forças Armadas³¹, particularmente o Exército, efetuaram ações políticas históricas que marcaram épocas e gerações.

Conforme nos expõem Rizzo & Soares³²,

“[...] as crises políticas deviam ser resolvidas por intervenções militares de curta duração, promovidas pelos altos escalões. Devendo-se respeitar a segunda regra de ouro: debelada a crise, o poder deveria retornar ao sistema civil, pois o poder militar só seria aceito excepcionalmente e nas condições aqui definidas. Isto é, essencialmente regulador, moderador e provisório, autônomo nas iniciativas de intervenção, mas dependente da legitimidade dos parceiros civis para permanecer no poder ou dele retroceder.” (2000, p. 99)

Com efeito, as intervenções militares no decorrer de nossa história apresentam estreita vinculação com o desenvolvimento da sociedade brasileira, o que interfere em sua dinâmica e lhes permite um entrelaçamento. Do Estado Monárquico à Proclamação da

30 O “Poder Moderador” era destinado ao imperador do Brasil, que, segundo Boris Fausto (2001, p. 81), “[...] não interviria na política e na administração do dia-a-dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando ‘a vontade e o interesse nacional’”.

31 O termo “Forças Armadas” é correntemente usado para constituir a tríade Marinha, Exército e Aeronáutica. Todavia, a institucionalização de cada “Força” deu-se em períodos diferentes, sendo o termo criado no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se oficializa a Força Aérea Brasileira. Até então, só existiam a Marinha e o Exército, institucionalizados em fins do século XVIII e início do século XIX. Anteriormente (sécs. XV e XVI), existiam grupamentos de combate na Marinha e as milícias que deram lugar, posteriormente, à Guarda Nacional, sob o comando do Exército. O primeiro emprego militar da futura Aeronáutica ocorreu no século XIX.

32 In: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org). “Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.” Rio de Janeiro: FGV, 2000.

República, diversos exemplos podem ser citados, desde situações referentes à defesa ou à conquista de territórios, à repressão de levantes populares ou como intermediadores para a queda ou a ascensão de um regime ou de um governo.

Para ilustrar as intervenções militares no curso da história política e social brasileira, basta virarmos algumas de suas páginas. Nelas, estão registrados os combates às invasões francesas e holandesas, como a Batalha dos Guararapes no século XVII; a Guerra dos Mascates, em Pernambuco; a Inconfidência Mineira e a Conjuração dos Alfaiates, no século XVIII. Já no século XIX, destacam-se a Revolução de 1817, em Pernambuco; a Independência do Brasil; a Guerra da Cisplatina; a da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai); a Guerra de Canudos; e a Proclamação da República. Acrescentem-se, ainda no século XIX, os exemplos de combate aos levantes populares, ocorridos em Farrapos (Santa Catarina e Rio Grande do Sul); Sabinada (Bahia); Balaiada (Maranhão); a Revolta Liberal (São Paulo e Minas Gerais); e a Revolução Praieira (Pernambuco).

O tipo de relação desenvolvida entre o Estado brasileiro e as instituições militares mostra-se a partir das estratégias de defesa e ampliação dos territórios, pelo ideal de integridade de seu patrimônio territorial e da identidade nacional e pela imagem de ordem e salvacionismo que construíram e legitimaram pelo poder moderador de intervenção.

Durante o período republicano as instituições militares mantiveram seu caráter interventivo, moderador e repressor. Os destaques são: o combate aos levantes populares de Canudos (1897) e Contestado (1912); a Revolução de 1930 (o fim da primeira República), que teve seu contexto marcado pelo “Movimento Tenentista”; a luta contra a “ameaça esquerdista” (1937) em que as forças armadas impulsionaram o golpe de Getúlio Vargas, abatendo os “comunistas” e o movimento popular; a queda do Estado Novo, em

1945; as intervenções “preventivas”, engendradas por militares “legalistas”³³ que viabilizaram as posses de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, em 1955 e 1961; finalmente, a intervenção militar de 1964, que rompeu com os frágeis laços democráticos brasileiros e iniciou o período da “ditadura militar”; e, posteriormente, com a transição democrática (1985), que pode ser considerada um acordo “pelo alto”, cujas bases políticas de retorno à democracia foram discutidas entre os setores dominantes, sem participação popular, cooptando suas demandas e sem perda de poder, configurando ainda o que alguns teóricos chamaram de *conciliação*.³⁴

O livro *Brasil Nunca Mais* (1990, p. 53)³⁵ apresenta passagens que corroboram as informações acima indicadas:

“Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando seqüência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores de nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares.”

No que diz respeito às intervenções e participações políticas dos militares no comando do país, com exceção da intervenção militar em 1964, todas ocorreram conforme

33 De acordo com Boris Fausto (2001) e Thomas Skidmore (1988), os militares legalistas eram aqueles que procuravam respeitar as leis constitucionais que regiam o país, pois creditavam ao respeito à Constituição o fortalecimento da democracia. Tal característica ficou evidenciada nas tentativas de golpes que impedissem o acesso ao poder dos presidentes eleitos pelo voto direto, como Juscelino Kubitschek, ou o acesso à presidência do vice João Goulart, direito legal estabelecido constitucionalmente.

34 Evaldo Vieira (2000) sinaliza que o termo expressa bem o retorno do Brasil à democracia, já que no seu uso inicial, ainda no período imperial, a conciliação visava a “[...] harmonizar os políticos e suprimir as discordâncias básicas entre os partidos” (p. 188), sendo esta consagrada ao final da Constituinte de 1987 e na promulgação da Constituição Federal de 1988.

35 Esse livro expõe uma síntese dos resultados e relatórios provenientes de uma pesquisa desenvolvida por especialistas, com a contribuição da Igreja Católica, que objetivou elaborar um perfil oficial dos atingidos pela política do Estado ditatorial, traçando a linha de repressão adotada entre os anos de 1964 e 1979. Foram pesquisadas mais de 1 milhão de páginas processuais arquivadas na Justiça Militar brasileira. A pesquisa tem o mesmo título do livro.

o apontado por Rizzo & Soares (2000): intervenções provisórias e de cunho moderador. Entretanto, o ano de 1964 perpetuou-se por 21 anos e recebeu legitimidade de grande parte dos grupos civis, com domínio no cenário público e político, e de parcela da sociedade civil. Por quê? Devido à presença constante de um “perigo vermelho”, fortemente difundido no início do século XX (entre os anos 10 e 20) quando ocorreu a Revolução Russa. A partir de 1917, a então “recente” URSS implanta um novo modelo de Estado: o socialista. A difusão de uma ideologia de revolução democrático-burguesa, etapa para se chegar a uma revolução socialista, ganha força na América Latina.

No Brasil, é criado o Partido Comunista do Brasil – PCB, subordinado à Terceira Internacional (Moscou, 1919). Influenciados pelas idéias do partido russo, os políticos e militantes adeptos do partido comunista brasileiro concebiam o Brasil como um país atrasado em termos político, social e econômico, cujos entraves para seu desenvolvimento eram o latifúndio e o imperialismo. As formulações sobre democracia da Terceira Internacional influenciaram a maioria da esquerda brasileira com a idéia de que a democracia seria apenas uma etapa preliminar para o socialismo, até se efetivar a “ditadura do proletariado” (Coutinho, 2000). Reproduzia-se no país a tese de que a revolução brasileira teria de ser feita em duas etapas.

Essas idéias tornaram-se alertas para a política brasileira, que já vinha sofrendo desgastes com as greves operárias (influenciadas pelo movimento anarquista) e os reflexos das conseqüências da I Guerra Mundial. O movimento trabalhista – categoria constituída pelos agentes que supostamente tomariam o poder – tornou-se então preocupação, pois se apresentava como um instrumento do avanço das idéias comunistas em nosso continente.

Paralelamente à criação do PCB, organizou-se aquele que ficou conhecido como “Movimento Tenentista”, cuja pretensão era derrubar o regime vigente no país, realizar reformas na sociedade, centralizar o poder ao romper com as oligarquias e “salvar a honra

militar”. A primeira rebelião dos tenentes, ocorrida em 1922, no Forte de Copacabana, ficou conhecida como “Os 18 do Forte”. Posteriormente, em 1924, nova rebelião estoura entre os tenentes, liderados por Luiz Carlos Prestes. Mais uma mobilização, de resistência militar, entrará para a história: a “Coluna Prestes”.

Tais acontecimentos geraram expectativas negativas na sociedade política brasileira, que ampliou esforços para o enfrentamento de ações assemelhadas a uma revolução, que poderia levar fortalecer idéias socialistas.

Contudo, mesmo com a cúpula das Forças Armadas preocupada e contrária às idéias do “Movimento Tenentista”, a ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de Presidente da República, por meio de um Governo Provisório, contou com o apoio dos militares (tanto dos tenentes quanto os de alta patente). O diálogo de Vargas com os tenentes tinha um ponto de apoio: ambos almejavam interromper o ciclo de poder das oligarquias cafeeiras regionais (SP e MG). As Forças Armadas ganharam destaque: a responsabilidade pela estabilidade da ordem interna.

O Estado pós-1930 revelou-se populista, porém mais centralizador e autônomo, cujos objetivos passavam pelo desenvolvimento do nacionalismo e pela industrialização. O temor ao avanço comunista continuou presente no decorrer dos anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. O presidente engendrou ações de “aliança” entre o operariado e a burguesia industrial, como uma forma de cooptação do movimento dos trabalhadores para dentro do Estado, por meio da criação do Ministério do Trabalho (1930) e dos sindicatos, registrados e subordinados a ele.

Devido às contradições internas do governo, em 1935 “comunistas” e “tenentes” voltam a rebelar-se, pela então formada “Aliança Libertadora Nacional” (ALN). O “Movimento Tenentista” agora é neutralizado pelo governo de Getúlio Vargas; porém, consegue causar impacto político, o que gera um clima “pré-revolucionário”.

No início de 1935, o governo propõe uma Lei de Segurança Nacional, que:

“[...] definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social por meios não permitidos em lei” (FAUSTO, 2000, p. 197).

Somadas à repressão ao Partido Comunista do Brasil, forçado a entrar na clandestinidade, o governo inicia medidas repressivas, autoritárias e “teatrais”, que levariam à implantação do “Estado Novo”.

Boris Fausto (2001) ao discorrer sobre o período, expõe:

“Em janeiro de 1936, o Ministro da Justiça anunciou a formação de uma Comissão Nacional de repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais.” (p.199)

E acrescenta:

“[...] Faltava porém um pretexto para reacender o clima golpista. Ele surgiu com o Plano Cohen. [...] Um oficial integralista – o capitão Olímpio Mourão Filho – foi surpreendido ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. [...] Sob a alegação de que o texto estava sendo distribuído nos quartéis, Vargas e a cúpula militar decidiram antecipar o golpe [...]” (p. 199-200)

A ditadura Vargas durou cerca de oito anos.

As novas crises econômicas causadas pelos reflexos da Segunda Guerra Mundial; a

mobilização estudantil que organizou a UNE – União Nacional dos Estudantes (1937); o reaparecimento das greves operárias, e as semelhanças crescentes das políticas varguistas com o peronismo argentino criaram o clima para a derrocada da ditadura de Vargas.

A queda do Estado Novo inaugura o período democrático brasileiro. O presidente eleito democraticamente foi Eurico Gaspar Dutra, que fora apoiado por Getúlio Vargas. Nesse período pós-Segunda Guerra Mundial disseminou-se a concepção de “Guerra Fria”, que se consolidou no decorrer dos anos numa luta polarizada entre EUA e URSS, ocasionando a ida do Partido Comunista do Brasil – recém-saído de um longo período clandestino a partir das eleições de 1945 – novamente para a clandestinidade.

O presidente Eurico Gaspar Dutra adotou um modelo econômico liberal, que não surtiu efeitos positivos. Mudando de tática, favoreceu o avanço da industrialização, minimizando as exportações e voltando-se para a produção do mercado interno. Todavia, com o movimento sindical reprimido, foi fácil reduzir o salário real dos trabalhadores, o que, de acordo com Boris Fausto (2000), fez o custo de vida subir 15% em São Paulo e 23% no Rio de Janeiro. Ao final de seu governo, Dutra já estava enfraquecido.

A volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1951, resgatou a conciliação do governo com os trabalhadores, momento em que se investiu na industrialização e numa política nacionalista. Acusado de ajudar a promover uma República Sindicalista no Brasil, após o anúncio de um aumento de 100% para o salário mínimo dado por João Goulart, então Ministro do Trabalho, o governo viu-se pressionado por vários setores, inclusive os militares, a recuar ou renunciar.³⁶ Ademais, a partir de 1953 os EUA iniciaram pressão sobre os países do Terceiro Mundo quanto ao posicionamento em relação ao comunismo. Tal fato abalou o governo brasileiro.

³⁶ A política populista e nacionalista de Vargas causou protestos dos militares anticomunistas, que reclamaram contra o descaso do governo com o Exército. O aumento de salário-mínimo proposto aos trabalhadores é uma afronta ao encolhimento dos proventos dos militares. Acusado de “chefe do peronismo brasileiro”, João Goulart é demitido do ministério após pressões dos militares.

O populismo de Vargas passou a enfrentar a necessidade de adotar políticas impopulares,³⁷ o que acarretou desagrado em seus setores de apoio. Os rumos que a economia brasileira devia tomar eram tensionadas por diferentes interesses. Os problemas financeiros, a crise do café, a pressão militar pela renúncia de Vargas e as críticas políticas (devido à crise instaurada com a tentativa de homicídio de Carlos Lacerda perpetrada por representantes do governo) levaram Getúlio Vargas ao suicídio, em 24 de agosto de 1954.

Quanto aos anos de governo de Juscelino Kubistchek, eles iniciaram com relativa estabilidade política, mas também não passaram ilesos a críticas e a tensões sobre os modelos econômicos a serem adotados. Apesar de uma maior abertura ao investimento estrangeiro, o governo JK rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que ocasionou comemorações por parte dos trabalhadores e preocupações nas elites brasileiras e internacionais. O “Plano de Metas” e a criação da SUDENE foram bem recebidos, abrindo caminho para o desenvolvimentismo. Mas se, por um lado, os gastos com a construção de Brasília e com o sonho dos “50 anos em 5” acarretaram desconfianças sobre desvios de verbas e aplicações sem controle, por outro, os investimentos de JK ocasionaram altos índices de crescimento econômico.

As relações do governo com os militares foram permeadas por alguns questionamentos, que, conforme nos indica Boris Fausto (2001), são reflexo das divergências entre os oficiais nacionalistas (alguns até próximos ao comunismo) e os “purificadores da democracia” (que acreditavam que o impedimento da república sindicalista e do comunismo se daria por meio de um golpe). Mas o desenvolvimento e a ordem, objetivos do governo e dos militares, mostraram que

37 As referidas medidas impopulares, conforme Thomas Skidmore (1988), podem ser exemplificadas com o programa antiinflacionário proposto por Getúlio Vargas, na tentativa de conciliar melhoria de salários dos trabalhadores com a nacionalização da economia. É importante ressaltar que, no campo político, apesar do apoio inicial à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, para lutar ao lado dos Aliados contra o Eixo, ao fim da guerra, com baixa de 458 brasileiros, e com a volta dos “pracinhas” da FEB, o governo sofreu pressões populares em prol da democratização do Brasil.

“A alta oficialidade das Forças Armadas – especialmente do Exército – estava disposta, em sua maioria, a garantir o regime democrático dentro de certos limites, dizendo respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo [...]” (FAUSTO, 2000, p. 233)

Paralelamente a esses acontecimentos, JK viabilizou a reestruturação dos sindicatos. Nesse contexto, a crise inflacionária e a dívida do país já alarmavam a sociedade. Tal fato contribuiu para que mais uma vez os trabalhadores se apresentassem como vetores de uma possível revolução comunista.

A sucessão presidencial teve como forte candidato o político Jânio Quadros. Com ele, a sociedade brasileira acreditava conseguir “varrer” a corrupção, a crise e o comunismo. Tomando como símbolo a vassoura, Jânio legitimava essa crença.

Thomas Skidmore (1988, p. 28) afirma que:

“A UDN queria Jânio porque ele professava muitas das posições udenistas, como a intransigência com a corrupção, a suspeita em relação a obras faraônicas, a preferência pela livre empresa, e a ênfase nos valores do lar e da família. Jânio também prometia erradicar a inflação e racionalizar o papel do Estado na economia. [...] Os militares, especialmente, depositavam nele grande esperança, pois há muito desejavam que surgisse alguém capaz de desfechar uma cruzada moral contra o que consideravam políticos sem princípios e oportunistas.”

Para decepção de todos que o apoiaram, Jânio Quadros não correspondeu às expectativas. Além de privilegiar uma política externa independente, demonstrou simpatia à reforma agrária, e condecorou Che Guevara, em passagem pelo Brasil, com a Ordem do Cruzeiro do Sul – a mais alta homenagem oferecida a estrangeiros.

O presidente foi alvo de críticas e pressões, principalmente da UDN, pela voz de

Carlos Lacerda. Sem simpatia por conflitos verbais públicos, Jânio enviou ao Congresso Nacional uma carta, com o comunicado de sua renúncia, em agosto de 1961.

O contexto da renúncia de Jânio é brindado pelo exemplo da Revolução Cubana e pela visita pelo vice-presidente João Goulart à República Popular da China. Mais uma vez, o comunismo apareceu como um fantasma a assustar as elites políticas e econômicas brasileiras.

De acordo com a Constituição Federal, em caso de renúncia do presidente, a Presidência do país seria dada ao vice. Em 1961, quem portava essa condição era João Goulart.

Um fato, porém, abriu passagem para a tentativa de impedir Jango de subir ao posto presidencial: sua experiência populista como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, quando engendrou ações que descontentaram as elites políticas e econômicas nacionais e internacionais. Um fator adicional que inquietou a oposição foi a visita à República Popular da China realizada por Jango no momento em que se declarou vaga a Presidência.

Como e o que fazer diante do quadro que se apresentou? Entregar o poder a Jango? Tentar um golpe de Estado? Que conseqüências essas ações poderiam oferecer?

Novamente, o “perigo comunista” mobilizou esforços militares. Foram eles os primeiros a se manifestar contra a posse de Jango. De acordo com Thomas Skidmore,

“O manifesto dos ministros terminava expressando o receio de que uma vez na presidência Goulart promovesse a infiltração das Forças Armadas, transformando-as assim em “simples milícias comunistas”. O fantasma de um conflito entre trabalhadores e militares não podia ter sido mais bem descrito.” (1988, p. 30)

Essa preocupação não era unânime entre a cúpula militar; pelo menos para os militares que acreditavam na legalidade e exigiam o respeito a ela. Contudo, divergência à

parte, cada lado teve que ceder, como ainda nos mostra Thomas Skidmore (1988, p. 31), ao expor que “[...] a solução encontrada foi a que Goulart assumiria a presidência, mas com poderes reduzidos. Uma emenda constitucional aprovada apressadamente transformou o Brasil em república parlamentar.”

João Goulart toma posse em 7 de setembro de 1961 e permanece no poder durante aproximadamente três anos e meio, período de grandes mobilizações sociais e fortalecimento dos trabalhadores urbanos e rurais. Conforme exposição de Boris Fausto (2001), os trabalhadores rurais foram beneficiados nesse período devido ao crescimento urbano e à industrialização dos anos anteriores.

Jango assume responsabilidades com o campo, e em 1963³⁸ sanciona lei que dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”, que regulou a jornada de trabalho e dispôs sobre salário mínimo, repouso semanal e férias remuneradas.

O discurso sobre a reforma agrária ganhou proporções importantes no governo Jango. Como era de se esperar, esse discurso obteve apoio dos trabalhadores, mas também causou inquietações nos proprietários de terras.

O presidente João Goulart herdou dois problemas centrais dos governos anteriores: o déficit na balança de pagamentos e a inflação. O programa de estabilização do governo, para combater a esses problemas, teve como mentores San Thiago Dantas e Celso Furtado. O Ministério do Planejamento apresentou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que teve por objetivos manter as taxas de crescimento da economia e reduzir a inflação. Essas condições impostas pelo FMI eram indispensáveis para obtenção de novos empréstimos, renegociação da dívida externa e elevação do nível de investimento. Todavia, Jango identificou alguns pontos politicamente negativos, a saber: a desvalorização da moeda brasileira, o cruzeiro, levaria ao aumento do custo com as

38 Em janeiro desse mesmo ano, por meio de um plebiscito apoiado pelo governo, cerca de 9,5 milhões de pessoas votaram a favor da volta ao sistema presidencialista.

importações de trigo e petróleo, o que, conseqüentemente, elevaria o preço do pão e da gasolina; e a contenção de aumentos salariais e a dispensa de empregados seriam medidas muito impopulares (SKIDMORE, 1988, p. 37).

Dessa forma, o plano foi engavetado e uma nova política adotada: o nacionalismo radical. Como nos aponta Maria Helena Moreira Alves (1985, p. 25):

“O governo Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamentos de *royalties* e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro.”

As Reformas de Base, também apontadas no plano “Dantas-Furtado”, tenderam a ser levadas à frente. Digamos que elas tenham sido uma forma encontrada de minimizar o descontentamento dos sindicatos com as propostas anteriormente apresentadas. As Reformas de Base incluíam a reforma agrária, educação, impostos e habitação. Mas no que Jango tentou “cobrir de um lado, descobriu do outro”.

O anúncio das reformas aumentou a oposição ao governo e acentuou a polarização da sociedade brasileira. A extensão do direito ao voto aos analfabetos e militares de patentes inferiores das Forças Armadas, além da reforma urbana – que traria aos inquilinos possibilidade de apropriação dos imóveis – causou furor nas classes médias urbanas e militares. A realização de um grande comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde Jango decretou a nacionalização das refinarias privadas de petróleo e desapropriou, para fins de reforma agrária, propriedades às margens de ferrovias, rodovias e zonas de irrigação dos açudes públicos, foi a gota d’água para fazer transbordar a

tolerância das elites dominantes.

Acrescente-se a esse cenário a pressão política de Jango sobre o Congresso para a aprovação das reformas, e as vozes de alguns partidários janguistas que pleiteavam uma reforma política que permitisse sua disputa à reeleição, o que trouxe a desconfiança de que Jango preparava um golpe para manter-se no poder. Além disso, novas eleições presidenciais seriam realizadas em 1965, e Juscelino Kubitschek despontava nas pesquisas como o favorito a suceder Jango (GASPARI, 2000).

Esse quadro favoreceu o estopim da mobilização de grupos conservadores e opositoristas contra as medidas políticas, sociais e econômicas que Jango preconizava, e acabou por culminar em sua deposição.

Como exemplo, temos a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, uma resposta ao comício de Jango na Central do Brasil e uma das ações legitimadoras que forneceram o apoio político para a derrubada do presidente e a efetivação do golpe de abril. Realizada em 19 de março de 1963, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com ramificações por outros estados, foi preparada com o auxílio de várias entidades, dentre elas, a Campanha das Mulheres pela Democracia – CAMDE –, contando com a participação de pessoas que eram a favor da deposição de João Goulart e temerosas do avanço comunista, como grupos de direita influenciados por setores conservadores da Igreja Católica.³⁹ A manifestação reuniu cerca de 500 mil pessoas.

Do lado militar, os seqüenciais movimentos internos de praças e oficiais subalternos nas Forças Armadas trouxeram preocupações ao oficialato superior, que julgavam essas ações como subversoras da ordem e da disciplina e de desrespeito à

39 Durante o período ditatorial, muitos padres foram perseguidos e torturados, como Frei Tito, que após o exílio, acabou suicidando-se devido a perturbações psicológicas. Inicialmente, a Igreja apoiou a ditadura, mas após as constantes denúncias de violações dos direitos humanos, iniciou-se certa contestação do regime, particularmente pela parte progressista da Igreja, influenciada pela Teoria da Libertação. A relação dos militares com a Igreja Católica mereceu atenção especial do historiador americano Kenneth P. Serbin, em seu livro *Diálogos nas sombras – bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

hierarquia. Contribuíram para o clima conspiratório a se formar: a revolta dos sargentos, em 1963, e as reivindicações da Associação dos Marinheiros pela garantia de direitos e melhores vencimentos, que, desde 1962, já tomava corpo (FAUSTO, 2000).

Mais uma vez, a ameaça comunista foi usada como um dos pretextos para justificar a ruptura da ordem constitucional. Os militares legalistas, dessa vez, foram votos vencidos. Eles mesmos concordaram que existiam situações em jogo que requeriam um posicionamento incisivo das Forças Armadas, pois deveria prevalecer a manutenção da ordem social, o respeito à disciplina e à hierarquia e a neutralização do avanço comunista.

Em 1º de abril de 1964, João Goulart partiu de Brasília para Porto Alegre. Instaurou-se o golpe militar – esse foi o resultado de um jogo político marcado pela instabilidade governamental, pela fragilidade das alianças políticas e pela radicalização ideológica.

O golpe de 1964 provocou uma ruptura com as propostas nacionalistas, revelou a concentração de renda e a desnacionalização da economia e colocou em pauta um modelo de desenvolvimento econômico associado e dependente.

Uma das justificativas golpistas em 1964 foi a necessidade de defesa da democracia. Contudo, tal prática inexistiu no exercício cotidiano de manutenção da ordem, pois foi preciso redimensionar as relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

A implementação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, cujo objetivo central era garantir metas capazes de bloquear o perigo expansionista do comunismo internacional, foi o primeiro passo de uma longa caminhada para a “defesa” do país. Entretanto, ficou encoberto para a maioria do povo brasileiro que esse se tornou um caminho de martírio ou clandestinidade para todos os que ousaram contestar e enfrentar o sistema. Conforme palavras registradas no livro *Brasil nunca mais* (1990, p. 48): “Para as forças repressivas, as razões do Estado predominavam sobre o direito à vida”.

- **1964: Golpe ou Contra-revolução?**

Vimos que o ano de 1964 registrou um acontecimento que marcou uma ruptura política na história brasileira: o golpe militar, que deu início a uma ditadura que se estenderia por 21 anos.

A intervenção militar de 1964 foi coordenada por quatro forças políticas que já haviam marcado sua posição na década de 50: o capital multinacional associado ao capital nacional; o capital de Estado associado e dependente; o governo dos EUA, e os militares.

Conforme caracterização de José Paulo Netto (1996), o Golpe de Abril foi a *solução política* encontrada para adequar o desenvolvimento nacional com o contexto do capitalismo internacional; imobilizar o avanço das forças democráticas e de resistência contra essa inserção subalterna; e impedir tendências revolucionárias que (supostamente) levassem ao comunismo.

Com efeito, vários aspectos podem ser redimensionados na estratégia golpista, em três planos:

1) no plano político-ideológico:

- o contexto da Guerra Fria;
- os exemplos de Cuba e da China comunista;
- o receio pelos impactos do possível sucesso nas reformas de base preconizadas por João Goulart;
- a possibilidade da instalação de uma república sindicalista no Brasil, que poderia levar ao comunismo, devido ao movimento crescente dos trabalhadores urbanos e rurais.

2) no plano sócio-econômico:

- as divergências em torno de um modelo de desenvolvimento do país — o nacionalismo independente *versus* a abertura ao capital internacional;
- o quadro inflacionário, a dívida externa e a crise econômica;
- a discussão sobre a reforma agrária, que mexeria com os grandes latifúndios, marca da sociedade brasileira.

3) no plano moral e conservador das relações militares:

- divergências entre os militares nacionalistas — que defendiam um desenvolvimento autônomo e independente do capital internacional — e os militares “entreguistas” — que priorizavam uma maior abertura ao capital estrangeiro;
- os movimentos reivindicatórios no interior das instituições militares;
- a sindicalização de soldados e praças graduadas, que despertou preocupações nos militares no que tange ao respeito à hierarquia e à disciplina.

Apesar dos diferentes aspectos motivacionais para o golpe, o receio do avanço do comunismo nos parece ser o aspecto preponderante das preocupações militares e governamentais. Combater esse “inimigo”, que havia anos aparecia como um fantasma a rondar a política brasileira, resolveria o problema da classe média, dos proprietários de terra, dos militares, do capitalismo nacional e internacional. Mas como combater esse inimigo? Que mecanismos e instrumentos deveriam ser usados? Em quê o Estado basearia suas estratégias e através de quê legitimaria seu poder?

Conforme já exposto anteriormente, o governo de João Goulart representava ameaça aos setores conservadores da política brasileira, pois, além de apresentar um

aparelho de Estado composto por forças democráticas e populares, potencializava com suas propostas a politização dos movimentos sindicais (urbanos e rurais). Marcado por duas ofensivas por parte dos militares, uma em 1954 — quando um manifesto de coronéis lhe tirara a função de Ministro do Trabalho — e outra em 1961 — quando ministros militares tentaram impedi-lo de assumir a presidência no lugar de Jânio Quadros — Jango tinha suas ações em constante observação por seus opositores, fossem civis ou militares.

O cenário político brasileiro fecundo ao Golpe de Abril apresentava mobilizações populares e operárias contra a exploração imperialista e latifundiária, o que configurava um bloco de forças que colocaria em xeque o desenvolvimento associado, dependente e excludente do capitalismo no Brasil. Após abril de 1964, o Estado pôde abrir-se ao contexto do capitalismo internacional coadunado ao regime econômico nos moldes norte-americanos (NETTO, 1996).

Neste sentido é que, no discurso dos militares, a solução política encontrada para impedir as forças revolucionárias de chegarem ao poder e estrangular possíveis mobilizações revolucionárias no interior da caserna não foi a de um *golpe militar*, mas a de uma *contra-revolução preventiva*. A solução política era a de se anteceder ao golpe revolucionário.

Destarte, alianças políticas foram feitas e divergências minimizadas⁴⁰, tudo em prol de um objetivo maior: evitar a contaminação do “perigo vermelho”. Apesar de o regime ditatorial militar ter conhecido um processo longo e conflituoso de “institucionalização”⁴¹,

40 José Murilo de Carvalho (2002) aponta o receio de se colocar em risco a organização militar a partir da divisão ideológica de seus membros.

41 Entre os mentores desta contra-revolução estavam os Generais Golbery do Couto e Silva e Humberto de Alencar Castelo Branco. O primeiro foi um dos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional e, posteriormente, um dos homens que promoveram a abertura do país à redemocratização. O segundo foi o primeiro Presidente do país no período da ditadura militar. Aliados a eles na promoção dessa contra-revolução estavam vários outros generais e oficiais, entre militares considerados “linha-dura” e outros considerados “moderados”. Esses últimos, aparentemente comprometidos com um retorno rápido à democracia, foram os primeiros a exercer o poder. Ao manterem as eleições para o ano seguinte, e

o que evidencia as divergências políticas e administrativas em seu interior, tornou-se dever do Estado combater a ameaça da “guerra revolucionária comunista” sofrida pelo Terceiro Mundo.

Para os militares a contra-revolução preventiva “[...] se distingue de todos os outros movimentos armados pelo fato de representar não os interesses e a vontade de um grupo, mas os interesses e a vontade de uma nação”. (SKIDMORE, 1988, p. 48)

Foi assim que, no primeiro dia do mês de abril de 1964, a democracia deu lugar à ditadura e a liberdade, à privação.

A partir de então, diversas ações de ordem e controle social foram implementadas pelo Estado militarizado. A competente articulação político-ideológica, movida pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, conseguiu construir um aparente clima de caos político-social que favoreceu a consolidação do golpe militar. Tanto o viés teórico, quanto o viés prático dessa doutrina foram traçados pela ESG — Escola Superior de Guerra⁴².

Segundo Carlos Fico (2001, p. 41), a doutrina produzida pela ESG

“[...] supunha que o Brasil integrava-se no contexto internacional da Guerra Fria considerando (a) sua grande população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (população despreparada e políticos “corruptíveis”).”

prometerem respeitar o resultados das urnas, causaram certo desconforto entre os militares “linha-dura”, que ameaçaram depor Castello Branco. Para contornar o problema o governo adotou algumas medidas: foi instaurado o bipartidarismo, aumentaram-se os poderes do presidente, e as eleições para presidente, vice-presidente e governador passaram a ser indiretas. Thomas Skidmore (1988) comenta que a política castelista propôs uma imagem politicamente conciliadora.

42 A ESG foi criada em 1949, inspirada no *National War College* dos Estados Unidos. Estruturada em alicerces elitistas, autoritários e positivistas, a ESG formou, diferentemente de sua correspondente americana, civis e militares – inclusive os militares presidenciáveis.

A construção ideológica promovida por essa instituição exerceu sua função política e social: mascarar os aspectos mais duros e antagônicos da dominação e facilitar um consenso que legitimava, de alguma forma, a situação de poder e a integração política e social que se queria estabelecer. Numa sociedade de classes sempre há uma ideologia dominante que, além de legitimar a classe que está no poder, promove o controle, por essa mesma classe, da produção e da divulgação de suas idéias. A ideologia encarnaria o sentido da universalidade dos interesses para o bem comum, sem, contudo, transparecer sua particularidade.

Conforme Marx; Engels, na obra *A ideologia alemã* (1999, p. 72), “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”.

De acordo com Cecília Maria Bouças Coimbra (2002)⁴³, a ESG também produziu e fortaleceu subjetividades (modos de ser, de sentir e de pensar) consoantes com o regime militar instaurado, o que auxiliou sua legitimação por uma parcela da sociedade.

Fico (2001), na mesma direção, afirma:

“Esse *ethos* persecutório não se traduzia num programa de ação político-administrativo, fundando-se, tão-somente, no anseio de “eliminar o inimigo”, visto como subversivo, interessado na implantação de uma “república sindicalista” contrária aos “valores morais da democracia ocidental”.” (p. 37)

A crise ético-moral que seria desencadeada com o avanço da subversão foi uma das justificativas que embasaram os preceitos da Ideologia de Segurança Nacional, especificamente da teoria do combate ao inimigo interno, o que legitimou a criação de um aparato de investigação e repressão que detectasse e neutralizasse os “revolucionários

43 In: RAUTER; PASSOS; BENEVIDES (Orgs.), 2002.

comunistas”. Associado a isso, objetivava criar condições para, por meio do fortalecimento do Estado, construir um modelo de desenvolvimento econômico favorável à entrada do capital estrangeiro, pretendendo implantar uma infra-estrutura capaz de transformar o país em uma potência econômica.

Para tanto, estratégias de ocupação de fronteiras e de áreas despovoadas também se tornaram primordiais para a defesa da soberania nacional e capitalista, assim como um maior desenvolvimento de programas voltados para o atendimento de necessidades básicas, com o discurso de minimização das desigualdades sociais.

Na realidade, a ESG associava segurança a desenvolvimento, creditando a este uma possibilidade real de assegurar o combate ao comunismo. Mas, para que isso pudesse ocorrer, era necessário manter sob controle o crescimento dos movimentos sociais organizados que, cada vez mais, ocupavam espaços no cenário político, criando um clima político-social de grande instabilidade, ameaçando os interesses da classe dominante nacional.

O Estado pós-64 tornou-se, assim, antinacional e antidemocrático⁴⁴, e criou um quadro legal-institucional centralizador e concentrador.

Coimbra (2002, p.29), salienta que

“[...] ao lado da repressão, que cada vez se sofisticava mais, o país viveu a fase do “milagre econômico”, dos “projetos de impacto”, das obras faraônicas como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, o que fortalecia uma propaganda permanente e bem-elaborada do estado forte que massacrava no nascedouro todas as modalidades de lutas populares, fossem de reivindicação salarial ou de denúncia de violação dos direitos humanos.”

44 NETTO (1996).

- *Os mecanismos de manutenção da ordem*

Com o objetivo de tornar o país um ambiente viável e atraente ao desenvolvimento do capital, foram tomadas decisões radicais no sentido de controlar a classe trabalhadora e qualquer representante das massas.

Com a justificativa da “proteção nacional”, o regime militar desenvolveu um aparelho repressivo que se sofisticou através dos anos. Gradativamente, gestou a institucionalização de instrumentos de combate aos “inimigos internos”, aos “comunistas”, numa constante elaboração de estratégias que visavam a proteger o Estado e a sociedade por meio da “implantação do terror”. O contexto da Guerra Fria favorecia a internalização dos conflitos⁴⁵, fundamentando a teoria do inimigo interno e, de certa forma, secundarizando preocupações com a segurança externa.

O período inicial da ditadura militar brasileira (1964-1967), marcado por sua ação reacionária, assumiu o Estado brasileiro com vistas a minar os projetos nacionalistas que ora se apresentavam. Porém, em seu segundo momento (1968-1975 aproximadamente), a ditadura reacionária cedeu lugar a uma ditadura de traços fascistas (os “anos de chumbo”).⁴⁶

De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1985, p. 26-7), a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

“[...] prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. [...] em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso do poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda a liberdade de expressão. Ela tende a recriar um tipo de Estado que o general Golbery chama o novo **Leviatã**.”

45 D'ARAÚJO, M. C. ; CASTRO, C. (Orgs.), 2000.

46 NETTO (1996).

A possibilidade de existirem na sociedade pessoas que compartilhassem dos ideários comunistas colocaria em risco o modelo de Estado capitalista e liberal que a classe dominante desejava consolidar⁴⁷. A partir disto, qualquer cidadão passaria a ser visto como um inimigo em potencial, pois, de acordo com a filosofia da ESG, o inimigo estaria em toda parte. Ainda de acordo com a autora supra-referida,

“[...] o caráter oculto da ameaça torna praticamente impossível estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares [...] a responsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitados sobre a população [...]. Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação.” (p. 40)

Com o objetivo de combater o “inimigo interno”, a Lei de Segurança Nacional⁴⁸ e a doutrina que lhe dava suporte impuseram à nação remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado.

Em 9 de abril de 1964, ainda com a Presidência ocupada interinamente pelo presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, que assumiu o cargo quando este foi considerado vacante com a deposição de Jango, foi emitido o Ato Institucional nº 1. O autor desse ato foi o autoproclamado Comando Supremo Revolucionário, que reunia os novos ministros militares: o Ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

47A Doutrina de Segurança Nacional era para Alves (1985) um “[...] corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político econômico de programas governamentais” (p. 35).

48 Vale ressaltar que em 1935 também fora criada uma Lei de Segurança Nacional, conforme indicação à p. 82-83.

O Ato Institucional nº. 1 conferia ao novo governo, dentre outras prerrogativas, os meios indispensáveis à institucionalização da considerada contra-revolução. Apresentava, em seus parágrafos, a suspensão da imunidade parlamentar, o que facilitava os expurgos (suspensões dos direitos políticos dos membros partidários “subversivos” em níveis municipal, estadual e federal); criava o *decurso de prazo*, em que projetos do Executivo não analisados em trinta dias seriam automaticamente aprovados; e excluía de apreciação judicial as decorrências extralegais de suas determinações, lançando as bases legais de implementação da Doutrina de Segurança Nacional.

Iniciou-se a partir de então um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como “operações-limpeza”. Elas foram implementadas em universidades, residências, sindicatos, associações, de forma a localizar os focos de subversão comunista e de espalhar pela sociedade uma sensação coletiva de medo. Essas operações-limpeza eram, de certa forma, “operações-presença” das ações de controle político-ideológico implementadas pelo regime, que visavam a uma construção, no imaginário social, de insegurança. A repressão à oposição foi operacionalizada de forma policial-militar (NETTO, 1996).

Em 27 de abril de 1964, foi criado um decreto-lei que instituía os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), cujo objetivo era investigar as atividades de funcionários civis e militares, no intuito de identificar os “subversivos”. Em 13 de junho de 1964 criou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI), pelo decreto-lei nº. 4.341. Era de responsabilidade do SNI coordenar a coleta de informações e controlar questões políticas internas, o que fazia com que os militares alocados nesse serviço fossem considerados em “missões especiais”. Sua supervisão era realizada pelo Conselho Nacional de Segurança, presidido pelo General Castelo Branco, que tinha como secretário o chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Após o Ato Institucional nº. 1, mais dezesseis Atos foram emitidos, sendo os

primeiros considerados os mais importantes. Destaque-se o Ato Institucional nº. 2, que além de reprimir ainda mais o Congresso Nacional e de impor limites ao Poder Judiciário, eliminou do cenário político o multipartidarismo. A partir de 17 de outubro de 1965, os partidos políticos associaram-se em torno da situação, representada pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e da oposição, representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Destaquem-se ainda os Atos Institucionais nºs. 3 e 4. O primeiro determinou eleições indiretas para os governos dos estados e nomeação pelos governadores dos prefeitos das cidades; o segundo convocou extraordinariamente o Congresso entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967, para analisar projeto constitucional apresentado pelo Executivo. Como resultado dessa convocação extraordinária, foi promulgada nova Constituição Federal em 24 de janeiro de 1967, que incorporou as decisões instituídas pelos atos institucionais, aumentando o poder do Executivo — que passou a ter a iniciativa de projetos de emenda constitucional — reduzindo os poderes e prerrogativas do Congresso, e instituindo novas leis de imprensa e de Segurança Nacional.

A partir da nova Constituição deixariam de vigorar os atos institucionais. Mas o verniz de simulação democrática não resistiu à onda de contestação e protestos do ano seguinte, com as greves dos trabalhadores e os estudantes universitários indo às ruas. No fim do conturbado e inesquecível ano de 1968,⁴⁹ marcado por intensas mobilizações nacionais e internacionais, o então presidente Costa e Silva emitiu o Ato Institucional nº. 5.

De acordo com exposição do projeto Brasil Nunca Mais (1990, p. 62),

“Os três fatores utilizados como pretexto pelas Forças Armadas para desencadear nova escalada repressiva com o Ato Institucional nº. 5 foram: as denúncias sustentadas dentro do próprio partido de oposição criado pelo regime, o crescimento das manifestações de rua e o

49 Os estudantes foram os atores principais nas mobilizações nacionais e internacionais crescentes nesse ano. Berlim, Paris, Berkeley e Tóquio foram cidades que balançaram aos passos reivindicatórios. Em Paris, aliaram-se estudantes e trabalhadores, o que causou estado de alerta no Brasil pela influência dessas ações no país.

surgimento de grupos de oposição armada, que justificavam sua decisão com o argumento de que os canais institucionais seriam incapazes de fazer frente ao poder ditatorial.”

O Ato Institucional nº. 5 foi, sem dúvida, o que mais repercussão política trouxe ao governo, pois oferecia um caráter permanente ao aparato de repressão, dinamizando a violência. Ao reforçar o *poder discricionário* do regime, concedeu ao Executivo o direito de determinar medidas repressivas específicas, como decretar o recesso do Congresso, das assembleias legislativas estaduais e das câmaras municipais. O governo poderia censurar os meios de comunicação, eliminar garantias de estabilidade do Poder Judiciário e suspender a aplicação do *habeas corpus* em casos de crimes políticos, além de determinar que os réus julgados em tribunais militares não teriam direito a recurso. O Ato Institucional nº. 5 abriu caminho para os Atos Institucionais nºs. 13 e 14,⁵⁰ que instauraram o banimento de brasileiros considerados perigosos e restabeleceram a pena de morte (inexistente desde 1891). A data de 13 de dezembro de 1968 brindou o início dos tristes *anos de chumbo*.

Os Centros de Informações das Forças Armadas foram organizados entre 1967 e 1971. Em 1967, organizou-se o Centro de Informação do Exército – CIEEx; em 1970, o Centro de Informação da Aeronáutica – CISA; e em 1971, reestruturou-se o Centro de Informação da Marinha – CENIMAR, que já existia antes de 1964.

Ainda em 1968, consolidaram-se as chamadas organizações paramilitares, muitas surgidas antes do golpe, como a do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o Movimento Anticomunista (MAC), a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Facção Anticomunista (FAC), a Vanguarda Anticomunista, o Grupo Anticomunista, a Ação Anticomunista Brasileira e a Falange Pátria Nossa. O esquadrão da morte, que também já existia antes dos anos 60, no período ditatorial foi

50 AI 13 e 14 - De 5 de setembro de 1969, alterava o inciso 11 do art. 150 da Constituição, nos seguintes termos: “Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva, nos termos que a lei determinar.”

legitimado, pois, com a aquiescência da estrutura repressora da ditadura, entrava comumente em ação e deixou seu nome gravado na história (TELES, 2000).

Em 17 de outubro de 1969, estando em recesso forçado o Congresso Nacional, foi outorgada, pelos três ministros militares, a Emenda Constitucional nº. 1. Essa carta aprofundou o retrocesso político, se comparada à Constituição de 1967. Incorporou a seu texto medidas autoritárias dos Atos Institucionais, fortalecendo a Lei de Segurança Nacional; consagrou a intervenção federal nos Estados; aumentou o prazo máximo do estado de sítio; impôs restrições ao Poder Legislativo; validou o regime dos decretos-lei e manteve e ampliou as estipulações restritivas da Constituição de 1967, quer em matéria de garantias individuais, quer de direitos sociais. Mesmo sendo uma versão radicalizada da Carta de 1967,⁵¹ a Emenda nº. 1/69 apresentava, em seu art. 182, a possibilidade de suspensão, mediante decreto, de qualquer dispositivo do AI-5 ou de qualquer outro ato institucional, caso o presidente considerasse de interesse nacional.

Ainda em 1969, entrou em ação a primeira organização de repressão direta aos revolucionários: a Operação Bandeirantes (OBAN). Criada por meio de uma Diretriz para a Política de Segurança Interna, expedida em julho/69, tinha por objetivo a centralização das atividades repressivas (FICO, 2001). Financiada por empresários brasileiros e por multinacionais como a Ultra, a Ford e a General Motors, contava com integrantes das três instituições militares: Marinha, Exército e Aeronáutica, além de representantes das polícia militar, estadual e federal (TELES, 2000).

Os Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs) estabeleceram-se em 1970, oficializando as práticas engendradas pela OBAN. Os DOI-CODIs tornaram-se centros de referência na prática de torturas e espalharam-se por todo o país.

51 GASPARI (2002).

Foi atribuída enorme autonomia a esses órgãos, e seu funcionamento ocorria progressivamente. Pode-se dizer que, durante o regime militar, a capacidade de “sofisticação” da violência e de seu uso como instrumento de produção de consenso adquiriu proporções inimagináveis.

Qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física. As mobilizações populares,⁵² dentre as quais as manifestações estudantis e os movimentos dos trabalhadores, eram alvos importantes, pois o governo via as universidades como interlocutoras do saber revolucionário e os sindicatos (urbanos ou rurais), como um dos agentes divulgadores/operacionalizadores da revolução comunista.

Houve invasões a universidades e queima de livros; aulas vigiadas por militares disfarçados; professores foram demitidos, alguns foram presos e outros rumaram para o exílio. Vários estudantes foram presos e torturados, e a morte do estudante Edson Luiz Lima Souto, secundarista de 16 anos, tornou-se símbolo do ataque militar e da resistência estudantil. Os militares creditavam às manifestações estudantis o legado da esquerda, o que levou a União Nacional dos Estudantes (UNE) a ser reprimida entre 1965 e 1966. Com o Decreto-Lei 477, de 1967, o governo implementou maior controle oficial a alunos e professores, que foram obrigados a calar-se, sendo a UNE proibida de funcionar.

Não foram, todavia, só os partidos políticos, sindicatos e estudantes as vítimas da repressão. De um modo geral, podemos afirmar que foram vítimas todos os que se sentiram cerceados nos seus legítimos direitos pelas leis de exceção impostas pela ditadura militar. Inclusive pessoas que não eram engajadas politicamente acabaram por pagar um alto preço, ou por serem familiares e amigos dos “subversivos” — condição que levou muitos à

52 Não podemos deixar de mencionar a guerrilha do Araguaia, mobilização rural, em estilo foquista (inspirado em Che Guevara), que foi dizimada pelo aparato exterminador do Estado militarizado. Foi nessa guerrilha que foi massacrada a maioria dos militantes desaparecidos no Brasil. Durante o período ditatorial, a população sequer tomou conhecimento desse acontecimento devido à censura à imprensa.

prisão e à tortura para que informassem a localização⁵³ dos procurados pelo Estado — ou por estarem andando nas ruas nos momentos de apreensões públicas e tiroteios.

As vítimas da repressão foram os presos políticos; os mortos ou desaparecidos; os exilados, banidos ou clandestinos; os cassados, expurgados, aposentados, sindicalizados, trabalhadores, demitidos do funcionalismo público, intelectuais, estudantes e artistas. As *vítimas* foram todos os que sentiram medo, que tiveram sua liberdade de expressão aviltada, que tiveram suas casas invadidas, que, do dia para a noite, tornaram-se suspeitos de subversão.

Enfim, as medidas de manutenção da ordem tinham um único objetivo: “exterminar” — física ou psicologicamente — qualquer cidadão que se “atrevesse” a contestar o sistema vigente. E o instrumento principal usado na conquista desse objetivo foi a tortura.

O já apresentado projeto Brasil Nunca Mais expõe:

“[...] de abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o regime militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares . [...] a pesquisa revelou quase uma centena de modos diferentes de tortura, mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros.” (1990, p.32-4)

Pouco a pouco, a tortura foi institucionalizada pelo Estado brasileiro, o que a fortaleceu como um método de obtenção de confissões e informações e de imposição disciplinar que construiu e moldou, concomitantemente, subjetividades dominadas e de resistência.

53 Além de usadas contra os subversivos, as torturas foram frequentemente aplicadas em pessoas com pouco ou nenhum envolvimento político, pois os militares acreditavam que elas pudessem saber de informações vitais para o extermínio do comunismo, como nomes de pessoas influentes e contatos russos.

Torturar é exercer uma relação de poder, na qual enquanto um é subjugado o outro é fortalecido. A atração pela tortura enquanto instrumento de coerção decorre de sua perversa lógica da funcionalidade.⁵⁴

A tortura pode ser considerada como a mais perversa agressão humana, pois sua ação é racional, consciente, estudada, intencional. Suas conseqüências, nefastas. A tortura atinge não só o corpo, mas a alma do sujeito, deixando seqüelas físicas, psicológicas e sociais.

“La tortura y sus consecuencias se diferencian nitidamente de otros actos de violencia, por perversos y brutales que ellos sean. Ella es un acto humano integral, no sólo porque tiene intención, porque es racional, porque es elegida, sino también porque tiene causas, motivos, apredizages, objetivos, marcos de referencia ideológica, técnicas específicas de realización, pericia, códigos simbólicos, lugar social definido, personal especial para aplicarla y porque su fin no es sólo destruir al sujeto que la sufre sino que paralizar, mediante el terror, a toda la sociedad”. (BAEZA, 2000, p. 30)

A difusão de sua prática tornou-se cadeira disciplinar nas escolas de oficiais. Gaspari (2002, p. 183)⁵⁵ nos mostra que:

“Na EsCEME, para cada hora de aula relacionada com os aspectos profissionais clássicos de defesa territorial davam-se dezesseis de segurança interna e guerra insurrecional. Para polir a mão-de-obra dos DOIs, surgiu em 1970 uma escola de repressão. Nasceu da mudança de comando e da reforma do currículo do Centro de Estudos de Pessoal, no forte do Leme.”

A relação de “modelos” e instrumentos de tortura são variados. A título de ilustração, citamos os métodos apresentados no projeto Brasil Nunca Mais (1990): o “pau-

54 Cf. Gaspari (2002).

55 O autor também cita as “aulas práticas” realizadas nos quartéis, para praças e/ou oficiais, e que tinham como “cobaias” os prisioneiros políticos.

de-arara”; o choque elétrico; a “pimentinha” e os dobradores de tensão; o afogamento; a “cadeira do dragão”; a “geladeira”; o uso de animais e insetos ou produtos químicos; a palmatória; o telefone; e as lesões físicas, como as realizadas por meio de estupros com cassetetes e a “coroa de Cristo”, que afundava o crânio do torturado.

A prática da tortura pelos braços armados do Estado é naturalizada em contextos ditatoriais. A ideologia dominante, pela construção de um falso consenso coletivo, transformou arbitrariedades em necessidades. A própria noção de cidadania foi dicotomizada, configurando dois grandes grupos sociais: os “contra” e os “a favor” do governo. Aqueles que legitimavam as ações governamentais, apoiando a repressão, acreditando no desenvolvimento capitalista, eram “vítimas” das ações revolucionárias que queriam levar o país para o comunismo. Já aqueles que contestavam o sistema e lutavam pelo fim da opressão e das desigualdades sociais, creditando, na sua maioria, a liberdade da nação à ação revolucionária, eram vítimas da tortura e da repressão. Os primeiros eram cidadãos e patriotas. Os demais, não-cidadãos e traidores.

Emílio Garrastazu Médici, Presidente do Brasil no período considerado como os *anos de chumbo*, num discurso proferido para a oficialidade na Escola Superior de Guerra, comprometeu-se em aprimorar os princípios democráticos consagrados na Constituição brasileira. Entretanto, deixou claro que sua atenção se voltaria para o respeito aos direitos, deveres e liberdade do *homem brasileiro*, não dos que considerava *pseudobrasileiros*, isto é, daqueles que admiravam e estavam a serviço de uma outra pátria. A estes sim, haveria repressão, dura e implacável.⁵⁶

Nos *anos de chumbo*, uma outra prática (um tipo de tortura de conseqüências invisíveis) tornou-se instrumento extra-oficial do Estado: o desaparecimento de pessoas. Entre os anos 1969 a 1976, essa prática foi intensamente utilizada como estratégia de

56 Gaspari (2002).

ocultação das torturas e das prisões arbitrárias de pessoas. O corpo era ocultado, enterrado em valas clandestinas, sem conhecimento dos familiares. Dentre as versões para esses casos estava a de que os desaparecidos políticos estavam foragidos, portanto, o Estado não tinha o que ou a quem responder.

O desaparecido político não foi criado (ou forjado) apenas no Brasil. Esse instrumento, que era ao mesmo tempo um método de desresponsabilização e de controle político do Estado — não há como, nesses casos, recorrer aos dispositivos legais que porventura tenham sido mantidos — foi aplicado em toda a América Latina ditatorial.⁵⁷

O desaparecimento de pessoas, além de “liquidar” com a vítima, também intimidava os sujeitos de suas relações pessoais e sociais. Construíram-se espaços de arbitrariedade, disseminou-se o medo e produziram-se silenciamentos, pois o “inimigo não era apenas uma pessoa física, era um eixo de relações”. (BNM, 1990)

Intensificando a gravidade da situação, todas essas práticas ou medidas incidiram não só nas vidas dos muitos cidadãos contestadores do sistema (militantes políticos), mas também nas de seus familiares e amigos, numa crescente perpetuação do sofrimento. De acordo com Morris Tidball-Binz (2000, p. 14-5) “a violência política organizada afeta não só o indivíduo, como também seus familiares, pessoas próximas e toda a comunidade [...] ampliando assim as teias de aranha do sofrimento”⁵⁸

A “Red Latinoamérica y del Caribe de centros de asistencia a afectados por la tortura y otras violaciones a los derechos humanos” promoveu, no ano de 2000, o 1º. Seminário Latinoamericano y del Caribe, sobre a experiência de trabalho e modelos de abordagem biopsicossocial de atendimento a vítimas de torturas e a seus familiares.

57 Rizzo; Soares (2000), In: D'ARAÚJO M.C.; CASTRO, C. (Orgs.).

58 Acrescentem-se aqui os interrogatórios sofridos por crianças (Projeto Brasil Nunca Mais, 1999) e as denúncias de tortura contra gestantes e crianças, que precisam ser averiguadas, fato apresentado por Moraes (2000, p. 88) In: TELES, Janaína (Org). “Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?” São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. (Vários autores) e Projeto Brasil Nunca Mais (1990).

Desse seminário regional, que reuniu experiências da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, México, Peru, Uruguai e Venezuela, resultou um relatório intitulado “La tortura e y otras violaciones de los derechos humanos”. Entre a exposição dos trabalhos efetuados nesses diferentes países e as reflexões engendradas sobre a defesa dos direitos humanos estavam algumas considerações importantes sobre os reflexos da prática da tortura nos familiares de suas vítimas.

“La tortura u otra violación de los derechos humanos perpetrada contra una persona repercute en todos los miembros de sua familia. Se produce una desestructuración progresiva en el núcleo familiar y las relaciones entre sus miembros se van deteriorando.” (p. 74)

Os “destinos” daqueles que optaram pelo sonho da luta armada foram a prisão, o exílio ou a morte e/ou desaparecimento. A herança de seus familiares foi a insegurança, a saudade, a incerteza.

De acordo com Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1990, p. 102), isso teve várias implicações:

“[...] Para os que optaram pela luta armada implicaram a clandestinidade, na adoção de uma identidade outra e no colocar-se numa situação existencial limite entre vida e morte. Implicaram ainda, a vivência do Terror: a tortura, as prisões, os exílios, os desaparecimentos, as mortes.”

A estrutura de espionagem e repressão montada demonstra o cuidado e a atenção direcionada aos contestadores do regime militar e simpatizantes dos ideários socialistas. Fico (2001) apresenta detalhadamente as estratégias de retenção e neutralização de indivíduos e grupos que se rebelavam contra a ditadura. No entanto, a responsabilidade

militar frente ao uso de instrumentos coercitivos na manutenção do governo ditatorial ainda hoje não é admitida. Mesmo sendo trazidas a conhecimento de todos as atrocidades realizadas nos *porões da ditadura*, a responsabilidade pelas ações arbitrárias perpetradas pelos militares não foi efetivamente assumida.

Até hoje, grupos de familiares dos militantes políticos desse período lutam por esclarecimentos e justiça acerca das circunstâncias das mortes e do desaparecimento de seus entes.

- ***Mobilizações sociais e de familiares na resistência à ditadura: buscas, enfrentamento e denúncias***

Conforme a repressão aumentava, novas respostas de enfrentamento, resistência e denúncia eram oferecidas pela sociedade.

Vários foram os atores que surgiram no cenário político e social brasileiro para tentar alterar os acontecimentos que ocorriam nos porões da ditadura e nos bastidores da política governamental: grupos revolucionários (luta armada), figuras políticas e partidárias, movimento estudantil, movimentos sindicais, Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil, segmentos progressistas da Igreja, intelectuais e artistas.

De acordo com o Caderno “Anistia: 20 anos de luta”, desde o golpe militar, movimentos advindos da articulação de familiares das vítimas da violência do Estado também começaram a fazer parte do cenário político e social brasileiro, como os Grupos de Familiares dos Atingidos e a União Brasileira de Mães. Durante a década de 70, outros movimentos de busca por informações, justiça e pela anistia despontam, como o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas; os Comitês Brasileiros da Anistia; e o Grupo Tortura Nunca Mais, que deu continuidade ao trabalho desses Comitês

e se tornou referência institucional importante na luta pelos direitos humanos.

As manifestações e organizações pelos direitos humanos foram decisivas para dismantelar o regime autoritário no Brasil,⁵⁹ assim como nos demais países da América Latina e na Europa do Leste nos anos 80, contribuindo para conquistas significativas na história brasileira.

O desgaste político causado pela repressão aos movimentos revolucionários também foi linha escrita na história do dismantelamento da ditadura. Apesar de dizimados e sufocados, diferentes grupos produziram ações que contribuíram para ebulição de acontecimentos que traziam à tona os “segredos” dos porões da ditadura.

Em defesa dos ideais democráticos e dos direitos humanos, todos esses movimentos obtiveram grandes conquistas, como a suspensão do AI-5; e os projetos de lei pela anistia, que foram produzidos até sua decretação, em 1979.

A realização de uma eleição presidencial democrática indireta, sem a participação do povo, apenas dos constituintes, em 1985, foi uma derrota para os que lutaram pela redemocratização plena, mas, ao mesmo tempo, uma vitória incipiente, pois, apesar de negociada, tirou do poder governamental os militares.

O confronto entre o Estado e os grupos sociais durante o período ditatorial não teve, porém, somente um cunho repressivo aos movimentos de contestação e resistência à ditadura. Ambos os lados detinham projetos político-ideológicos firmes. Mesmo que, posteriormente, se tenham feito críticas à imaturidade de algumas ações engendradas em oposição ao governo militarizado, não se pode considerar que a repressão neutralizou ações rebeldes ou românticas. Para alguns, não havia alternativa fora da luta armada. Era uma questão de compromisso ideológico e de sobrevivência: ou enfrentavam a repressão que progressivamente articulava ações de neutralização dos movimentos políticos,

59 Exemplo de significativa participação foi a Comissão de Justiça e Paz, ligada à Igreja Católica.

prendendo, torturando e “suicidando”⁶⁰ militantes, ou se rendiam às ações arbitrárias e ao projeto político do regime. Mais do que enfrentarem a ditadura militar, os movimentos da esquerda brasileira tiveram que resistir à perseguição e à repressão engendradas por aquela.

Retomamos Carlos Fico (2001, p. 61), que expõe interessante reflexão sobre a seguinte questão: “[...] o rigor estabelecido a partir de 1968 foi causa ou consequência da guerrilha urbana e rural?” O próprio autor responde que:

“[...] não se pode esperar que a história estabeleça explicações lineares, fundadas em relações simplistas de causa e efeito, muito menos quando se trata de explicar fenômenos que expressam o enfrentamento de posições radicalmente antagônicas”.(p.62)⁶¹

Os movimentos revolucionários que mexeram com a estrutura do Estado e da sociedade civil como um todo — como usar de assaltos a banco para financiar os movimentos armados, de tiroteios nas ruas das cidades, ou de seqüestros de autoridades internacionais — podiam até ter um projeto político utópico e solitário (pois não atingiram a massa popular como pretendiam, deixando de angariar novos atores e legitimidade para sua causa), mas não se pode ignorar sua força e o seu comprometimento com a luta por um outro modelo de país.

Se o Estado pretendia um desenvolvimento político-econômico-social nos moldes internacionais do capital, mascarando a tradicional estrutura histórica da formação social brasileira através do que ficou conhecido como *modernização conservadora*,⁶² a esquerda, armada ou não, pretendia gestar um projeto socialista para o país. Divergências à parte no

60 Vários foram os casos de mortes nas dependências das instituições policiais do governo, em decorrência da tortura, que foram oficialmente registradas como suicídios. Para maiores reflexões sobre isso e a respeito da luta armada como a saída possível ver Gorender (1987), Skidmore (1988) e Gaspari (2002).

61 Cf. Carlos Fico (2001), p. 60-6.

62 Netto (1996).

interior da esquerda brasileira,⁶³ os objetivos era comuns: negar o imperialismo norte-americano com sua internacionalização do capital, que promovia desigualdades sociais, dominação e exploração entre classes e dependência econômica do país, e romper com a repressão política no país.

No que se refere aos grupos guerrilheiros, mais incisivos no combate à ditadura militar e à estrutura político-econômica que ela construía, estes foram influenciados por orientações marxistas, leninistas ou trotskistas, dentre outras, pelos escritos de Régis Debray (teoria foquista), pela resistência vietnamita aos EUA na guerra do Vietnã e pelas figuras revolucionárias de Che Guevara (Argentina) Mao Tsé-tung (China) e pelo exemplo da Revolução Cubana (Fidel Castro).

Milhares de cidadãos brasileiros, em escalas e de formas diferenciadas, enfrentaram as ações de um Estado arbitrário e repressor construído pelas Forças Armadas. Foram identificados no Brasil dezoito grupos guerrilheiros,⁶⁴ com organização partidária ou de mobilizações sociais (algumas inclusive de cunho religioso), que tinham por objetivo a quebra do alicerce autoritário do país e o retorno à democracia. Alguns, imbuídos das utopias socialistas “mais radicais”, pensaram e lutaram para sua implantação. O aparelho estatal, todavia, estava “bem-estruturado”, conseguindo dizimar a oposição armada e sufocar as mobilizações da sociedade civil pela redemocratização e as denúncias sobre a violação dos direitos humanos.

Tal situação não significou, porém a invalidação dessas lutas; ao contrário, elas foram de suma importância para o desgaste, nacional e internacional, da ditadura militar brasileira, contribuindo para seu progressivo declínio. Dentre as forças políticas civis de contestação e desgaste do sistema podemos citar as mobilizações de familiares dos mortos e desaparecidos políticos, já citadas anteriormente.

63 Maiores detalhes podem ser encontrados em Gorender (1987) e Skidmore (1988).

64 Gorender (1987); Miranda; Tibúrcio (2000). Foram eles: ALN, Molipo, PC do B, PCR, MRT, VPR, Colina, PCB, PCBR, MR-8, VAR-Palmares, MNR, M3G, AP, PRT, POLOP, POC, e Port.

O verbo *buscar*, infelizmente, talvez tenha sido menos conjugado do que o verbo *torturar* durante o período ditatorial, mas ultrapassou a cronologia do período histórico, sendo ainda hoje conjugado pelos parentes, principalmente mães, pais e filhos dos militantes políticos mortos ou desaparecidos durante os anos de repressão. *Busca* por informações sobre o paradeiro do corpo; *busca* pelo esclarecimento circunstancial da morte ou desaparecimento (como, onde, quando); *busca* pela materialização dos processos de luto e enterro; *busca* por justiça e condenação dos responsáveis.

Justamente por isso promoveu vitórias.

Em 1995, uma conquista importantíssima, porém não imune a críticas:⁶⁵ a Lei 9.140, de 5/12/95, que “Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e dá outras providências.”

De acordo com Coimbra (2000, p. 100), a Lei 9.140/95

“Faz parte da luta pelo esclarecimento das circunstâncias em que se deram tais assassinatos, do reconhecimento de onde estão os restos mortais de centenas de opositores e dos crimes que foram cometidos em nome da “Segurança Nacional”. Faz parte da luta não só para resgatar parte recente da nossa história e levá-la ao conhecimento de toda a sociedade, como também para apontar que muitas violências e arbitrariedades cometidas pelo Estado terrorista continuam, hoje de outras formas e sob novas maquiagens, ocorrendo com as parcelas mais miseráveis de nossa população.”

Apesar de sua grande contribuição, a Lei 9140/95 deixou lacunas na luta pela cidadania e pelos direitos humanos. As críticas a ela dirigidas decorrem do fato de que muitos militantes políticos e seus respectivos filhos, mães, esposas ou maridos não foram

65 Dentre as quais: (1) o período de abrangência, que deixou de absorver os casos ocorridos após 1979; (2) ficou a encargo dos familiares provar as situações reivindicadas, o que, de certa maneira, tira a responsabilidade do Estado; (3) ficaram de fora todos os mortos em tiroteios e emboscadas; (4) não houve reconhecimento público da responsabilidade do Estado pelos crimes de lesa-humanidade cometidos; (5) o uso distorcido que se possibilitou fazer no que se refere às indenizações, priorizando estas em detrimento do esclarecimento das circunstâncias; (6) atestados de óbito incompletos, por não conterem, por exemplo, a caracterização das mortes. (COIMBRA, 2000)

contemplados em seu direito de participação nos “benefícios” da lei – não só pela indenização, valor simbólico, pois nenhum dinheiro paga uma vida perdida, mas principalmente pela manutenção dos “mistérios” que circunscrevem as diferentes e diversas histórias humanas. Como falar em direitos humanos, se parte de nossa história ainda está encoberta e mantida em silêncio?

Não podemos, no entanto, permitir que tal situação encubra um outro importante acontecimento que marcou a luta dos familiares dos militantes políticos: a criação, ainda em 1995, da já mencionada Comissão Especial do Ministério da Justiça.

O livro *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*: a responsabilidade do Estado, que tem como autores o ex-deputado federal e atual Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e o jornalista Carlos Tibúrcio, é um resumo dos relatórios elaborados a partir do estudo desses processos. Esse dossiê – mais atualizado do que o organizado anteriormente pelo Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco e do Rio de Janeiro e pela Comissão de Familiares de Desaparecidos Políticos⁶⁶ – apresenta 373 casos de mortos e desaparecidos políticos. Destes, 132 já estavam relacionados no anexo da Lei 9140/95, restando 234 casos a serem avaliados, dos quais 148 foram deferidos e 86 indeferidos, ou por falta de provas ou por não terem ocorrido dentro dos critérios e limites impostos pela lei.

Durante os anos 1990, importantes conquistas de ordem legal ocorreram, como a promulgação de leis estaduais que previam indenização aos familiares das vítimas do período ditatorial, no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo; a Lei nº 8.159 de 08/01/1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; o Anexo ao decreto nº 611, de 21/06/1992, que trata da aposentadoria excepcional para os anistiados; o Decreto Nº 1.500, de 24/05/1995, que criou a Comissão Especial de Anistia

⁶⁶ Esse dossiê teve uma edição feita pelo governo de Miguel Arraes em Pernambuco e outra pelo governo de São Paulo.

para apreciar os pedidos de anistia concedidos pela legislação que menciona; e a Lei n.º 9.455, de 07/04/1997, que definiu os crimes de tortura.

A luta também se manteve no seio da sociedade civil, por meio de ações de denúncias, como a divulgação dos nomes e a pressão para a perda de cargos públicos ou para impedir que sejam nomeados torturadores ou coniventes, e ações de resistência e presentificação do passado, como a criação da Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1988,⁶⁷ no Rio de Janeiro.

Tomando por ponto de partida a luta individual e familiar que envolve a questão dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil, percebemos que essa mesma luta tornou-se, progressivamente, coletiva e social; ou seja, não se restringe, nos tempos pós-transição democrática, a questões relativas apenas às violações dos direitos humanos da geração “anos de chumbo”. A luta que hoje é desenvolvida nos diversos organismos de defesa dos direitos humanos do país, que contam ou não com a presença de familiares e vítimas da ditadura brasileira, é uma resposta social de negação aos métodos arbitrários e violentos gestados e implementados nos anos da repressão.

É possível identificar, praticamente todos os dias, casos noticiados na imprensa a respeito de massacres, torturas, arbitrariedades, corrupção policial, enfim, de ligações diretas com a luta em defesa dos direitos humanos.⁶⁸

A luta, hoje, continua presa ao passado; sem elucidar os acontecimentos subterrâneos da ditadura militar brasileira não se conseguem quebrar os alicerces que ainda

67 De acordo com o *site* do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, “Criada, em 1988, por iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, a Medalha Chico Mendes de Resistência foi pensada quando o Exército, lembrando os vinte anos do golpe militar de 1964, homenageou com a Medalha do Pacificador, notórios elementos ligados ao aparato de repressão. Estas homenagens realizaram-se no DOI-CODI/RJ, local famoso pelas torturas e assassinatos ocorridos durante os chamados anos de chumbo.”

68 Dentre os mais recentes podemos citar o caso do chinês Chian Kin Chang, preso, torturado e morto, pelos agentes governamentais (Polícia Federal) responsáveis pela segurança do país, da sociedade, dos cidadãos. Interessante ver a reportagem do jornal *O Globo*, de 06/09/2003, intitulada “Tortura policial continua sendo uma rotina”. O caso da morte do chinês nas dependências da Polícia Federal acarretou uma série de novas reportagens sobre tortura e direitos humanos entre agosto e setembro de 2003.

mantêm a estrutura coercitiva, desrespeitosa e indigna no trato aos conflitos sociais e aos direitos de cidadania.

CAPÍTULO III: O QUE OS FILHOS TÊM A DIZER?

Quem de nós já não parou para se perguntar e pensar sobre a própria vida? *Quem eu sou? O que quero ser? O que posso me tornar? Quais são meus sonhos, meus planos?* São perguntas que provavelmente já nos fizemos muitas vezes.

Para responder a essas indagações temos que recorrer ao nosso passado, à nossa história familiar, resgatar diversos acontecimentos sociais, psíquicos e familiares que experimentamos no decorrer de nossas vidas. E é somente recuperando lembranças e construindo memórias que as respostas se tornam possíveis.

Quando da minha formação como assistente social, optei por direcionar meu trabalho para as questões da infância e adolescência, refutando a possibilidade de lidar profissionalmente com situações referentes à “terceira idade”. Por experiências vividas, subjetivamente passei a crer que trabalhar com a infância seria menos dolorido que trabalhar com a velhice, pois a criança teria mais perspectivas, teria possibilidades de errar e tempo para consertar, chances de experimentar, escolher, mudar de idéia; trabalhar com crianças me levaria a trabalhar com o futuro. Por outro lado, sentia o trabalho com idosos inserido na fronteira entre o presente e o passado, como se o futuro fosse algo que não pudesse ser vivido. Não que os planos e os sonhos dos “velhos” deixassem de existir; mas para mim, a realidade de se estar chegando na reta final do caminho da vida parecia ser algo constantemente sentido.

Embora estivesse reproduzindo um caráter ideológico e estigmatizado sobre a velhice, que lhe retira o aspecto produtivo e valorativo, de certa forma excluindo dos “velhos” suas capacidades de amar, de planejar, de construir, enfim, de viver, elaborei uma representação de que trabalhar com crianças seria trabalhar com a vida e trabalhar com velhos seria trabalhar com a morte.

Na realidade, essas dificuldades não estavam nos “velhos”, mas no meu “eu” subjetivo. A sensação de que o amanhã poderia não existir era (talvez ainda seja) angustiante. Não querer trabalhar com “velhos” era, de certa forma, me proteger de uma perda “imminente”.

“O casulo protetor é essencialmente um sentido de ‘irrealidade’, mais que uma firme convicção de segurança: é um parêntese, no nível da prática, em eventos possíveis que poderiam ameaçar a integridade corporal ou psicológica do agente. A barreira protetora pode ser rompida, temporária ou permanentemente, por acontecimentos que demonstrem a realidade das contingências negativas que fazem parte de todo risco. Qual motorista de automóvel, ao passar pela cena de um sério acidente de trânsito, já não viveu a experiência de dirigir mais lentamente – por alguns quilômetros?” (GIDDENS, 2002, p. 43).

A partir dessa minha visão sobre a “terceira idade”, reduzi a memória e as lembranças a uma pulsão de vida que somente os velhos teriam. É como se a pulsão que movesse o idoso fosse apenas a lembrança do passado, o olhar para trás e identificar suas alegrias, tristezas, sucessos, dificuldades, o que me causava angústia, pois acreditava que isso talvez trouxesse sofrimento a eles, que não “teriam tempo” de reviver ou construir novas experiências. O que restaria aos idosos senão sua capacidade de lembrar?

Por isso, o instrumento de vida do idoso seria o resgate da memória. Seria o *poder*, como capacidade de olhar a sua história e avaliar todo o processo que o levou a ser o que é e estar onde está. Somente por meio da memória ele poderia cotidianamente construir o seu presente, o seu *agora*, fazer da sua “terceira fase” da vida um momento de alegrias e de sentimentos positivos.

Eu estava totalmente enganada...

- *Memórias de uma velha infância?*

Quando dei corpo à minha proposta de estudo sobre o processo de subjetivação dos “filhos da ditadura”, a memória, categoria de análise, tornou-se um dos principais meios de elaboração das respostas que eu procurava: quem são, como vivem, o que fizeram da herança que a ditadura deixou. Mesmo que os *filhos* sejam pessoas jovens, entre 35 e 45 anos de idade, somente a partir de suas memórias é que eu conseguiria atingir os objetivos da pesquisa.

Em virtude disso, dei-me conta de que a minha representação quanto ao fato de somente os idosos utilizarem a memória como meio de significar sua vida presente, já que “não teriam” muitas perspectivas, era frágil e a-crítica. Todos nós utilizamos nossas memórias para significar nossa existência; afinal, o que somos hoje é fruto do passado, o futuro é o devir; e os *filhos da ditadura* expressam, incontestavelmente, a função social da memória.⁶⁹

Com isso, podemos perceber que evocar lembranças acerca dos acontecimentos que delineiam nossa história nos permite construir e reconstruir significados para nossa existência. Michell Pollack (1989) define a memória como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar...” Neste sentido, identificamos o quanto nossas memórias nos dizem quem somos; o quanto elas nos fornecem recursos identitários com a família, com grupos, com a própria sociedade.

O futuro e o presente dos *filhos* está intrinsecamente subordinado ao passado. Apesar de poderem projetar o amanhã, fato que na velhice torna-se mais limitado, dependem do resgate da história familiar e da história política e social do país para

69 Bosi (1995) define a memória como um “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”, indicando que, por meio da linguagem, instrumento socializador da memória, esta exerce sua função social, que é constituída sobre as reflexões dos fatos sociais já vivenciados e reconhecidos como socialmente determinantes da união começo e fim, passado e presente, sendo simultaneamente individual e coletiva.

significarem suas histórias “individuais”. Ou seja, não fazem das lembranças apenas recordações; fazem delas toda a estrutura de que precisam para compreender a si próprios.

“[...] todas as lembranças que eu tenho eu não quero esquecer. Não quero....acho que essas lembranças fazem com que eu queira tocar a minha vida pra frente. Porque quem não tem lembranças, não viveu, né?... Eu acho que, por pior que elas sejam, você viveu, você tem um passado... Você traz as marcas no rosto do seu passado, e você traz as lembranças na sua memória. Isso é muito legal, você ter memória, é importante... Eu acho que todo mundo deve preservar sua memória. Escrita, ou por fotos, ter memória é importante lembrar. Lembrar faz com que a gente queira viver um pouco mais, né, de uma maneira legal... A vida não é feita só de coisas felizes. Coisas felizes fazem parte. Mas as tristes, humanizam a gente, fazem com que a gente veja as coisas de uma perspectiva diferente, e eu acho que isso é o que eu lembro mais da minha infância.”(TELMA)

Destarte, temos a memória como um instrumento utilizado pelo *sujeito*, não só pelos velhos,⁷⁰ na luta pela sua sobrevivência, na reconstrução de seu sentimento de pertencimento, na re-significação de sua própria existência. A partir da memória, compreendemo-nos em relação à nossa história, em relação ao grupo ao qual pertencemos e a nosso lugar na rede social. A memória possui uma função social e histórica: desvendar o significado e a participação dos sujeitos na construção da história pessoal e da *História* social.⁷¹ A memória transita pelas dimensões do coletivo e do individual, no momento em que se constata que a história de uma pessoa está inserida na história de várias outras. A experiência, embora singular, é comum à sociedade ou a grupos sociais.

O grupo dos *filhos* está alinhavado por uma teia invisível que os coloca frente a uma realidade: suas memórias encontram-se em confronto com uma memória oficial. A história sobre o período ditatorial brasileiro, com seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais, não é contada considerando as relações desenvolvidas entre os

70 Nesse sentido, pude sedimentar uma nova representação sobre a vida do idoso, ultrapassando, de fato, os aspectos que me prendiam no âmbito do senso comum da vida social.

71 Considerações a partir da leitura de Pollack (1989), LeGoff (1992), Bosi (1994) e Halbwachs (1990).

grupos dos sujeitos em conflito. Reproduzimos o discurso dos *filhos*: o risco de se privilegiar uma história oficial é o de legitimar o discurso das elites dominantes, que, ao quererem difundir-la como verdade absoluta, descaracterizam a pluralidade de versões da história.

A mensagem que todos os *filhos* entrevistados passaram foi justamente a de se fazer do presente trabalho mais um instrumento de auxílio no desvelamento da “falsa história”⁷² oficial. Os *filhos* não querem uma reconciliação com o passado; querem esclarecê-lo.

“Eu achei importante a gente dar nossa contribuição, sim... Encarei com entusiasmo e fui, procurei as pessoas, telefonei, para tentar ajudar a fazer isso. Porque é importante. É um grão de areia, mas que um dia vai frutificar e seus filhos vão ver isso... e os filhos de seus filhos... e a juventude vai ter acesso a esse material que vai se tornar público. Essas iniciativas que a gente tem que encorajar, para que se multipliquem. Essas são as coisas que a gente pode fazer, porque você sabe, nós não temos muito acesso aos meios de comunicação, né? Mas cada vez que a gente tem acesso, a gente tem que aproveitar [...] Através dessa entrevista que você tá fazendo comigo e com outros filhos é que a gente tá junto aqui, construindo essa nossa contribuição, né? Vivências, até de certa forma doloridas, que acabam emocionando a gente... Essa é a contribuição que a gente pode dar para essa história, né? Não deixar essa memória morrer... É mostrar para essas novas gerações que o que se conquistou foi à custa de muita luta, de muito sangue, muitas pessoas boas... jovens, quase até crianças, que morreram barbaramente torturados. Essa acho que é a nossa contribuição.” (ADÍLSON)

Não existe verdade absoluta e imutável. Existem *verdades*, que são contadas a partir do referencial de vida de quem as conta. Hilton Japiassu (1981, p. 31) nos chama a atenção para o fato de que “em toda captação ou apropriação do real entra em ação um sujeito que, por definição, é subjetivo [...] a aproximação do real pode variar, pois é dependente de um sujeito histórico”.

72 Na concepção dos filhos, a história oficial é falsa, pois não só desconsiderou aspectos referentes aos militantes políticos, à luta armada e ao projeto político-ideológico da esquerda, mas também criou mentiras, construindo imagens deturpadas e personagens estereotipados.

O que vemos reproduzido, particularmente nos meios de comunicação, importante veículo de educação, difusão e produção ideológica, é um reviver dos acontecimentos do passado destemporalizado.⁷³

O retorno do acontecimento pela mídia faz dele **informação**, que é nivelada a outras informações quaisquer através do mecanismo da descontextualização. Como informação o evento passado deve adquirir a expressão da novidade, que pode retornar nesta condição em intervalos regulares de tempo, dado o vazio social da história e da memória. [...] o evento é posto em cena, não mais no “teatro da memória”, que supõe o tempo como duração, mas nos **flashes do mass mídia**” (CARDOSO, 1998, p. 5)

A situação social dos *filhos da ditadura*, ao ser comparada com a das *mães da ditadura*,⁷⁴ está duplamente negligenciada: primeiro pela dor ocasionada com a perda dos pais, prismada na violência estatal arbitrária; segundo, pela dor da violação afetiva e de direitos pelas quais passaram. As mães, por terem obtido uma força social de apoio, decorrente das representações sociais acerca da maternidade e da maternagem, “conseguiram” mobilizar setores da sociedade com sua dor da perda e do luto impedido. Mas os *filhos*, personagens desconhecidos dessa história sem final feliz, por muito tempo mantiveram sufocadas suas angústias. Com o documentário *15 Filhos* é que compartilharam publicamente sua dor e incertezas, sendo esse um marco na exposição dessas experiências de vida.

Obviamente “desabafar” não soluciona os impasses nas expectativas frente ao entendimento do ocorrido durante os anos da ditadura militar. A dor é indivisível e

73 O exercício crítico frente aos acontecimentos históricos do país não deve ficar restrito ao acesso às informações que são produzidas e divulgadas pelos meios de comunicação por meio de documentários, reportagens ou programas de entretenimento. Como exemplos, temos o *Globo Repórter* sobre a “Vala de Perus”, as minisséries *Anos Dourados* e *Anos Rebeldes*, o *Você Decide* sobre um sobrevivente do Araguaia e, recentemente, o programa *Linha Direta* sobre a morte da estilista Zuzu Angel.

74 Termo utilizado por Almeida (1998) para designar as mães de militantes políticos mortos ou desaparecidos durante a ditadura militar.

insolúvel. Mas o desabafo ajuda a elaborar esses acontecimentos, a nomear essa experiência. Auxilia na reelaboração da história individual e familiar desses *filhos*.

Suas vidas são permeadas por nutrientes simbólicos que injetam recursos identitários que os afirmam como familiares de mortos e desaparecidos.⁷⁵ Mas o congelamento temporal que lhes foi imposto promove uma ruptura com sua continuidade biográfica. Esses filhos foram privados do afeto e da convivência familiar; alguns conviveram pouco tempo com os pais, outros, nem chegaram a conhecê-los. Como saber quem são, se mal conhecem suas origens?

É justamente a partir da busca pela reconstrução das identidades de seus pais que os *filhos* reforçam as próprias identidades, fortificando o sentimento de pertença a uma história que não querem que continue a ser negada, omitida. A identidade que hoje proclamam é revelada por um período histórico democrático que deslegitima a luta política que seus pais travaram.⁷⁶

Por isso, incluir esses *filhos* na “história oficial” é permitir-lhes consolidar suas identidades, pois ela ainda “é uma luta em favor da própria expressão de identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade” (WEEKS apud WOODWARD, 2000).

A construção do “eu” desses *filhos* está subordinada ao resgate de um passado “mal-resolvido”, pois se sentem “condenados a uma espécie de clandestinidade, passam a arrastar suas histórias, sem lugar na história oficial” (RODRIGUES, 2000).

A herança guardada pelos filhos é o *dever* de preservação da luta e da imagem paterna frente a sua estigmatização promovida no período ditatorial e ainda divulgada no período democrático.

75 A discussão sobre as identidades de familiares das vítimas da repressão é encontrada em Catela (2001), ao desenvolver sua pesquisa de doutorado no contexto da ditadura militar da Argentina.

76 Retomamos o exemplo já exposto da criação da Comissão Interministerial no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

“[...] faz parte agora, sempre fez, né?, da minha vida contar o que houve com meu pai, e se vocês têm receio de me magoar, eu sou mesmo uma avenca, só que nesse assunto faço questão de me expor, tenho até medo de não me expor suficiente pra vocês pegarem tudo o que é importante para contar direito essa história, né? [...] tem pessoas querendo fazer um livro sobre o meu pai e eu fiquei com essa missão né, essa tarefa: “Você tem que sobrar, você tem que sobrar pra contar a história, contar a história, contar a história...” E eu fico sempre me culpando que não tô contando direito.” (LÚCIA)

“[...] Eu gostaria de fazer um curso de história. E não é nem para dar aula não, eu gostaria de ser um pesquisador, sabe? Até porque eu tenho muita vontade de resgatar esse período, porque eu já vi muita coisa escrita desse período da luta armada, que vai desde 64 até 75, 76... e muita coisa assim, que são verdadeiras barbaridades [...] Então é uma coisa que me incomoda muito, e até por conta disso eu gostaria de fazer um curso de história, para tá pesquisando e dar uma outra versão sobre isso. [...] E uma coisa que me incomoda sobre maneira, né?, porque eu acho que tem muita gente aí que não viveu esse período, não participou, tava alheio a qualquer coisa, e hoje fica deitando falação, deitando opinião aí sobre um fato que ele desconhece. E me incomoda, não é nem pelos que ficaram vivos não, sabe?, mas me incomoda pelas pessoas que morreram, que deram a vida por essa luta, e particularmente meu pai.” (ARISTON)

Maurice Halbwachs (1990) nos ensina que as lembranças que temos não são exclusivamente nossas, mas fruto do partilhar outras memórias. Todavia, a memória individual atualiza representações coletivas, dando um “tom” particular aos acontecimentos que se quer resgatar.

Os acontecimentos encobertos pelo manto do esquecimento não só impedem que a sociedade⁷⁷ conheça a história, mas que os *filhos* possam entender a si próprios por intermédio das referências perdidas *por causa da e durante a* ditadura. Suas lembranças esbarram nas lembranças históricas omitidas e naquelas construídas sem bases “sólidas” de experiências próprias.

⁷⁷ Ao falarmos que a sociedade encontra-se impedida de conhecer a história da ditadura militar, referimo-nos, principalmente, aos segmentos sociais que não têm acesso às discussões acadêmica e política, pois estão restritos ao que aprendem, por exemplo, na escola. Mesmo que para eles, hoje, as informações venham mais claras e com menos omissões, ainda assim estão longe de acompanhar o debate que atinge segmentos sociais mais favorecidos (como universitários e pesquisadores).

Os *filhos* lembram do que foi contado para eles; lembram a partir de fotos, de cartas, de reportagens da época. As memórias dos *filhos* são reconstruídas a partir de uma memória construída por familiares, amigos e registros sobre os pais.

“[...] eu lembro, mas eu associei com coisas que me contaram depois, entendeu? [...] a lembrança que eu tenho é assim. Às vezes alguém me conta uma história, aquilo me dá uma sensação, assim, uma memória afetiva, sabe? Que aquilo não é uma coisa estranha pra mim, mas não é que eu lembre dos fatos, entendeu? [...] mas quando as pessoas me contam tem tão a ver comigo, com o que eu tô hoje [...] é quase como se eu lembrasse, entendeu?, mas é uma memória esquisita [...]”
(TATIANA)

[...] a história dele eu conheço através da minha avó, né?, que ela ficava contando... conheço um pouco da minha mãe, minha mãe contava bastante dele... Quando eu fui pro Araguaia, no ano passado, eu conheci bastante gente que conhecia o André, né, e o pessoal gostava muito dele... uma coisa assim... legal você... encontrar gente que falava, nossa, o André, e ficava contando história, falando [...]. (João Carlos)

As figuras maternas (presentes) e paternas (ausentes) se apresentam para os filhos como heróis. Mas não foi sempre assim. O tripé silêncio-segredo-sofrimento, utilizado por Rodrigues (2000), serve para indicarmos a necessidade da revelação para o “dar sentido” ao que só “é sentido”, mas não conhecido. Da idéia de um “pai bandido” pode se passar a de um “pai herói”; da idéia de um “pai ausente”, pode se passar a de um “pai lutador”. Contudo, os sentimentos confusos por muito tempo permaneceram ocupando espaço no imaginário de alguns *filhos*.

“[...] meu pai não pode morrer, meu pai era muito forte. Sabe aquela coisa que tem na cabeça de criança? Meu pai era muito esperto, era safo [...] era uma coisa que tava fora da probabilidade ele ter sido morto.”
(VLADMIR)

“[...] meu pai é meu pai, logicamente é meu pai [...] mas deixou de ser meu pai quando ele [...] exclusivamente meu pai, quanto ele abraçou uma causa, lutou por ela e foi morto por ela. Acho que eu enxergo ele mais

como um cidadão brasileiro, num país muito carente de heróis, né?, eu enxergo ele assim, como um herói... Um mártir de uma luta que enfrentou esse período da ditadura, enfim, e que por isso ele foi morto.” (GREGÓRIO)

“[...] ele é meu pai, mas é pai de uma causa...” (TELMA)

“[...] será que meu pai não cagou para mim? [...] porque por um lado é uma coisa assim, de herói, mas por outro [...]” (TATIANA)

Saber a verdade sobre sua história, é um dos direitos fundamentais do ser humano. A inverdade é uma ameaça ao ser, é a fonte do não-ser. A estruturação de nossa identidade depende das organizações subjetivas que desenvolvemos a partir dos elementos do passado que vivenciamos. Ao falar da história dos “filhos da ditadura” estamos falando um pouco da história de uma geração, de nossa sociedade, de nosso país.

Os *filhos* negociam verdades e mentiras sobre suas histórias e estão inseridos numa luta constante sobre o estabelecimento de fronteiras entre a socialização de um fato histórico, a particularização de uma história familiar e a vivência de uma experiência individual.

Falar de si e dos pais em bases afetivas se mostra mais dolorido do que falar em bases políticas. A dor da perda é tão intensa que o pensar sobre as relações familiares que lhes foram roubadas é difícil. A pulsão na narrativa gira mais em torno dos aspectos da luta, de sua validade e sua repressão arbitrária. A figura paterna é mais conhecida, pelos filhos, em seu aspecto político do que em seu aspecto afetivo. Reconstruir essa figura política, porém, é reconstruir também uma figura que se torne afetiva.

Há um dito popular que diz : “A única certeza que temos da vida é a morte”. A morte de nossos pais é um fato irreversível. A questão, porém, não é o morrer por um

processo de desgaste biológico, mas sim as circunstâncias que envolvem o processo de morrer.

A violência urbana que assola a vida social faz muitas vítimas; identificar as lacunas sócio-afetivas e as dificuldades econômicas herdadas pelos familiares dessas vítimas não é difícil. Todavia, quando a violência parte daqueles que deveriam evitá-la, um outro aspecto de alta complexidade é acrescentado: que tipo de segurança e certeza é possível desenvolver no decorrer dos nossos caminhos?

Isso foi o que ocorreu com os *filhos da ditadura*; seus pais foram mortos por agentes de segurança do Estado. O mesmo Estado que ainda hoje nega sua participação arbitrária nos acontecimentos e impede que as informações reivindicadas pelos familiares das vítimas sejam fornecidas. Superar a dor da perda só é possível mediante a superação dos mistérios que circunscrevem as histórias da morte de seus pais.

O objetivo dos *filhos* que aí estão é o de reconstruir a história que seus pais ajudaram a construir; é de não deixar morrer, ou melhor, é de dar vida a uma memória histórica que é impedida de existir socialmente. Valorizar as ações engendradas contra a ditadura não é apenas dar a elas a importância que têm mas, sobretudo, fazer valer a sua importância.

A maior tristeza dos *filhos* é ter a sensação de que a luta e a morte dos seus pais foi em vão; e é contra essa sensação que querem lutar. Por isso, falar dos pais torna-se tão importante, pois falar também é exercer a cidadania.

“Eu acho que todo mundo tem o direito de saber das duas versões dos fatos. Então, o fato de que alguém se interesse pela nossa história e queira contar... Uma moça, que está fazendo um trabalho, né?, um trabalho social! Por que o seu trabalho é social... A gente tá inserido nesse processo social. Então, eu relutei, porque, eu acho assim, que ser anônimo é muito bom, mas também é péssimo... E quis te dar a oportunidade de conhecer a nossa história, conhecer a nossa cara, o que a gente pensa...” (TELMA)

“[...] a visão da sociedade tem que ser mudada, né?, aí eu acho que é um dever, um dever cívico meu. Não posso me esconder desse dever, e onde eu puder vou estar falando.” (IVAN)

O que mais incomoda os *filhos* não é o fato de serem filhos de quem são, pois têm orgulho dos pais. Os *filhos* querem alterar a forma como a figura paterna, ausente, ainda é exposta socialmente; querem contribuir para que o resgate e o esclarecimento do passado dêem sentido ao presente, provem as arbitrariedades ocorridas e evitem que casos similares ocorram. “[...] eu não vou pensar por quem meu pai morreu, entendeu, mas será que vão matar mais pais amanhã?” (JOÃO CARLOS)

- ***O mapa do meu nada... produzindo subjetividades***

Todo sujeito social exerce papéis e funções políticas, simbólicas, sociais, afetivas etc. A depender do nível de socialização e participação na vida social, do lugar que ocupa e que lhe é permitido ocupar, o sujeito desenvolve instrumentos de significação própria e relativa ao ordenamento social.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996) desenvolveu o conceito de *campo* como o espaço social onde os sujeitos que nele se encontram o tomam como campo de correlação de forças, em que se visa à conservação ou transformação de uma dada estrutura, de acordo com os interesses de quem nele transita. Nesse sentido, apreende o aspecto relacional do mundo social, onde os indivíduos e grupos existem *na e pela* diferença.

Para este autor, o conceito de campo

“[...] se define, entre outras coisas, através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos [...] e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar nesse campo” (apud SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995)

À noção de campo estão ligados os espaços ocupados pela família, pela educação, pelo sistema político, pela economia, enfim, espaços que absorvem o sujeito e que lhe conferem capitais: simbólico, político, econômico, cultural. Como “propriedade”, “legitimidade” e sentido de “existência” o sujeito possui ou não diferentes capitais que lhe posicionam diante do mundo e da vida social. É no *campo* e com os *capitais* que as relações sociais e interpessoais se desenvolvem.

Ao falarmos de militantes políticos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira, elegemos um grupo social, dotado de determinado capital político, cultural e simbólico que, ao se inserir no campo de forças sócio-políticas, exerceram papéis condizentes com seus objetivos. Por outro lado, tal grupo deixou, ou mais precisamente, foi obrigado pelas circunstâncias a deixar de exercer (em patamares nivelados) seus outros papéis e funções relativos, por exemplo, aos espaços da família e da educação.

A transição dos sujeitos entre os campos é natural e freqüente; todavia, no caso dos militantes políticos em referência, essa transição foi interrompida. Ao se inserirem no espaço da luta armada e da contestação política, interromperam o convívio com pessoas e com relações travadas em outros campos de suas vidas. Especificamente no campo afetivo e familiar, o papel de pai, entendido em seu conteúdo tradicional — pai provedor e educador — foi “abalado”. Conseqüentemente, seus filhos não puderam conviver, no campo simbólico, por exemplo, com uma figura social importante (o pai) e com um sentimento que culturalmente lhe é inerente: a “paternagem”.⁷⁸ O pai tem a

78 Nancy Chodorow (1990) desenvolve o conceito de maternagem para designar o potencial sócio-cultural no estabelecimento de vínculos, cuidado e afeto entre mães e filhos; ou seja, enquanto a maternidade é um termo que se refere à capacidade biológica da reprodução, a maternagem, ou maternação, diz respeito ao universo relacional e interacional entre mães e filhos. Neste mesmo sentido utilizamos o termo “paternagem”.

responsabilidade cultural de impor limites e de passar valores.⁷⁹ Com sua ausência, a criança perde um referencial aceito e legitimado socialmente.

“[...] a perda de um pai é muito dura... porque é uma referência importante na sua vida, não é verdade? Às vezes tem coisas que você não fala ou não pergunta para a mãe, mas pergunta para o pai... Acontece muito isso... aquela etapa que a gente tá vivendo a adolescência, começa as primeiras namoradinhas, quer transar... Você precisa de uma referência pra não fazer besteiras né? . E o paizão dá estas respostas, né?... “Ah, meu filho! Faça assim, não faça assado...” Porque ele não é apenas uma referência, digamos, política para você , mas ele é uma referência em tudo! E quando você perde esta referência, fica aquele vácuo, né? [...]” (ADÍLSON)

Os impeditivos que levam filhos a crescerem longe do pai, ou da mãe, são de ordens diversas: o abandono, o falecimento por doença, a morte por acidente e a separação dos pais. Contudo, no caso dos *filhos da ditadura*, a morte foi o resultado da arbitrariedade e repressão desenfreada dos representantes legais do Estado e, de certa forma, por uma opção de vida, pela busca de um projeto de vida alternativo ao sistema vigente.

“[...] o meu pai tava envolvido nessas coisas ... Ele gostava muito da gente, mas ele também tinha outros compromissos, outras coisas para fazer, que a gente perfeitamente se encaixava dentro de tudo isso ... Eu entendo também que ele morreu um pouco pela gente ... então ele se sacrificou e acabou morrendo por isso [...]” (VLADMIR)

“[...] ele me pertence um pouco, mas acho que pertence muito mais ao Brasil mesmo. Não tenho exclusividade [...] ele não morreu por nós. Ele morreu e lutou pelo país [mas] ele não deixou de ser pai [...] Mesmo não estando presente fisicamente, não tendo a palavra dele direto, eu em todos os meus atos, eu tento pensar o que... o que seria, como ele chegaria... qual seria uma palavra de conselho dele [...]” (GREGÓRIO)

79 Longe de nossa pretensão afirmar que pai e mãe tenham diferentes papéis na família. O que indicamos é que a ausência paterna sempre se torna um fator a ser considerado nas relações familiares, e que na vida desse grupo social estudado essa ausência deixou grandes lacunas afetivas pela forma como ocorreu.

Entre ambos os aspectos, temos suas mortes como execuções por motivação política. E, por causa disso, as seqüelas sócio-históricas e familiares foram profundas, deixando algumas questões: quem matou, como foi, e, em alguns casos, onde está o corpo?

O sistema cultural que envolve nossa sociedade ocidental e latina preserva e valoriza o enterro do corpo e o luto familiar. Como dar prosseguimento ao rito cultural da morte nessas circunstâncias?

“Para mim ele tava fugido, tava por aí em algum lugar e um belo dia ele ia aparecer, né?... E esse sentimento foi um dos que mais me acompanhou, eu com quase 15 anos, eu tinha essa incerteza... Eu comecei a sentir raiva... Pôxa, já estava na hora do cara aparecer, né?, já passou quatro ou cinco anos daquilo lá que aconteceu. Ele fugiu tanto assim que esqueceu o caminho de volta? Aí tinha vezes que eu sentia até raiva [...] Então, se ele fugiu, que era o mais fácil para mim de ter acontecido, já tinha passado da hora, ele já tinha que ter aparecido. Se ele não tinha aparecido até agora é porque ele fugiu e abandonou a gente. [...] O cara tem que ser muito sacana para estar fugido todo esse tempo, ter desaparecido, não ter mandado nenhuma notícia, não ter mandado nada. Aí foi que eu mesmo me convenci de que ele foi assassinado, né? [...]”(VLADMIR)

“Muito tempo depois, já no exílio em Cuba, é que nós fomos comentar esse assunto. E a morte do meu pai, nós só fomos comentar recentemente, com essa coisa do resgate histórico do depoimento dos *15 Filhos* de algumas entrevistas que a gente deu. Isso era um tabu na minha casa, ninguém falava da morte do meu pai. E no dia que nós falamos, os quatro, criou um mal-estar muito grande, ficou todo mundo muito tocado, a minha mãe não calculava o quanto isso havia mexido com o nosso emocional. Então, o assunto da morte a gente não comentava [...]”
(TELMA)

Para alguns foi possível o ritual do luto, para outros não; para poucos foi possível dar continuidade à vida; para a maioria o passado está presente colocando obstáculos ao sentimento de libertação das amarras do sofrimento causado; para todos, a vida só continuará sem percalços e tristezas quando o governo posicionar-se pela elucidação e coerência na avaliação dos fatos relacionados à morte de seus pais.

A família, como uma das instituições responsáveis pela reprodução das relações sociais, é tida como um campo de referências sócio-afetivas e educativas que reafirma o capital simbólico das relações estabelecidas em seu interior. O modelo e sentido de família que perpassou extenso período dos “tempos modernos” é difundido e absorvido como natural: pai, mãe, filhos, relações de parentesco e sentimentos de integração e solidariedade entre seus membros. Considerando esse “modelo”, identificamos que o “espírito de família”⁸⁰ gerador desses princípios é negado aos familiares dos militantes políticos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira, particularmente aos *filhos*.

Uma das filhas, ao falar do seu retorno ao Brasil após anos de exílio em Cuba, indica as dificuldades de sentir esse “espírito de família”. Outro filho também abordou a dificuldade desse sentimento de família se desenvolver devido à clandestinidade.

[...] a família para a gente, eu acho que foi... você se adaptar a duas coisas muito... conflitantes, vamos dizer assim, que é o capitalismo e a família. E uma família que pensa e tem valores e coisas completamente diferentes dos seus valores, das suas... É a sua família, que te quer bem, mas que é completamente diferente do que você conheceu. Então isso foi um pouco... é... eu acho que... deixa eu ver que termo a gente usa... foi o que eu mais demorei para me adaptar, né?... Começar a chamar a minha tia de tia... não pelo fato de chamar, mas de sentir que ela era a minha tia. Embora eu tivesse a memória dela, que a minha mãe me falasse: “Ô, você tem uma tia, tem um tio, você tem primos e tal...” Mas é diferente. Isso eu acho que foi o que mais me... talvez o que tenha mais me torturado... porque eu acho que eles tinham uma expectativa... e eu não sei se a gente cumpriu essa expectativa deles, né? [...]”. (TELMA)

[...] em relação à família do meu pai, eu só fui ter contato com eles com a redemocratização... Até então, eu não conhecia a minha avó, minha avó me conhecia, ela me via... Então, eles marcavam um ponto num supermercado, num *shopping*, em algum lugar, passava, todo mundo... sabe, assim... olhava, via, ia prum lado, ia pro outro, não existia aquela, “Oi, tudo bem?... Essa é sua vó.”, nada natural, aquela coisa assim casual, e pronto. [...] Eu só fui saber que ela me conhecia quando eu fui encontrar com ela em 80... em 81, 80... E aí ela falando... ah, saudades, sei lá o que e tal... E de repente era uma coisa totalmente nova pra mim, de repente eu tinha uma avó, que apesar de eu saber que ela tava viva, eu não sabia onde ela tava e nem como ela era. Sabia que ela existia, sabia que eu

80 Bourdieu (1996).

tinha primo... Mas você nunca vê ele e nunca pergunta onde tá, porque você sabe que ele tá numa função de clandestino, entendeu?” (JOÃO CARLOS)

É possível identificar nos depoimentos dos *filhos* que a família é o campo privilegiado para se trabalhar a reconstrução de suas subjetividades. A ausência da figura paterna e as conseqüências sócio-afetivas desenvolvidas mostram como esse campo familiar está em diálogo/conflito com os demais campos sociais.

Como Marilena Chauí (1997, p.19) sinaliza: “Não me preocupo tanto com novas formas da subjetividade, mas com novas formas de sociabilidade, porque é nelas que uma subjetividade é modelada e plasmada”.

Assim, o capital simbólico – no que tange ao que representa a família e o que o pai representa (ou deve representar) para a história – talvez seja a forma de capital que identificamos mais presente nos *filhos*.

A motivação política do núcleo familiar e a clandestinidade irromperam na vida dos filhos, dando-lhes uma forma peculiar na socialização.

Toda criança deveria ter, como direitos assegurados: a ida à escola; a convivência com parentes; as relações de amizade; o brincar; a sensação de liberdade; ter nos pais um porto seguro; não absorver responsabilidades e preocupações como adultos; pensar nos dias futuros como algo positivo; fazer planos etc. Mas os *filhos da ditadura* não tiveram a infância que hoje é difundida socialmente como um ideal de direitos a serem perseguidos e concretizados.

[...] Quando eu nasci meu pai estava em Cuba, ele teve um treinamento de guerrilha lá, e já estava clandestino aqui no Brasil desde 1964... Ele sempre esteve clandestino... Eu nasci em 67 [...] Eu também tinha uma vida clandestina [...].(GREGÓRIO)

[...] Tua formação começa a se dar, penso eu, posso estar falando alguma bobagem, a partir de 7/8/10 anos, quando você começa a ter percepção do mundo e o caráter vai se formando. Nesse período, eu já comecei a ver muito claro o que era justiça social, do que a gente almejava como uma sociedade justa, equilibrada, equitativa, todas essas coisas ... E eu já me posicionava desde essa época, desde 9/10 anos, é ... contrário ao sistema operante. Então, podendo não ter nem o discernimento do que seria ser contra ao que estava operando, mas eu era contra. Muitas vezes, até em filmes de polícia e bandido, eu torcia para o bandido [*risos*] porque eu era contra o que estava estabelecido, né?... [*risos*], o que tinha razão, o que estava certo, eu era contra o que era programado, que tinha que acontecer... A partir daí nasceu a percepção ... Essa foi a base de quase toda a minha formação, eu nunca me desvinculei desse período [...]. (VLADMIR)

É o medo, né? Acho que o que eu mais sentia naquela época [...]. Eu sentia um medo muito grande... porque eu tinha ... quanto anos já?... 69 ...69/68 ... Eu tinha 8 anos. Não era muito grande ainda, mas já tinha certa percepção das coisas ... Eu sabia, tinha consciência que meu pai estava envolvido em coisas que poderia acarretar um certo perigo para ele e para nós. Eu sabia que a gente estava em situação de semi-clandestinidade, no período, depois a gente ficou na clandestinidade ... Então eu sentia um medo ... e um perigo rondando a nossa vida [...]. Esse medo ainda prosseguiu até a nossa saída do Brasil.(Idem)

Assim, ao querer identificar o processo de subjetivação dos *filhos* da ditadura, parto da concepção de subjetividade como produção histórico-social, composta por meio das relações estabelecidas entre o sujeito e o mundo, vendo-o enquanto um “projeto” sempre em (re)construção. Penso o conceito de subjetividade a partir das contribuições de três autores: Renato Mezan (1997), Marilena Chauí (1997) e Cornelius Castoriadis (1999).

Com efeito, há determinações sociais na subjetividade. De acordo com Mezan (1997), podemos identificá-la em três planos: o singular – o que é único, intransferível; o universal – aquilo que compartilhamos com todos os outros indivíduos; e o particular – aquilo que é próprio de alguns, mas não de todos.

É nessa última dimensão que podemos falar e pensar sobre as subjetividades dos *filhos da ditadura*, pois é nela que identificamos a capacidade de construção e reconstrução dos modos de ser, sentir, agir e interagir dos sujeitos.

Como o indivíduo não é um corpo amorfo, mas sim um corpo que carrega uma sociabilidade e uma historicidade (CASTORIADIS, 1999), percebemos que as subjetividades se processam na dimensão particular da vida social. De acordo com esse autor “subjetividade [é] a capacidade de receber o sentido, de fazer algo com ele e de produzir sentido, dar sentido, fazer com que cada vez seja um sentido novo”. (p. 35)

Ressaltamos, portanto, que a subjetividade é construída socialmente e que o indivíduo é socialmente definido, o que vai supor uma cultura que é partilhada no âmbito de uma determinada formação social e, por isso, num tempo histórico dado. O que não significa desconsiderar a dimensão do próprio sujeito, a sua experiência absolutamente indelegável na produção da subjetividade. Pelo contrário, afirma-se esta dimensão em íntima conexão com tudo que está em torno, que interpela esse sujeito individual, afetando-o de forma decisiva ao longo de sua vida.

Apoiamo-nos novamente em Castoriadis (1999, p. 45), que afirma:

“[...] Tal sujeito não é uma realidade, é um projeto, em parte realizado pelos indivíduos em parte, sobretudo, a ser realizado também em função de uma transformação que se refere não apenas aos seres humanos na sua singularidade, mas à sociedade em seu conjunto.”

Pensar os processos de subjetivação dos *filhos da ditadura* é enfatizar a consideração de que existe um movimento de cada sujeito para o mundo, ao mesmo tempo em que todos os elementos que lhe são externos também produzem um movimento, uma tensão que vai possibilitar o delineamento e afirmação da subjetividade. Tudo isso, evidentemente, marcado pelo conjunto de relações sociais repletas de antagonismos, marca da sociedade capitalista em que vivemos.

De acordo com Mezan (1997),

“[...] dentro das próprias sociedades ocidentais, quer capitalistas, quer socialistas, a subjetividade como estrutura e como experiência de si depende sobremaneira do lugar social que ocupa o indivíduo, o que, para dizer as coisas de modo claro, implica saber de que lado da luta de classes ele está – dos que produzem mais-valia ou dos que participam na sua apropriação.” (p. 14)

Afirmamos, assim, que os processos de subjetivação ocorrem não só no indivíduo em si, mas também no interior do grupo ao qual ele pertence. Existe uma relação dialógica entre as subjetividades individual e coletiva,⁸¹ o que pressupõe a apreensão ou negação de sistemas classificatórios que pretendem configurar uma identidade própria para determinados grupos sociais. Conforme Santos (1997, p. 135), “as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções”.

Marilena Chauí (1997) também nos faz refletir sobre a subjetividade como

“[...] uma estrutura de experiências significativas e significantes que não começam nem terminam na consciência de si de um sujeito, uma teia de sentidos tecida na relação intercorporal e no diálogo com o outro [...] a subjetividade é um nó de ações corporais e simbólicas originariamente intercorporais e intersubjetivas, das quais a consciência de si enquanto sujeito é um dos aspectos, não a definição.” (p. 19)

A subjetividades dos *filhos da ditadura* são moldadas também a partir da identidade social que possuem.

Ao entendermos identidade social como um fenômeno proporcionado através da dialética entre o indivíduo e a sociedade, sendo um elemento-chave da realidade subjetiva⁸² (BERGER; LUCKMAN, 1971), a identidade social dos *filhos* dos militantes políticos foi estabelecida por oposição a uma outra mais “correta”: a essa identidade associou-se uma imagem que pretendeu ser a mesma que marcou seus pais (subversivos,

81 Boaventura de Souza Santos (1994).

82 Devido ao fato de o indivíduo estar em relação com a estrutura social, a interpretação sobre sua identidade se insere no mundo social.

terroristas, comunistas, ameaçadores da ordem e das liberdades democráticas), modelos identificatórios, impostos socialmente, que permitem aos indivíduos se reconhecerem – ou se estranharem – uns aos outros. Uma identidade construída pela ótica dos dominantes e/ou vencedores, neste caso, os representantes do Estado ditatorial e parcela da sociedade civil coniventes com as estratégias de “segurança nacional”.

De acordo com Goffman (1988, p. 11) “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. No entanto, os *filhos* negaram essa identidade estigmatizada, que trazia a idéia de um legado natural das ações terroristas de seus pais.

A tentativa de se homogeneizar a dimensão de particularidade desses *filhos de subversivos*, colocando-os em patamares diferenciados dos filhos dos *não- subversivos*, influenciou a produção de suas subjetividades, a ponto de, contraditoriamente, ao mesmo tempo negarem essa construção identitária, como se ela não os atingisse, e lutarem contra ela.

Embora essa identidade, construída na alteridade, seja provida de um sistema classificatório simbólico e social que visa a dar sentido à desqualificação biográfica dos *filhos* da ditadura, esse sistema classificatório foi questionado. Os *filhos* fazem questão de afirmarem que são “normais”: que estudaram, que trabalham, que se casaram e constituíram família, que seguem suas vidas como qualquer outro cidadão.

Eu não sou uma pessoa triste nem amarga, não mesmo, não mesmo, eu tenho uma vida, um passado, mas é um passado que só me provoca alegria e felicidade. A tristeza já passou. Agora é outra coisa. Agora, nós estamos revisitando a história, passando a limpo, isso é muito bom, falar para você o que foi a nossa luta... tirar um pouco esse estigma, esse fantasma de que ser filho de morto ou desaparecido político da época da repressão é amargo, mal-humorado, grosseiro, é mal resolvido... Eu não sou mal resolvida, nada disso, nada disso, né? Eu me considero uma pessoa alto astral, alto astral mesmo... Sabe, embora tudo isso tenha mexido bastante com a minha família, mexeu de uma maneira positiva. Você tem perdas e ganhos, e acho que agora se tá no momento do

ganho... de você poder contar, falar para as pessoas o que foi, tiram um pouco realmente esse fantasma... As pessoas ficam pensando: “Ah... será que ela não fica triste?”. Eu tenho os meus momentos de tristeza. E hoje, eu te digo, até para falar da morte do meu pai, isso já não me provoca aquela angústia... Eu já vivi o momento da angústia... Morreu? Morreu sim. Mas morreu por um ideal, por uma causa. Isso é muito importante. Deixou um legado, um passado político, e hoje se nós vivemos o que vivemos, meu pai foi personagem disso. Meu pai participou ativamente por isso. Então isso faz com que eu queira continuar... pra frente [...] A gente sabe respeitar os outros sim, a gente tem valores sim, valores positivos... A gente tem família, nós não somos monstros, e nem frustrados... e nem grillados. Eu tenho grandes amigos... Os meus amigos são fortes, sabe?... Você sabe que a amizade a gente conquista. Então, eu acho que o fato de você poder ter amigos e falar da sua história, fazer com que as pessoas ouçam e te vejam como pessoas normais... muito embora [risos] as pessoas digam que não. Mas nós somos normais... todo mundo perde família, e tal... talvez não com tanta violência, mas todo mundo perde... Você já perdeu familiares, já teve momentos tristes na sua vida, não teve? Mas você sobreviveu... Nós, do mesmo modo. Então, o que me deixa mais aliviada é saber que hoje eu posso te contar essa história, há alguém que se interessa por essa história, que é alguém que pode ver que os filhos da repressão, dos anos de chumbo, são pessoas que tentaram refazer a vida da melhor maneira possível. Sempre falta alguma coisa, mas o que falta é algo que você pode preencher de outra maneira. É sendo solidário, generoso, procurando dar um sentido para sua vida, estudando, lutando por essas pessoas e passando tudo que você acredita... (TELMA)

Hoje nós somos pessoas normais, temos uma vida normal, somos alegres, tentamos desfrutar a vida o máximo possível... Ajudar as pessoas também, né?... E acho que o tempo vai passar essa experiência para os outros jovens... eu acho que a sua preocupação nesse trabalho é tentar compreender toda essa experiência do lado subjetivo, das emoções, e passar para novas gerações, né?... Dizer, “Olha, o Brasil teve esse momento”, né? Nós temos a nossa identidade, a nossa memória que nós não vamos deixar morrer. Hoje eu sou uma pessoa normal, alegre. (ADÍLSON)

Para Anthony Giddens (2002, p. 54) *ser* humano pressupõe uma consciência relativa do “eu/mim/você”; é saber o que se está fazendo e porque se está fazendo. Para o autor,

A auto-identidade não é um traço distintivo, ou mesmo uma pluralidade de traços, possuídos pelo indivíduo. É o eu compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia. A identidade supõe ainda a continuidade no tempo e no espaço: mas a auto-identidade é essa continuidade reflexivamente interpretada pelo agente. Isso inclui o

componente cognitivo da pessoaidade [*personhood*]. Ser uma “pessoa” não é apenas ser um ator reflexivo, mas ter o conceito de uma pessoa [aplicável ao eu e aos outros].

A história “diferente”, à qual foram submetidos por força das circunstâncias políticas em que seus pais se envolveram, faz-lhes presentificar o passado em busca de uma identidade afinada com suas origens, sem torná-los desiguais.

Quando um dos *filhos*, Lúcia, faz questão de manter o sobrenome do pai em um e-mail, por exemplo, mesmo sem ter sido batizada com esse nome, ela tenta fortalecer os laços que a unem ao pai, manter um vínculo com sua identidade originária. Conforme Bourdieu (1996, p. 187), “o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações [...]”

Por outro lado, como já ressaltado anteriormente, o “congelamento temporal” que lhes foi imposto promove uma ruptura com sua continuidade biográfica. Por isso, falar sobre o passado significa tanto para esses *filhos*, ajudando não só a compreender uma questão particular, de sentimentos privados, mas também de parte da história do país.

Eu, só em estar aqui prestando esse depoimento para você, Daniele, eu já estou dando minha contribuição, porque eu estou ajudando a resgatar a história, e um momento da história muito importante desse país, que foi o momento da luta armada contra a ditadura.(ARISTON)

A resposta para a pergunta “Quem eu sou?” é uma lacuna na construção das identidades e subjetividades desses *filhos*. E ela só poderá ser dada após a solução de outras questões: “Quem foram meus pais?” “Como morreram?” “Onde estão?” “Quem os matou?”.

Por esses motivos avaliamos que os *filhos da ditadura* não exerceram seus direitos humanos. Mas refletir sobre essa terceira categoria identificada – direitos humanos – requer um espaço à parte, o que nos fez dar corpo a um quarto capítulo.

- ***Como se constituíram politicamente os “filhos da ditadura”?***

É interessante notar o quanto os *filhos* absorveram as utopias dos pais; como construíram suas trajetórias de vida a partir dos aspectos herdados. Exemplo disso é que a maioria dos *filhos* entrevistada optou por carreiras e direcionou-as para atividades ligadas ao social, à solidariedade, ao compromisso com a cidadania.

[...] Eu tenho me desenvolvido na área de habitação popular, profissionalmente falando, né?. Eu tenho trabalhado muito em favela [...]. Eu tô fazendo um trabalho que tem alguma utilidade, mais ou menos que uma justificativa, pois eu poderia estar fazendo outro trabalho, tipo estar projetando um prédio de classe alta, trabalhando. Se aparece eu faço, logicamente, mas meu escritório de trabalho, o pessoal que trabalha junto, trabalha gente que se especializou bastante nessa área de habitação popular e praticamente toda favela de São Paulo. (VLADMIR)

[...] Agora eu estou trabalhando com favelados... Mas é pontual, né?, não sei... É estar conscientizado no dia-a-dia, tentar conscientizar... uma conscientização política das pessoas com que eu tenho contato, sem que isso seja uma bandeira. Mas sempre eu estou... pra mim a discussão é inerente a qualquer coisa... desde a escolha de um time para torcer à eleição, abrange tudo... Minha contribuição é isso... uma conversa”.(GREGÓRIO)

[...] eu trabalho com mutirão em favelas. A prefeitura, ela gera um monte de ações de parceria com os movimentos de favela, e eu faço isso, faço contatos com esses... via prefeitura, com os movimentos de favela, para fazer trabalho de esgoto, calçamento, sarjeta, enfim... esse é o meu serviço, basicamente.(ARISTON)

[...] A luta do meu pai me jogou para ser professora. Eu acho que não existe educação neutra. Quando a gente passa qualquer coisa, seja matemática, física, línguas, a gente tá passando, sim, valores, ideologia. (TELMA)

Mesmo os filhos que não colocaram em suas carreiras projetos políticos ligados aos ideais dos pais no seu cotidiano criaram, e/ou ainda criam situações que oportunizam a afirmação da socialização de “esquerda” que tiveram, como mostram os depoimentos a seguir:

[...] eu freqüentava a UNE, AMES, né? Ia aos Congressos da AMES, lá em frente ao Colégio Militar, na Tijuca. Eu participava, né? Participava do movimento estudantil, das bases do Partidão, fazia trabalho assim [...] antes de 64 né?, estando militando nas bases juvenis ia , subia na Santa Marta, Dona Marta, Pasmado, todas aquelas favelas ali. E levava o jornalzinho *Novos Rumos*, divulgava, entregava para as pessoas, conversava a respeito de algum assunto que o pessoal achasse que interessaria mais, que estivesse ali, que interessaria mais àquela comunidade né? e tal. Eu tinha 16 anos, fazia isso como podia e como dava, isso aí eu gostava muito e até me colocaram numa base jovem... (LÚCIA)

[...] Eu, emocionalmente, estava muito identificado com aquelas pessoas que iam na minha casa... e não era uma identidade política, era uma identidade pessoal, emocional, era uma coisa muito forte essas pessoas que freqüentavam ali, porque era o meu universo, era com essas pessoas que eu me relacionava [...] A política veio num outro patamar, num outro momento, bem posterior. A coisa imediata foi essa afinidade emocional, pessoal, uma coisa que me influenciou muito [...] Eu não fui manipulado, chantageado emocionalmente... absolutamente! Eu fui porque quis! Eu tinha a opção de não ir. Eu tinha a opção de não ir, mas eu fui. Fui, e não tenho nenhum arrependimento de ter ido. Nenhum [...] Eu fui pra militância aos poucos, e eu fui me envolvendo aos poucos. Quando chegou em 1970 eu já era um militante mesmo, já era militante. Eu tinha 18 anos... 18 para 19 anos, eu já era militante profissional... já tava clandestino e tal, então eu me transformei num militante profissional da organização. (ARISTON)

Eu era um militante, periférico, assim [...] Eu tinha 12, 13 anos, eu fazia pequenas tarefas, pros amigos do meu pai, pro meu pai [...]. Eu conhecia, eu tinha o mínimo de politização, eu sabia o que estava acontecendo, eu vivi o período do golpe é... lucidamente. Eu sabia o que era o golpe, eu sabia como aconteceu, eu sabia tudo. Eu posso ser um ... um...uma coisa especial, uma pessoa especial, porque tinha... desde cedo eu tinha isso. Porque eu era filho de dois militantes, mas é ...eu vivi esse período é ... consciente, eu sabia o que estava acontecendo, então a minha entrada para a militância também foi uma coisa natural e consciente também né? Então a minha participação é uma participação consciente, não é uma participação de seguir o pai, entrei contra a vontade do meu pai, porque queria que eu continuasse estudando, tivesse uma formação [...] Eu queria ser militante, eu escolhi ser militante não é? (IVAN)

Constantemente me deparei com passagens narradas pelos *filhos* que mostravam o quanto eles se inserem na história de luta dos pais; falar o “nós” ao invés do “eles” parece ser a aliança que simboliza a convergência dos ideais revolucionários, permitindo que, ao se colocarem como partícipes da luta travada, pais e filhos sejam um só, o que significa a oportunidade de viverem mais um pouco junto aos pais.

Obviamente existem maneiras diferentes de se lidar com o passado e, também, de agir no presente. Tendo como referência o elo entre os *filhos* (a morte e o desaparecimento dos pais por motivação política), percebemos que eles têm uma dor em comum, mas as ações de combate a essa dor, apesar de similares, são realizadas de maneira individual; isto é, todos querem esclarecer o passado, promover um luto digno, punir os culpados e terem reconhecidas a contribuição histórica dos pais, mas as mobilizações são heterogêneas. Apesar da possibilidade de conquistar de um viabilizar a conquista de outros, as ações não são coletivas, ou seja, não existe um grupo que una suas forças na luta pelos mesmos objetivos. Tal avaliação fundamenta-se em dois aspectos: primeiro, apesar da origem da dor e da luta ser comum, temos, dentre nossos narradores, um grupo de *filhos* de “mortos oficiais” e outro de “desaparecidos”. Isso não minimiza a luta de um grupo frente ao outro, mas influencia a continuidade de um determinado “tipo” de luta; os *filhos* dos “desaparecidos” ainda têm uma luta específica pela frente: elucidar as circunstâncias da morte e encontrar a ossada dos pais, situação pela qual os outros *filhos* já passaram.

Há, entretanto, um outro “tipo” de luta que é realizada em comum: a do esclarecimento dos fatos que circunscreveram a ação repressiva do Estado, de forma a identificar os culpados, responsabilizá-los criminal e socialmente, desmistificar a luta política, tratada como subversão, contribuir para uma política de direitos humanos efetiva no atual Estado democrático de direito e, principalmente, honrar os familiares, dando-lhes um enterro digno e à altura de suas lutas.

Segundo, a título de reflexão, quando comparamos as mobilizações engendradas pelos *filhos* brasileiros e pelos *filhos* argentinos, identificamos um aspecto bastante significativo: na Argentina, existe o movimento dos “Hijos” – *Hijos por la Identidad, la Justicia contra el Olvido y el Silencio*⁸³, que, de acordo com Catela (2001, p. 346), “nesse espaço criaram uma nova posição coletiva, reinterpretando categorias e esquemas de ação recebidos e armando novos códigos, até modelar uma linguagem e perfil geracional.” Na Argentina, a identidade de *filhos* absorveu um aspecto sócio-político significativo, o que reverteu uma identidade que poderia ser estigmatizada em uma identidade de força e embate.

Por intermédio dos *escraches*,⁸⁴ os *filhos* da ditadura Argentina uniram as experiências individuais numa mobilização coletiva, ao tentar responder à questão “Quem somos?”, inaugurando uma nova etapa de se fazerem valer ao se autodenominarem um grupo.

A crescente mobilização dos filhos pela busca de informações sobre seus pais, para conhecerem a verdade sobre sua história, dá forças ao desmascaramento da realidade que se queria ocultar e que as mães e outros familiares dos mortos e desaparecidos foram aos poucos descobrindo.

83 Na tradução para o português, “Filhos pela Identidade, pela Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio”. Denominam-se uma organização de defesa dos direitos humanos e afirmam: “[...] trabalhamos com independência partidária e cremos que a memória e a justiça não estão nos esperando em um lugar, mas que são construídas dia a dia. Por isso, os filhos, firmes na luta, estamos de pé. (Revista *HIJOS*, set. de 1996. In: CATELA, 2001, p. 348).

84 “Os filhos dos desaparecidos têm como um de seus objetivos centrais demonstrar que a impunidade é um ‘mal-estar social’”. (CATELA, 2001, p. 344). Logo, os *escraches* tornam-se ações organizadas por esses filhos com o objetivo de expor ao público os agentes repressores da ditadura, numa “nova forma de protesto e reclamação simbólica de justiça” (Id., p. 348). Por meio de cartazes com fotos e uma pequena biografia do repressor, os *filhos* procuram atingir a imagem desse sujeito, divulgando o ocorrido nos locais em que moram, trabalham ou em praças públicas. Ainda conforme Catela (2001, p. 351), “deixa-se de lado, assim, a espontaneidade de uma manifestação de ódio individual para gerar uma atividade racionalizada e coletiva”.

[...] os filhos, agora, são os que seguem pensando e inventando novas maneiras de tornar possível a existência sem o horror que consiste em viver para sempre na desilusão, como propõem os desencantados do pós-modernismo autóctone que surgiram no alvorecer das democracias dos anos 80. (SAIDON, 2000, p. 37)

O mesmo não ocorreu no Brasil. É nesse sentido que se desenvolveu nosso questionamento sobre os “tipos” de mobilizações e “maneiras de existir” realizadas pelos *filhos* brasileiros e argentinos. Os *filhos da ditadura brasileira*, nesse aspecto, diferem dos *filhos da ditadura argentina*, pois enquanto esses últimos se fazem valer no espaço público a partir de sua identidade de *filhos* e pelos “escraches”, os primeiros parecem motivar-se politicamente em ações particulares, até às margens de suas situações familiares. Mesmo quando inseridos em grupos de defesa dos direitos humanos, ou quando participam de celebrações ou comissões de pesquisa e reivindicações, suas lutas não tomam conta da esfera pública e social na forma de um corpo identitário como os *hijos*.

Não reside aqui qualquer juízo de valor quanto ao fato de as mobilizações serem “coletivas” ou “individuais”. Cada um pensa e age de acordo com suas possibilidades, desejos e circunstâncias.⁸⁵

Os contextos político e cultural dos dois países diferem, assim como o momento em que as ditaduras foram instauradas. Ademais, as motivações e circunstâncias da derrocada ditatorial também podem divergir. A própria “intensidade” da repressão pode ser explicada por diversos aspectos, dentre eles, a expressiva distância numérica de mortos e desaparecidos políticos nos dois países, como destaca Fico (2001):

85 A questão dos mortos e desaparecidos políticos da Argentina é conduzida de forma bem diferente do Brasil. Não cabe neste trabalho a busca dos motivos que levam a isso. Mas para ilustrar tal fato, temos dois exemplos: a anulação pelos deputados argentinos da lei de anistia aos militares; e a divulgação, na mídia, por intermédio de uma novela, das histórias referentes aos casos dos filhos de militantes seqüestrados e adotados por militares.

[...] a Ditadura Militar brasileira se diferenciou das congêneres do Cone Sul, ou seja, as ditaduras do Chile, Argentina e Uruguai. Surgida bastante antes, a ditadura brasileira só atingiu seu ápice em 1971, sete anos após o golpe, quando passa ao extermínio físico sistemático dos militantes da esquerda aprisionados sem visibilidade pública. A essa altura, a esquerda já tinha suas fileiras consideravelmente reduzidas, o que explica, ao menos em parte, sem dúvida, o número de mortos e desaparecidos bem menor no Brasil [em termos relativos e absolutos]. No Chile e no Uruguai, as ditaduras militares se instalaram em 1973. Na Argentina, em 1976. Mas [...] a ditadura brasileira não ficou atrás das suas similares em matéria de crueldade repressiva. Bem pelo contrário, serviu-lhes de modelo e para elas exportou seu *know-how*.

Estima-se que entre mortes e desaparecimentos, a ditadura militar argentina tenha atingido entre 16 mil e 21 mil cidadãos,⁸⁶ enquanto no Brasil temos oficialmente 366 casos.

Diante disto é que o valor dado às ações, por cada filho, não é medido pelos números apresentados, mas pela importância de “exorcizar” o passado sombrio e compreender a dinâmica que se desenvolveu nos “anos que se procura esquecer”, pois não só viabiliza a elaboração dos acontecimentos, como ajuda na luta pela efetivação dos direitos humanos e da cidadania. Sufocar as lembranças não as ausenta, simplesmente as retalha.

O resgate do passado, por meio da memória, é um dos caminhos para “superar” o desgaste pessoal e psicológico que esses *filhos* sofreram. Outro é o atendimento às reivindicações por esclarecimento e justiça. Mas existem aí muitos descaminhos; dentre eles, aqueles que se encontram – usando as palavras de um dos depoentes do vídeo *15 Filhos* – entre “a imaterialidade da morte e a imaterialidade da vida”.

A convivência com o desconhecido, com o oculto, foi selada com a própria Lei da Anistia de 1979, que “expressa também de modo explícito estratégia da interdição da

⁸⁶ Dados colhidos em D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

investigação do passado, como condição de sua própria aprovação e do processo de transição” (RIBEIRO, 1990, p. 109).

A recuperação da memória, do passado, da história, não é só elaborar um luto mal resolvido. É romper com um passado presente pela lembrança do ausente e anular o pacto de silêncio e negociação característico das ditaduras latinas. É efetivar um passado presente para a conquista de uma democracia real, para o estabelecimento de instituições democráticas que funcionem, para garantir que as violações aos direitos humanos não continuem acontecendo.

- *Era assim que as coisas aconteciam... e era assim que eu via tudo acontecer...*

Esse verso, da música “*Camila, Camila*” do grupo gaúcho “Nenhum de Nós”, expressa bem o sentido subjetivo do “olhar” dos sujeitos, ou seja, os aspectos particulares que cada indivíduo possui e que configuram o que vemos, como vemos, e o que queremos ver. Essa maneira individualizada de dar sentido às coisas está bastante ligada à nossa experiência de vida, aos nossos sonhos, ao nosso jeito de ser, aos sentimentos que guardamos e expressamos.

Os *filhos da ditadura* têm uma maneira diferenciada de “olhar”, interpretar e sentir alguns fatos que compõem o seu passado. Dentre eles, os relativos ao período da ditadura militar, ao momento da luta armada, à participação política dos pais, às opiniões acerca das ações governamentais relativas aos mortos e desaparecidos políticos e ao contexto democrático atual.

Todas as palavras proferidas durante os depoimentos colhidos tiveram um significado especial, tanto para o depoente, quanto para a ouvinte. Foram palavras carregadas de emoção, expectativas, lembranças, que tinham como objetivo passar uma

mensagem; que seria, não obstante, (re)interpretada. Os depoimentos foram, na realidade, narrativas. Os *filhos* narraram sua história, exerceram a faculdade de “intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1996). E como as narrativas não retiram do ouvinte (ou do leitor) sua capacidade de interpretação e significação das palavras, este e o narrador podem, juntos, dar sentido às informações prestadas e colhidas.

Ouvir uma narrativa é permitir a comunicação, é deixar-se envolver, é sentir que o importante não é tomar o conteúdo do que é narrado tal qual ele se apresenta, mas identificar as significações que ele comporta. E isso aprendi não apenas com leituras, mas com a experiência de promover narrações. Uma das *filhas* com quem conversei me disse:

A história, assim como a educação, ela só serve quando a gente pode compartilhar com outras pessoas. Se eu posso compartilhar com você um pouco da minha história, e um pouco da minha educação, da minha formação, eu já fiz um papel bastante importante... Você me ouviu, você me emprestou seus ouvidos durante essas duas horas de conversa, você me ouviu de maneira atenta, você fez suas intervenções, mas você me permitiu falar tudo o que eu pensava. Você não tava aqui fazendo juízo de valor. Você simplesmente me ouviu. E a partir do que nós contamos você vai poder ter sua própria opinião sobre o que foi esse período, de que maneira, como aconteceu, né?... as marcas que ele deixou na gente [...] Porque foi significativo pra mim, talvez tenha um significado pra você. E talvez o significado que tenha pra você, seja muito diferente do que teve pra mim, mas não deixa de ter um significado [...] Hoje você já tem uma opinião a nosso respeito [...]. Como nós somos? Nós pensamos? Temos sonhos? Nós sabemos ouvir? Nós sabemos nos expressar? O que isso significa, você saber que alguém te ouviu? As pessoas não pagam para ir ao terapeuta? Nós não pagamos aos terapeutas. Nós ficamos praticamente nas mãos das pessoas que nos ouvem, né? (TELMA)

As últimas frases dessa citação soam tão emocionadas, que difícil é comentá-las sem o risco de sermos incipientes. Tenho a dizer, porém – desculpem-me a ênfase, caso eu esteja ultrapassando a tênue fronteira entre fato e interpretação – que, ao narrarem suas histórias, os *filhos* estão pedindo ajuda; um tipo de “socorro” velado pelo próprio discurso, que talvez nem eles percebam a força e a dimensão que adquire.

Muito pude aprender com os *filhos*. O meu olhar frente aos acontecimentos relativos à ditadura atinge agora outras dimensões. Ultrapassando um conhecimento restrito ao senso comum, ou detendo-se numa dimensão puramente ideológica, meu modo de enxergar os acontecimentos políticos do período pode embasar-se em mais subsídios interpretativos.

Mas o que os *filhos* disseram? O que eles expressaram? Que sentimentos provocaram? Que reflexões promoveram? Ao final de cada depoimento, ficava com a sensação de que nada que eu sabia de história fazia sentido; de que meus problemas, minhas dores e perdas, ora convergiam, ora eram insignificantes diante das deles; que viver é muito mais do que existir.

Ditadura militar

O que os filhos entendem sobre o que foi a ditadura militar dá cor à marca invisível da influência que teve em suas vidas. Ao mesmo tempo, expressa uma visão politizada, construída na socialização de esquerda que tiveram.

Essa avaliação política, do meu ponto de vista, é sempre a mais negativa possível. Foi um retrocesso de todo um período, de coisas que se vinham conquistando no país [...] Aí veio aquela repressão brutal, que no meu ponto de vista, fazia parte de um contexto mais global de repressão aos movimentos nacionais de libertação, de pró-democracia, que existia em toda a América Latina. Então, a partir de 69 já veio englobar junto com as coisas que estavam acontecendo no Uruguai, Argentina, em todo o resto do Cone Sul. (VLADMIR)

[...] A ditadura foi um processo histórico [...] Existia um projeto político que a envolvia, que era a internacionalização da economia, que era atrelar o país à Guerra Fria ao lado dos Estados Unidos, e quem foi agente desse golpe nesse primeiro momento foram amplos setores da sociedade, a Igreja Católica, os grandes meios de comunicação e as Forças Armadas né?, além do empresariado, que era o maior beneficiário desse processo. [...] O que eles falavam contra o João Goulart é que a aliança que o

apoiava no governo e que os caras queriam montar uma República Anarco-sindicalista, mas parece que estou contando história, enchendo o saco, mas não é, é que isso tem uma base ideológica muito forte. Ao dizer que querem implantar no país uma República Anarco-sindicalista, estavam querendo dizer é.... basicamente o seguinte: eles querem colocar no país um regime, apesar de ser republicano, um país comandado por anarquistas, leia-se comunistas, e todos aqueles que querem destruir o Estado burguês, o Estado excepcional capitalista, né? E sindicalista, sindicalista tinha um nome para isso né, era uma palavra chave para dizer “pobre”, trabalhador [...]. Isso mostra o caráter ideológico que tinha. Era um caráter de classe, um caráter como estou falando [...]. Porque quem não está comigo, está contra mim. É esse o raciocínio da ditadura. Sempre, né?, a ditadura tem essa característica, qualquer que seja. (IVAN)

[...] A primeira coisa que me vem na cabeça quando vem a palavra ditadura [...] vem uma forma de... ver, a sociedade. Uma forma de ver a Constituição, uma forma de ver as regras desse país [...] a forma como se rege as relações [...] uma forma onde vai ter um cara, que ele do nada decidiu que é assim e não adianta contestar, porque se você contestar, você dança [...] O cara, ele tem alguma coisa que faz com que ele tenha esse poder de tomar essa decisão, e contestar isso daí é... haver um confronto [...] (JOÃO CARLOS)

Luta armada e participação dos pais

Como os *filhos* avaliam as ações dos pais?

[...] nós respondíamos com guerrilha urbana, à violência que foi cometida a partir do momento que os caras é... deram o golpe de Estado, que foi uma violência. O Dr. Vilela falava isso para a gente, “Vocês não fizeram nada demais”. Ao dar o golpe eles colocaram o poder em disputa pelas armas, qualquer um podia fazer, qualquer um tinha o direito de fazer, né? (IVAN)

[...] Hoje tem muita gente aí que diz “Ah, esses terroristas, subversivos, e tal, que fizeram e aconteceram...”. Mas só esquecem de um detalhe: que na verdade a gente tava reagindo a um golpe de Estado... O que foi que os militares fizeram? Eles rasgaram a Constituição e depuseram um regime legal, legitimamente eleito, que foi o João Goulart [...] E nós é que somos os terroristas?

Não é uma coisa hilária? Uma coisa hilária, despropositada, né?... E aí começou um período de muita violência, e a gente reagiu a essa violência... Na verdade, as organizações armadas, elas são uma resposta a essa violência do golpe de Estado. Não fomos nós que

inventamos essa violência! Foram eles que inventaram essa violência, e nós respondemos a essa violência. E... tivemos erros? Muitos erros! Erros profundos, de falta de... de... formação, de falta de um partido político, de uma análise profunda, de uma análise... uma análise de classe da formação social brasileira, né? Isso... todas as coisas que eu estou te colocando, te ilustrando, levaram à nossa derrota, mas foi... foi... a única alternativa que restava aos democratas desse país... foi a saída para a luta armada. Não tinha outra. Qual era a outra saída? Era pactuar com aquilo? Eu acho que tinha que responder. E os melhores filhos dessa terra deram sua vida pela liberdade, pela redemocratização, pela emancipação do povo. Então essa é a minha visão, *a priori*, uma visão simples, né?, sobre esse período. (ARISTON)

[...] eu tenho uma lembrança dele muito positiva, eu tenho muito orgulho de ser filha de quem eu sou. Eu espero que eu possa contribuir para essa sociedade, pelo menos, sabe? Eu não tenho a pretensão de dar a vida pelo meu país, mesmo porque nós nem estamos em guerra, nem nada disso, mas eu acho que o que ele deixou pra gente, essa coisa de lutar pelos outros, se condoer pelas pessoas humildes, saber que há gente nesse país que passa fome... tudo isso foi a vida do meu pai, né?... A vida e a morte do meu pai... que trouxe pra gente você ter consciência dessas coisas todas. (TELMA)

[...] eu ficava às vezes pensando, pôxa, por que foram setenta caras, resolveram fazer uma guerrilha no Sul do Pará, contra um exército, contra um Estado, entendeu?... É... pouca gente, entendeu?, e o resto é uma puta estrutura... Vocês não vão conseguir ganhar isso...Pra eles acho que não importava se iam ganhar ou não, era mais um sonho, era uma coisa mais utópica, entendeu? E eu tinha... tenho, uma visão mais realista assim [...]. Eu acho que tem que resgatar essa história passar ela a limpo e dar um ponto final. Chegar e falar: “Aqui, olha, foi esse maluco que resolveu fazer aqui uma repressão dessas”. Porque se olhar a história do Araguaia, onde tava a minha família, vai ver que o que eles foram fazer ali, cara, era trabalho voluntário... Você conversa com as pessoas e você chega e ela diz: “Essa daqui foi a que fez o parto do meu filho”. A madrinha, ela tinha o primeiro ano de enfermagem, entendeu? Ela vai para um lugar onde não existe nada próximo da civilização e faz o mínimo, que é ajudar o parto, ajudar nisso ou naquilo. Aí teve o outro que ela sabia fazer um telhado diferente e explica, entende? Trabalhar em cooperatividade, eles começaram ali... Então o que eles estavam fazendo ali era um trabalho voluntário, não pode se dizer que aquilo ali era uma guerrilha, aquilo não foi uma guerrilha, foi um massacre. O que eles tinham de arma, eles tinham armas que usavam para caçar! (JOÃO CARLOS)

Os *filhos* processam justificativas para as ações dos pais, e validam a luta ao terem interiorizado seus ideais socialistas e revolucionários. Foi possível perceber, em algumas falas, reflexões críticas sobre as ações engendradas, caracterizadas como idealistas, imaturas, com fragilidade teórica. Em nenhum momento, porém, os *filhos* deslegitimam essas ações; apenas informam seus possíveis equívocos.

O contexto democrático e as ações do governo no caso dos mortos e desaparecidos políticos

É unânime a opinião dos *filhos* quanto à relação que o país tem com sua história passada. Afirmam não haver como consolidar a democracia pela qual se lutou, já que o passado continua envolto em omissões. Ademais, apesar das conquistas, que consideram incipientes, no que se refere às ações do governo no caso dos mortos e desaparecidos políticos criticam a difusão, que consideram superficial e deturpada, da imagem da luta contra a ditadura, que só desqualifica e desrespeita os sujeitos que dela participaram.

[...] Eu acho que isso tudo é muito fruto de pressão dos próprios movimentos, de anistia, contra a tortura, contra a violência... dos movimentos democráticos e tal... Então eu acho muito positivo. Agora, é evidente que são coisas parciais né?... Você pega o projeto de indenização do Alckmin aqui em SP, é de morrer de rir. Você lê o projeto e chega à conclusão que você precisa chegar lá sem uma orelha, sem as pernas, para você ser indenizado. E por quê? Porque é uma coisa subjetiva, você não tem condições de provar que você foi torturado... Ela tem tantos adendos, esta lei, que você chega lá e ao invés de dizer que foi torturado, você pede desculpas por estar entrando com a ação.
(ARISTON)

[...] A gente vive num país democrático hoje, e um país democrático tem que ter responsabilidade com o passado e com o futuro também, então eu acho que a gente ainda vai ter que ter um presidente que tenha a coragem, não digo nem a coragem, mas a dignidade para chegar e falar: “Olha, o Estado errou, militar não tem direito a tomar o poder, militar não tem direito a fechar o Congresso, Congresso não pode ser fechado por um presidente também, não é só “milico” doido...” Tem que chegar e fazer isso, é um passo

que ninguém vai dizer que a nossa democracia tá bamba depois que fizerem isso. Ela vai tá com a perna bem firme, pronta para agüentar qualquer impacto que vier [...] Tem que pegar os registros do Exército, de todos os órgãos de repressão, ver o que foi feito com essas pessoas, ver quais foram as pessoas que tomaram essas decisões e punir essas pessoas. (JOÃO CARLOS)

[...] o Fernando Henrique e a equipe dele pensa que contemplou os familiares no que os familiares queriam. E não contemplou, porque não era só a indenização que os familiares queriam. Vi o governador Alckmin dizendo: “Não, mas houve anistia, tem que esquecer o passado”. Ele quer que eu esqueça, mas eu não esqueço. Diz que tem que esquecer o passado... Tem é que esclarecer o passado. Esclarecer, esquecer não. Perdoar, anistiar, anistia não é perdão. Porque perdoar, você só perdoa alguém que você conhece... um cara que você conhece. Como é que eu vou perdoar o que eu não conheço, o que eu não sei, entendeu? (LÚCIA)

[...] Eu acho assim... tem dois aspectos. De uma certa maneira, essa questão toda acabou projetando, né?... foi um golpe político... Existe gente bem intencionada que trabalhou? Sem dúvida nenhuma... Mas eu acho que em alguns momentos o que eles fizeram foi varrer a sujeira para debaixo do tapete, né?...sabe por quê? Porque como você pode ter um atestado de óbito do seu pai que diz que a lei reconhece as circunstâncias pela Lei 9.140... E o ônus da prova? Quem fica com o ônus da prova? De que maneira você apura de fato as circunstâncias? Nós temos que provar... nós apanhamos, fomos presos, torturados, nossos pais foram assassinados, e nós é que temos que provar?! Como é que pode uma coisa dessas, meu Deus do céu? Isso é um absurdo, sabe?... que a gente tenha que ficar remexendo, numa coisa dolorosa, para provar o que todo mundo sabe que realmente existe. Abra os arquivos do Exército! Abra os arquivos da Marinha, da Aeronáutica, pra ver se tem algum... Por que que nós é que temos que provar, se nós é que fomos as vítimas? Há ações louváveis, sem dúvida, isso há, é um fato. Mas eu acho que você não pode resolver de maneira parcial. Porque nós temos que reconstruir as nossas vidas, e não é dando qualquer dinheiro que vai fazer com que a gente cale a boca, não... não é assim... Você não compra o silêncio das pessoas para elas esquecerem, como se nada disso tivesse acontecido. (TELMA)

Ao narrarem suas histórias os *filhos* liberaram *nostalgias*.

Irene Cardoso Ribeiro (1996) conceitua *nostalgia* como um tipo de memória, que evoca um trabalho de reminiscência e imaginação que fabrica lugares da memória. Com efeito, identificamos, nas narrativas dos *filhos*, os conceitos de “nostalgia aberta” e “nostalgia fechada” discutidos pela referida autora. A primeira é entendida como uma forma de encontro das lembranças que provoca mudanças, retornos que promovem novas

situações, problematizações, ultrapassando os limites da melancolia. No que se refere à “nostalgia fechada”, seria como um congelamento do tempo: “permanece fiel a esta coisa finda, está colada a ela, não há futuro...” (p. 06).

Na memória desses *filhos*, a perda, a tristeza e o sofrimento dividem espaço com a esperança, o orgulho, com o apoio que dão à luta dos pais.

Os *filhos* estão permanentemente nas fronteiras entre o ontem, o hoje e o amanhã. Entre o continuar e o retroceder da vida. Entre a superação e a valorização da dor. Entre a vontade de virar a página da história e a necessidade de reescrevê-la.

CAPÍTULO IV: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS, DITADURA MILITAR E SERVIÇO SOCIAL

Acompanhar a discussão que envolve a temática dos direitos humanos requer constante (re)atualização, pois pensar essa categoria significa compreender o processo histórico das lutas e das conquistas dos direitos civis, sociais e políticos. Somente é possível discutir os direitos humanos interligados às condições sócio-históricas, político-econômicas e culturais vividas em cada sociedade.

Desde a concepção clássica, cuja representação é marcada pelas obras de Thomas Marshall (*Cidadania, classe social e status*) e Norberto Bobbio (*A era dos direitos*), até a compreensão contemporânea, marcada pelas reflexões de vários autores, como Carlos Nelson Coutinho (*Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo e Notas sobre cidadania e modernidade*) e A. A. Cançado Trindade (*Proteção internacional dos direitos humanos. Fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*), entre outros – somente para citar alguns dos nomes estudados em Serviço Social – o tema dos direitos humanos enseja uma série de reflexões.

Embora existam vários debates acerca do que são, ou devem ser, os direitos humanos, como surgem, e por que são importantes, as principais indagações referem-se:

1. ao risco de homogeneização dos direitos, sem considerar as especificidades culturais de cada sociedade ou grupo social; ou, o inverso, ao risco de se considerar demasiadamente a relativização cultural antropológica e perder sua pretensão universal;
2. às distorções presentes no senso comum, que equiparam, por exemplo, os direitos humanos aos “direitos de bandido”, já que é um tema recorrentemente usado para

questionar a defesa da integridade física e psicológica de sujeitos sob a tutela repressiva do Estado, ou de segmentos minoritários – políticos, sociais, culturais etc;

3. à crítica proveniente de setores acadêmicos, que os consideram direitos burgueses, dada sua vinculação original com a perspectiva liberal, ligada às lutas da burguesia ascendente contra o Estado absolutista (ALMEIDA, 2003).

Não nos cabe aqui discutir, com maiores detalhes, os argumentos relativos a esses aspectos, apesar da importância, para a sustentação deste trabalho, da reflexão suscitada. Nosso objetivo é o de compreender a constituição dos direitos humanos como corolário de uma dada condição histórica e a sua “funcionalidade” ligada aos interesses de distintos segmentos sociais.

De acordo com Norberto Bobbio (1992),

[...] O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com as mudanças das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas etc. (p. 18)

Coutinho (1997) discorre sobre a construção das noções de democracia e cidadania, definindo, sumariamente, a primeira como “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo, e, em consequência, no controle da vida social”; e a segunda, como

“[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.” (p. 146)

Nesse sentido, afirma que “os direitos são fenômenos sociais, são resultado da história”, situação já posta, segundo esse autor, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU),⁸⁷ em 1948.

Partindo desse princípio, entendemos que o ser humano pode ser agente e produto da organização social e cultural em que vive. É o movimento estabelecido nas relações de poder e interesses que cria novas maneiras de organização e manutenção societária.

O debate contemporâneo sobre os direitos humanos está pautado na referida Declaração, que abarca um sistema de valores universais que visam a reger os caminhos/destinos da sociedade global.

Conforme Bobbio (1992) resume, “[...] os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e ampliação”. (p. 32)

Paulo Sérgio Pinheiro, no Colóquio Anual de Direitos Humanos de São Paulo, em 2001, enfatizou, nessa mesma linha, que:

“Justamente a história dos direitos humanos é a história das lutas humanas. As pessoas nascem com direitos básicos, mas sua realização não é automática [...] A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 constituiu uma ruptura - renúncia de uma nova era - com a comunidade internacional assumindo a realização dos direitos humanos como uma causa de interesse comum e do interesse de toda a humanidade.”⁸⁸

Como os direitos humanos não são “dados” e nem naturais (a visão jusnaturalista⁸⁹ não prepondera na discussão contemporânea), temos um outro verbo que caracteriza o

87 A organização das Nações Unidas surge em 1945, inspirada pelas idéias da internacionalização e universalização dos direitos, nas quais sua proteção não deveria ser de competência apenas dos Estados Nacionais.

88 Palestra intitulada “A Concepção Contemporânea de Direitos Humanos: novas estratégias para sua efetivação”, PUC/SP, maio/2001.

89 O jusnaturalismo, que, para Coutinho (1992) acabou por se constituir na ideologia da classe burguesa, afirma a existência de direitos naturais, inalienáveis.

movimento dos direitos humanos: construir. Os direitos humanos são, em palavras de Hannah Arendt citadas por Flávia Piovesan (2001, p. 217-218), “um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução”.

Emerge, assim, com a Declaração de 1948, um paradigma e um referencial ético a orientar a ordem internacional, por intermédio de um código de princípios e valores universais a serem respeitados pelos Estados. É esse o parâmetro que distingue a civilização da barbárie e internacionaliza os direitos de um, como direitos de todos.

Entretanto, não podemos desconsiderar que os direitos humanos se tornam “polêmicos”, pois, de acordo com Bobbio (1992),

Além de mal definível e variável, a classe dos direitos do homem é também heterogênea. Entre os direitos compreendidos na própria Declaração há pretensões muito diversas entre si e, o que é pior, até mesmo incompatíveis. Portanto, as razões que valem para sustentar umas não valem para sustentar outras. Neste caso, não se deveria falar em fundamento, mas em fundamentos dos direitos do homem, de diversos fundamentos conforme o direito cujas boas razões se deseja defender. (p.19-20)

A antropologia cultural, atualmente, tem (re)discutido seu papel diante das questões sobre os direitos humanos, sem desconsiderar a tensão entre o ideal igualitário (direitos universalizáveis) e a realidade da diferença (singularidades sócio-culturais).

Luis Eduardo Soares (2001) afirma:

[...] parece-nos perfeitamente possível e desejável que os antropólogos defendamos os direitos humanos tais como consagrados pelos documentos da ONU, mantendo-nos abertos, evidentemente, para postulações específicas de grupos sociais que critiquem determinados princípios, os quais teriam de ser objeto de discussão, em cada caso específico, respeitadas as especificidades de cada contexto, sendo inócua a procura de leis universais de validade ilimitada [...] (p. 25).

Ana Lúcia Valente (2001) avalia que o trabalho na defesa dos direitos humanos deve seguir:

[...] a conjunção do singular, do particular e do universal que se trata de realizar no novo modelo de integração supõe idealmente que cada um se reconheça, para além das diferenças individuais e de grupo, numa visão política comum, porque a democracia não é possível senão quando um direito comum regula a coexistência das liberdades individuais e particulares. (p. 31)

Além do alcance universal dos direitos humanos, a Declaração de 1948 consagra-os como uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada. Prioriza-se a conjugação dos direitos civis e políticos com os direitos econômicos, sociais e culturais, aspecto retomado e reiterado com a Declaração de Viena, em 1993.⁹⁰

Nilmário Miranda, em artigo intitulado “Os Novos Paradigmas da Universalidade, Interdependência e Indivisibilidade dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais”,⁹¹ afirma que

“Desde a Conferência Internacional de Viena, em 1993, vem sendo reafirmada a indissociabilidade dos direitos humanos e a recusa da prioridade dos direitos civis e políticos como primeira etapa. O evento tornou-se um marco mundial pelo delineamento do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais como fundamento ético, base para denúncias e combustível para a busca de caminhos alternativos para a humanidade superar a iniquidade e a injusta distribuição das riquezas, do poder e do saber.”

A visão que envolve todos os direitos num só ícone pretende tomá-los numa “perspectiva de totalidade”.⁹² Os direitos humanos seriam, nesse sentido, um conjunto de

90 O Programa de Viena foi adotado consensualmente em plenário pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 25 de junho de 1993.

91 Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>.

92 Suely Souza de Almeida (2003): Seminário Ética e Direitos Humanos, ESS/UFRJ.

pressupostos que visam à participação e ao desenvolvimento dos sujeitos históricos, na sua relação com o Estado.

Surge então a seguinte questão: como proteger os direitos humanos já que, conforme nos alerta Bobbio (1992), deparamo-nos hoje mais com a necessidade de protegê-los do que de justificá-los?

A resposta pode estar na chegada ao consenso, em cada período histórico, de um sistema de valores que irão nortear e validar as ações humanas. Apesar dos limites fronteiriços de cada nação, suas sociedades não devem fechar-se em si mesmas, pois, embora tenham suas especificidades, existem pactos, Tratados Internacionais, que procuram regular os preceitos de igualdade, liberdade e fraternidade⁹³ para todos os povos. “A Declaração é algo mais do que um sistema doutrinário, porém algo menos que um sistema de normas jurídicas [... é] um ideal comum a ser alcançado por todos os povos e por todas as nações”. (BOBBIO, 1992, p. 31)

Conforme afirma Piovesan (2001), todos os Tratados Internacionais contam com as assinaturas de Estados-parte, aqueles que aceitaram respeitar as diretrizes estabelecidas nesses documentos. Como exemplos, temos a presença de 144 Estados-parte no Pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos; 142 Estados-parte no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; e 119 Estados-parte na Convenção contra a Tortura.

O Sistema Internacional de proteção dos direitos humanos apresenta-se como um parâmetro, visando a garantir minimamente as ações dos Estados frente à problemática interna dos direitos humanos, intervindo, como uma instância superior, quando as ações estatais mostram-se omissas ou falhas.

Ainda de acordo com Piovesan (2001):

93 O pacto consensual estabelecido e regido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 foi inspirado na Revolução Francesa de 1789.

[...] ao enfrentar a publicidade das violações dos direitos humanos, bem como as pressões internacionais, o Estado é praticamente “compelido” a apresentar justificativas a respeito de sua prática, o que tem contribuído para transformar uma prática governamental específica, no que se refere aos direitos humanos, conferindo suporte ou estímulo para reformas internas. [...] em resposta a pressões internacionais, altera sua prática com relação à matéria, fica reconstituída a relação entre Estado, cidadãos e atores internacionais. (p. 221)

José Maria Gómez (1997) esclarece que a Declaração dos Direitos Humanos de 1948

[...] deflagrou, na comunidade internacional do pós-guerra, uma vastíssima produção de instrumentos jurídicos, de alcance global (Pactos, Declarações, Convenções, Conferências) e regional (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Convenção Européia para Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos), destinados tanto a atualizar o conteúdo dos direitos humanos reconhecidos quanto a fornecer mecanismos de promoção, controle e garantia no plano internacional (TRINDADE, apud GÓMEZ, 1997 p. 34)⁹⁴

Esse autor salienta, ainda, que a Conferência de Viena, em 1993, que reuniu delegações de 171 Estados, 813 organizações não-governamentais, além de outras 2000 ONG's mobilizadas no Fórum Paralelo

[...] consagrou os direitos humanos como um tema global, fundamental para a governabilidade do sistema mundial, e reafirmou, por consenso, sua universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento dos distintos componentes e dimensões. (PINHEIRO; ALVES, apud GÓMEZ, 1997 p. 35)

94 Esse autor fomenta a discussão sobre direitos humanos à luz dos efeitos da globalização econômica e do processo de internacionalização e mundialização da política na soberania e autonomia dos Estados, o que promove um rearranjo na concepção original de direito internacional. Esclarecemos, contudo, que não aprofundaremos tal discussão por não se tratar do objeto deste estudo.

Merece destaque, também, a informação de Nilmário Miranda quanto à instalação do Tribunal Penal Internacional Permanente, aprovado em 17 de julho de 1998 pela Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas, que:

[...] vem coroar este processo de universalização dos direitos humanos, constituindo-se em instrumento para garantir a primazia, no Direito Internacional Público, dos direitos humanos sobre o direito interno, quebrando a impunidade para os crimes de genocídio, lesa-humanidade e agressão. O episódio do processo contra o general Augusto Pinochet consolidou essa tendência à universalização.”⁹⁵

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é o consenso histórico de nossa época, acrescido, é claro, dos diferentes Tratados, Convenções e Pactos relativos aos direitos humanos que ocorreram após sua promulgação.

“A Declaração Universal representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre.” (Bobbio, 1992, p. 34)

Retomamos, aqui, a idéia de que a questão dos direitos humanos – uma das três questões globais⁹⁶ assinaladas por Gómez (1997) – só poderá ser resolvida

[...] mediante a intervenção de instâncias de responsabilidade e de regulação global. Elas ilustram, portanto, não apenas as novas direções abertas pelo direito internacional, mas também as bases normativo-valorativas universalistas de constituição de identidades de atores não estatais e não orientados pelo mercado (movimentos sociais, organizações não governamentais etc.), que expressam uma emergente sociedade civil internacional e uma política global “por baixo” (em contraposição à política global “pelo alto”⁹⁷ que prevalece na atualidade).” (cf. FALK, 1995 apud GÓMEZ, 1997, p. 38-9.)

95 Ibid 90.

96 As outras seriam o debate sobre a democracia e a questão do meio ambiente.

97 Entendida como um “poder extremamente concentrado e de benefícios restritos a uma pequena fração de habitantes do planeta, e de pobreza, desigualdade e desemprego crescentes, [que] pode conduzir a direções e conseqüências imprevisíveis [...]”. (p. 42)

- ***Os direitos humanos e a sociedade brasileira***

O debate sobre direitos humanos no Brasil é recente. Somente nas duas últimas décadas do século passado, ecoaram mais fortemente na sociedade os gritos reivindicatórios e desesperados das vítimas de violação dos direitos humanos no País. O debate nasce associado, ainda que não exclusivamente, ao caso dos mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar brasileira.

“De fato, foi a luta contra a ditadura estabelecida em 1964 que abriu o caminho para a discussão dos direitos humanos. A denúncia, corajosamente sustentada por organizações como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), das barbaridades cometidas pelos agentes do regime ditatorial forçou a renovação progressista de componentes da nossa cultura sócio-política para uma direção claramente humanista.” (ALMEIDA; NETTO, 2001, p. 43-4.)

Nilmário Miranda (*op. cit.*) discorre sobre a estruturação de ações de defesa dos direitos humanos no Brasil, estabelecendo como ponto de partida a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e a ratificação dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ambos de 1966), em 1992.

Ainda de acordo com o referido autor, entre 1991 e 1995 o Congresso Nacional abrigou também importantes iniciativas relacionadas aos direitos humanos, como a Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos, as CPIs do Extermínio de Crianças, do Sistema Penitenciário, da “Pistolagem”, da Violência contra a Mulher e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o que resultou, até mesmo, em maior organização da sociedade civil para essa temática.

Em 1995, foram criadas a Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos

Deputados – que, em 1999, já contava com 25 colegiados nas Assembléias Legislativas e centenas de comissões criadas em Câmaras Municipais de todo o país – e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que em 1999 foi transformada em Secretaria de Estado.

Progressivamente, foram sendo aprovadas: a Lei de reparação às famílias dos mortos e desaparecidos políticos; a Lei que definiu os crimes de tortura; a que transferiu da Justiça Militar para a Justiça comum a competência sobre os crimes dolosos perpetrados por policiais militares; além da ratificação de diversos tratados internacionais relevantes para os direitos humanos.

Em maio de 1996, foi lançado, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Programa Nacional de Direitos Humanos, com destaque para os direitos civis e políticos. Nesse mesmo ano, o Brasil passou a admitir que comissões internacionais inspecionassem o cumprimento de compromissos internacionais, e fez relatório à ONU sobre o cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

Em maio de 1999, foi realizada a IV Conferência Nacional de Direitos Humanos, que decidiu priorizar as dimensões econômica, social e cultural dos direitos humanos, além da aprovação de lei instituindo o Programa Nacional de Proteção de Vítimas e Testemunhas, e o reconhecimento do Governo Federal da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil.

No ano de 2001, por pressão de entidades ligadas aos direitos humanos, mais um fato relativo ao caso dos mortos e desaparecidos políticos ganhou destaque. A Procuradoria da República instalou Inquérito Civil Público, com o objetivo de esclarecer fatos sobre a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1974, na qual 69 militantes políticos foram assassinados e desapareceram.

Desde então, outras ações relativas à defesa dos direitos humanos foram

implementadas, ora enfatizando os aspectos políticos e civis preponderantes no Programa Nacional de Direitos Humanos, ora os aspectos sociais; na maioria das vezes, no entanto, por meio de medidas fragmentadas. Acrescentem-se as diversas organizações não-governamentais criadas nos diferentes Estados brasileiros.

As ONGs aparecem como parceiras nas diferentes áreas de políticas públicas dos Estados ou Municípios, inclusive nas ações que envolvem a defesa e o exercício dos direitos humanos. Com financiamento externo ou com apoio dos governos municipais ou estaduais brasileiros, as organizações não-governamentais exercem um significativo papel no enfrentamento das questões sociais, dentre elas, a problemática que circunscreve as violações dos direitos humanos.

Almeida (2003), no entanto, nos chama atenção para o fato de que “as chamadas ‘parcerias’ construídas enfrentam diversos dilemas”. Dentre eles:

“[...] [as] relações contratuais são extremamente precárias, dadas as modalidades dos convênios firmados e as limitações impostas para que as organizações não-governamentais [Ongs] sejam empregadoras; a saída possível para este dilema encerra outro dilema – a necessidade de transformação da ONG em *oscip*⁹⁸, o que lhe confere caráter mais gerencial e submete à regulação estatal, contrapondo-se, pois, aos ideais de liberdade e autonomia necessários e impulsionadores da militância política e do controle social exercidos por boa parte das entidades selecionadas como parceiras. [...]” (p.07)

É importante comparar esse esboço da estruturação das ações brasileiras, voltadas à questão dos direitos humanos, com o panorama do exercício desses direitos que a sociedade brasileira apresenta. Somente assim é possível ver que, além de recente, são incipientes as conquistas, ou, pelo menos, é incipiente a construção dos direitos humanos no Brasil. Basta olharmos jornais, revistas, a realidade à nossa volta, para nos depararmos com casos de discriminação racial, violência policial, chacinas, massacres e outras formas

98 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), regulamentada pela Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Maiores informações em Almeida (2003).

de violação aos direitos humanos. Acrescente-se uma permanente desigualdade social, que categoriza os cidadãos entre ricos, pobres e miseráveis. De acordo com José Murilo de Carvalho (2002), cidadãos de primeira, segunda e terceira classes.

No Brasil, os direitos humanos estão inscritos na agenda nacional, mas como bem assinalam Almeida & Netto (2001, p. 44) “a existência de formas legais que os protegem e promovem não significa, absolutamente, que tenham vigência na sociedade brasileira”.

Nilmário Miranda aduz que:

“[...] a comunidade internacional reconheceu os avanços nos direitos humanos no Brasil, mas condena as dificuldades de implementação dos seus princípios na prática. A ONU premiou o secretário de Direitos Humanos José Gregori por ocasião do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em contrapartida, na mesma oportunidade o Governo da França atribuiu seu prestigioso prêmio à professora e sindicalista Luzia Canuto, herdeira da luta de seu pai, João Canuto, assassinado em 1985 em Rio Maria-PA, um crime até hoje impune.”⁹⁹

É na questão da impunidade de seus violadores que reside uma das maiores dificuldades em se trabalhar na defesa dos direitos humanos no Brasil. Almeida & Netto (2001, p. 45) sinalizam que

“[...] A experiência mundial, nesse domínio, não deixa dúvidas: se a impunidade não for compelida a uma existência efetivamente residual, se não for reduzida à insignificância estatística, serão inúteis os esforços para viabilizar a defesa dos direitos humanos. A garantia da impunidade para os violadores constitui o grande obstáculo a ser vencido. [...] No caso da política de direitos humanos do Brasil, cuja prioridade é a dimensão defensiva, fica bastante nítido que a questão da impunidade tem importância extraordinária.”

⁹⁹ Ibid 90.

Conforme palavras de Almeida (2003), é preciso que haja no Brasil a difusão de uma cultura de direitos humanos, a construção da consciência coletiva do “direito a ter direitos”. Todavia, o caminho torna-se muito tortuoso, pois, além da ressonância tardia da discussão sobre os direitos humanos no Brasil (no período da resistência à ditadura militar de 1964), teimam em expressar-se a cultura política e o *ethos* conservador constituintes da formação social brasileira.

O próprio processo de democratização do país, de acordo com essa mesma autora:

“[...] está inconcluso porque ainda não se esclareceram as circunstâncias das mortes de presos políticos e, para tanto, se tentam produzir mecanismos de silenciamento e esquecimento, porque torturadores continuam a ser nomeados para cargos públicos, porque o aparato de repressão política ainda não foi desmantelado [...]” (p. 03)

- ***A herança da ditadura militar para a sociedade brasileira***

Embora não seja nosso propósito comparar as ditaduras militares, nos países do Cone Sul, entre os anos 60 e 80, foi possível identificar, na bibliografia estudada, diversos comentários sobre elas, o que nos permite dizer que a ditadura militar brasileira não interveio com a amplitude terrorista ocorrida, por exemplo, na Argentina. Nesse país, a reação foi desproporcional à “subversão”, o que faz com que muitos considerem a existência de um genocídio argentino.¹⁰⁰

Todavia, se nosso compromisso (de cidadãos e profissionais) é com a defesa dos direitos humanos, não devemos considerar apenas os números dessa violação, mas, sobretudo, suas conseqüências (des)qualificadoras dos sujeitos e da sociedade. Os efeitos

100 Outros dados sobre isso estão registrados nos capítulos anteriores. A expressão “genocídio argentino” foi encontrada em Rizzo & Soares, in: D’ Araújo; Castro, (2000) op. cit.

de suas violações não aparecem apenas em suas vítimas diretas; todos os sujeitos sociais podem ser vítimas “em potencial” ou sofrer seus reflexos.

É neste sentido que a elucidação, à qual Almeida se refere na citação anterior, deve ser efetivamente considerada, não se perdendo no discurso de quem as pode viabilizar.

Outro aspecto importante de ser avaliado é que o posicionamento do Brasil em reconhecer sua responsabilidade no caso dos mortos e desaparecidos políticos – ainda que parcial e tardio – foi fruto da influência dos organismos internacionais¹⁰¹ de proteção aos direitos humanos. Aliados às lutas internas, conquistaram uma resposta do país frente às arbitrariedades do governo militar.

Se o Brasil hoje se apresenta como um Estado de Direito¹⁰², por que a resistência ou o “cuidado” em não esclarecer, definitivamente, os acontecimentos ocorridos nos porões da ditadura militar? Apesar de algumas conquistas, a sociedade brasileira não tem pleno conhecimento de sua história, no que diz respeito, particularmente, às razões e às bases sobre as quais se apoiou a luta pela construção dos mecanismos de defesa dos direitos humanos no país.

O passado tão recente da nossa história não chega à maioria dos cidadãos. Aqueles que o conhecem, permanecem muitas vezes, apesar das pressões e reivindicações, imobilizados, pois dependem de uma instância superior que as legitime.

A sociedade brasileira ultrapassou o regime de terror oficial do governo militar, mas ainda convive com um terror extra-oficial em pleno governo democrático. Os mecanismos de manutenção da ordem das décadas de 60, 70 e 80 do século passado ainda se fazem presentes nos anos 1990 e 2000, aviltando os direitos civis.

101 Relembramos ser a função desses organismos internacionais a proteção, o controle e a garantia dos direitos do homem (BOBBIO, 1992, p. 39).

102 Estados de Direito, segundo Bobbio (1992, p. 41), são aqueles que funcionam regularmente com um sistema de garantia dos direitos do homem. Acrescente-se afirmação da Declaração de Viena, de 1993, de que a democracia é a forma de governo que mais favorece os direitos humanos (GÓMEZ, 1997, p. 37)

Segundo José Murilo de Carvalho (2002, p. 211-3),

“A falta de garantia dos direitos civis se verifica sobretudo no que se refere à segurança individual, à integridade física, ao acesso à justiça [...] o problema é agravado pela inadequação dos órgãos encarregados da segurança pública para o cumprimento de sua função [...] durante o governo militar, as polícias militares foram postas sob o comando dos oficiais do Exército e completou-se o processo de militarização de seu treinamento. [...] A Constituição de 1988 apenas tirou do Exército o controle direto das polícias militares, transferindo-o para os governadores dos estados. Elas permaneceram como forças auxiliares e reservas do Exército e mantiveram as características militares.”¹⁰³

Como conseqüência desse legado, temos um alto índice de arbitrariedades cometidas por policiais contra os cidadãos, como corrupção, extorsão e torturas em delegacias.

O Brasil, país que hoje se configura como um Estado de Direito, que deve proteger os direitos e a segurança dos cidadãos, um dia exterminou seus opositores, e deixou uma triste herança: a (in)segurança pública de hoje é reflexo do extermínio de ontem, pois as táticas de defesa interna são ainda aplicadas nos dias atuais.

No que se refere aos direitos políticos, a redemocratização possibilitou sua maior consolidação, inclusive permitindo o voto aos analfabetos e tornando-o facultativo aos jovens entre 16 e 18 anos. Entretanto, a garantia de eleições livres, por si só, não resulta em uma sociedade justa e igualitária. Além disso, algumas linhas ainda omissas sobre a história do país permitem a eleição, ou a indicação, de agentes da repressão a cargos públicos, o que pode perpetuar no poder concepções ideológicas conflitantes com o Estado de Direito, além de dar continuidade aos silenciamentos referentes ao passado.

Quanto aos direitos sociais, mesmo com avanços importantes promovidos, como a promulgação da Carta Magna em 1988, por intermédio do tripé da seguridade social, por exemplo (saúde, previdência e assistência social), o acirramento das desigualdades trouxe

mais desemprego, aumento do trabalho informal e lenta melhoria da qualidade de vida do cidadão. Se, por um lado, os direitos sociais foram as “compensações” pela falta de direitos políticos e civis durante a ditadura, com o “retorno” destes os direitos sociais sofreram retrocesso na prática, apesar de consolidados no papel.¹⁰⁴

O direito à igualdade não é de fato promovido em nosso país. E numa sociedade na qual que o *ter* é mais importante que o *ser*, em que a propriedade ainda continua sendo fundamento para a cidadania, aquele que é destituído de posses é também desprovido de direitos (FREI BETTO, 2001, p. 232).

Temos facilmente identificada a influência do contexto ditatorial na construção do contexto democrático, pois só quando há incorporação pelos agentes estatais da lógica da prevalência do valor da cidadania como referência para uma sociedade democrática torna-se possível falar em garantia dos direitos humanos.

A democracia não se restringe ao primado da legalidade, mas também pressupõe o respeito aos direitos humanos. Além da instauração do Estado de Direito, a democratização requer o aprofundamento da democracia no cotidiano, com igualdade no exercício de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.¹⁰⁵

- ***O legado dos “filhos da ditadura”***

A herança do passado ditatorial pode ser percebida – para o que interessa mais diretamente ao presente trabalho – em dois aspectos: um público (que diz respeito à dificuldade de consolidação da cidadania, da garantia aos direitos humanos, e de

104 O Estado brasileiro destina pouco de seus serviços e subsídios aos pobres, e a dotação orçamentária da rede de proteção social existente freqüentemente está subordinada aos ditames do FMI. Esclarecemos, ainda, que os direitos sociais no Brasil foram implementados nos dois governos de Getúlio Vargas, entre os anos 30 e 50, sendo utilizados no período ditatorial, de certa forma, como “mecanismo de compensação” devido à repressão.

105 José Murilo de Carvalho (2002) nos mostra com muita propriedade os avanços e retrocessos da cidadania no Brasil, contribuindo para aguçarmos a percepção quanto às condições de consolidação dos direitos humanos no país, sempre subordinados a um jogo de poder e interesses.

construção de uma democracia efetiva); e um privado (relativo às conseqüências herdadas por familiares das vítimas da repressão, e que se refletem no desrespeito aos seus direitos).¹⁰⁶ O primeiro aspecto já foi exposto anteriormente, o que nos remete a considerações sobre o segundo.

Todo ser humano possui uma história social e familiar. Obviamente, os militantes políticos mortos ou desaparecidos durante a ditadura militar brasileira não eram diferentes. Eram sujeitos iguais a qualquer outro – com sonhos, desejos, problemas, família, amigos...

Com efeito, muitos desses militantes tinham família constituída, com filhos que, diante das circunstâncias da perda dos pais, tiveram negados seus direitos à liberdade, à sociabilidade e à família.

Muitos filhos viveram na clandestinidade ao lado dos pais; outros viveram longe dos pais no exílio ou sequer conheceram quem lhes proporcionou a vida; alguns presenciaram o seqüestro, a tortura ou a morte dos pais; houve aqueles que experimentaram momentos de suas vidas encarcerados pelos muros dos Juizados de Menores.

[...] o direito de continuar morando aqui, no país onde eu nasci, não foi respeitado. O direito que minha mãe tinha ao trabalho, ao emprego, não foi respeitado, por isso a gente teve que sair... O direito que eu tinha a uma escola, boa escola aqui no Brasil eu não tive, nós saímos... é... Ainda hoje, né?... a gente tem o direito de escutar... temos até o direito de falar! Mas não temos o direito de sermos ouvidos... Quem é ouvido é quem tem o meio de comunicação, né?, quem tem a mídia é quem é ouvido... A gente pode falar, falar, falar... mas não somos ouvidos. Então, direitos humanos é também o direito de ser ouvido... Mas isso é para a sociedade como um todo, não é só por ser filho de desaparecido político... [...]. (GREGÓRIO)

A violação principal naquele período que estou te falando é a violência... Fui separado da minha família, daquele negócio todo, né?, de não permitir que a minha vida seguisse do jeito que deveria seguir, é isso que realmente acho, foi a violação maior, da violência. É aquela coisa, da

106 Consideramos que o aspecto privado da herança da ditadura também se torna público, assim como o que é público diz respeito a cada um privadamente. Nossa intenção em colocá-los em separado decorre de tentarmos uma melhor elucidação de cada um.

gente ficar preso sem saber por quê, sem saber da família, de me separarem da minha família. Hoje eu acho que sou um cara que até por consequência disso daí, eu sou mais chegado na questão da família, dos filhos, que você não pode estragar uma família assim impunemente. (VLADEMIR)

As experiências de vida desses filhos são singulares; nem todas as crianças nascidas ou criadas durante a ditadura conheceram as dificuldades e violações de seus direitos, pois os sujeitos se constituem a partir das relações que estabelecem uns com os outros e com os acontecimentos políticos, culturais e sociais de sua época.

Um dos *filhos* relata que, durante seu processo de crescimento, um dos principais aprendizados foi ver o quanto o mundo era grande. Ele, que nasceu na clandestinidade e, mais especificamente, na prisão, por anos viveu envolto em omissões sobre sua história, restrito a uma certa realidade para a proteção da família; esse *filho* mostra que, com a redemocratização, pôde descobrir uma nova vida; que tinha família, outros lugares para conhecer, novas pessoas para se relacionar, e, principalmente, um novo significado para a sua existência.

Seu direito a viver a verdade sobre sua vida lhe fora negado; seu próprio nascimento foi cercado de simbolismo: foi libertado das entranhas de sua mãe, num espaço de cerceamento da liberdade.

[...] pra mim toda criança tinha nascido na prisão... Só sei que não era toda criança, que existia uma peculiaridade, assim, mas uma diferença mesmo... Eu achava que era normal, assim, uns nascem na prisão, outros nascem livres, outros nascem ricos, outros nascem pobres, entendeu? [...] Quando você tá na infância, você acha que o mundo é de um tamanho, que o mundo é pequeno, que vai até ali, ali na esquina, ou até o Rio de Janeiro, que é onde tem mais gente que você conhece. E daí que você vai crescendo mais e vendo que esse mundo é maior, que tem mais cidades, e mais gente, que a sua cidade é além do bairro, além da escola [...]. (JOÃO CARLOS)

Ser filho de um morto ou desaparecido político é conviver com um legado de sentimentos diversos: sofrimento, dúvidas, orgulho, vergonha. E ainda: é também ter os seus direitos humanos desrespeitados. Mas como e por que isso ocorre?

Em primeiro lugar, todos os seres humanos devem ter o direito de conhecer sua própria história e os acontecimentos relativos a ela, fato que nem a Lei 9.140/95 nem a Comissão Especial do Ministério da Justiça promoveu. Apesar do reconhecimento de centenas de militantes mortos ou desaparecidos pela ditadura, e da divulgação de alguns acontecimentos e circunstâncias dessas mortes, a segunda parte dos trabalhos prevista na lei não foi realizada,

“[...] que deveria ser a investigação dos locais onde estariam os restos mortais dos desaparecidos e de alguns mortos e o depoimento de várias autoridades elencadas nas petições feitas pelos familiares para prestarem esclarecimentos.” (COIMBRA, 2001, p. 32)

Em segundo lugar, porque os acontecimentos do passado vividos por seus pais refletem-se no presente, no cotidiano desses filhos. As lembranças de violência, dor, perdas, marginalização, dificuldades, incertezas, mistérios, medos etc. contribuem no processo de subjetivação desses filhos, nas suas maneiras de ser, pensar, agir e se fazerem valer no mundo.

O documentário *15 Filhos* que apresenta um conjunto de depoimentos de alguns filhos de militantes políticos mortos ou desaparecidos no regime ditatorial, expõe o desabafo da dor, a confissão das angústias, o desejo da compreensão dos acontecimentos que estes filhos, hoje adultos, vivenciaram quando crianças ou adolescentes.

Algumas falas indicam o maniqueísmo na construção de uma identidade para esses filhos. Identidade bipolarizada, como o mundo na época: o bem *x* o mal , terroristas *x* cidadãos; crianças *x* menores infratores. A construção de suas identidades se deu

menos por se sentirem inferiores aos demais “filhos normais”, do que pelo fato de se sentirem diferentes e de não conhecerem a si mesmos e a sua história, de forma tão clara.

107

Tais situações podem trazer problemas de inserção social, baixa auto-estima, de relacionamentos afetivos, timidez e insegurança diante da vida. Por outro lado, podem trazer maior vontade de luta, politização e orgulho. Todavia, vai depender da elaboração que cada sujeito faz de suas experiências a ênfase em uma ou outra característica.

Foi graças à ditadura, ironicamente, que eu adquiri consciência da pobreza, da miséria, do que uma classe no poder é capaz de fazer para que as classes mais humildes não tenham oportunidade. Eu acho que a ditadura acabou, inconscientemente, mostrando isso pra gente. [...] Até um tempo atrás eu fui uma pessoa muito tímida, não sei se isso vem da infância... Eu fiz um pouco de terapia também para resolver este meu lado tímido. Mas eu acho que sou uma pessoa alegre, solidária, sou emotiva... Talvez das minhas características a mais forte seja essa emotividade. As coisas me comovem muito... as injustiças... mexem muito comigo, mas eu consigo ser alegre. (ADÍLSON)

[...] isso tudo me pegou em formação né?. É, muito jovem e ainda em formação. E com toda essa insegurança, eu fiquei muito mal formada nesse sentido da independência, da autonomia. Assim, ser uma pessoa mais “garruda”. [...] Eu [era] emocionalmente muito dependente da minha mãe principalmente, dos meus pais. [...] Eu adoecia, ficava insegura, né?, retraída, deprimida e fechada. [...] Então, lá essas mulheres que se reuniam, as mães pra ajudar a outras pessoas, outras mães que procuravam pelos filhos, ou que tinham seus filhos presos e que tinham essas trocas de, né?, solidariedade, arranjar advogadas e tudo. Elas arranjaram terapia pra mim, né?, arranjaram uma terapia, porque nós não podíamos pagar, né? E eu, é... tive toda sorte e azar com terapia. Nada dava certo. (LÚCIA)

Em terceiro lugar, o “perdão”, promovido pela anistia em 1979,¹⁰⁸ permite que esses filhos convivam, no espaço público, com os repressores, coniventes com o assassinato ou talvez assassinos de seus pais.

107 Em um dos depoimentos do documentário *15 Filhos*, são colocadas indagações sobre o porquê de os “pais” não terem uma atividade profissional como os outros, mas sim uma atividade política que os deixava “fora” da sociedade.

108 A Lei nº 6.683, de 28/08/1979, concedeu a anistia tanto aos acusados de crime contra segurança nacional quanto aos agentes de segurança que praticaram prisões, torturas e assassinatos. E apesar de ter devolvido os

[...] O que acontece é que nos dias atuais têm muitos torturadores da época reconhecidos que ocupam cargos de comando no governo. E o que acontece hoje nas delegacias, as torturas etc., são exatamente as mesmas técnicas, então quer dizer, essa violência institucional não mudou nada. (TATIANA)

[...] Eu respondi! Eu não respondi perante a justiça? Eu peguei a ditadura, eu respondi, eles têm que responder. [...] No mínimo a sociedade deve ter dignidade e dizer o seguinte: “Você tem que ser responsabilizado”. Mas tem a lei de anistia? Tem, tem a lei da anistia... Você vai ser anistiado mas vai primeiro responder. Agora, a maior parte dos torturadores são conhecidos pelo nome de guerra, eu não sei o nome das pessoas, né? É... eu assumo de cara limpa. Fui no programa do Serginho Groisman e bati boca com o Erasmo Dias, e falei pra ele, na cara dele, falei: “Nós pegamos em armas com muito orgulho. Vocês se escondem feito ratos, fogem feito ratos. Vocês têm vergonha do que fizeram, vocês cometeram crimes contra a humanidade, condenados pela Convenção de Genebra, que em guerra não se pode torturar, nós nunca torturamos”. Então, esse tipo de coisa não tem acordo, entendeu? Esse tipo de coisa é ruim. Então, o governo tinha que ter, no mínimo, a decência de não passar pano quente. Não é dando um jeitinho... não é... “Vira a página, isso é bobagem.” Você só vira a página quando a página foi lida, então, se você perdeu esse capítulo, você não entende o resto. Não é assim comigo? É assim com a vida. (IVAN)

Como já foi dito em outro momento, esses filhos negociam verdades e mentiras sobre suas histórias, e estão inseridos numa luta constante sobre o estabelecimento de fronteiras entre a socialização de um fato histórico e a particularização de uma história familiar.

Diante do exposto, constatamos que esses filhos sofrem um tipo de “prorrogação” das violações dos direitos humanos sofridas por seus pais. Eles não vivem uma repetição circunstancial do que seus pais viveram, mas, de certa forma, carregam um aspecto de continuidade dessas violações, ao sofrerem conseqüências acarretadas pelas violações que os pais sofreram.

direitos políticos a quem os havia perdido, não previu a volta aos quartéis de militares cassados ou reformados compulsoriamente. (CARVALHO, 2002, p. 176) direitos políticos a quem os havia perdido, não previu a volta aos quartéis de militares cassados ou reformados compulsoriamente. (CARVALHO, 2002, p. 176)

Esses filhos expressam o que podemos chamar de “aspecto geracional”¹⁰⁹ da violação dos direitos humanos, ou seja, os reflexos e continuidade que a violação dos direitos humanos de uma determinada geração empreende nas gerações futuras.

A fala de Gilberto Molina, irmão de desaparecido político, cujos restos mortais estão à espera de identificação, dependendo de vontade política e desburocratização: “Parece brincadeira como uma arbitrariedade, uma violência tão grande se perpetua durante tanto tempo.”¹¹⁰ e o depoimento emocionado de uma *filha* elucidam nossa consideração:

[...] E não só acabaram com a vida daqueles que eles acabaram, entende? Acabaram com aqueles que sobraram também porque a minha mãe teria outra qualidade de vida se não tivesse passado a dor que ela passou [*emociona-se*], entende? E eu que com certeza [*emociona-se*] teria condições de estudar, de me profissionalizar melhor. Eu sempre fiquei... na mediocridade por falta total de condições. Meu pai era... se ele fosse vivo...ele... Nossa, nós teríamos outra, outra vida, né? Não só economicamente menos prejudicada, mas assim, de... riqueza, de conhecimento, eu teria estudado, teria feito uma faculdade, teria profissionalizada. Ah! Eu poderia proporcionar também uma vida melhor para os meus filhos. É tudo uma dificuldade, entende? Enfim, o estrago foi grande e eu acho assim, que não se limita a mim, vocês não são da minha família, mas vocês estão vivendo em uma época que tem mentiras, que tem coisas escondidas e a vida de vocês, o futuro de vocês depende de toda essa clareza. Quanto mais transparente o país que vocês vivem, a realidade, é... ser conhecida por todos, vocês vão ter uma vida muito mais rica, muito mais possibilidades. Vocês não sabem, muitas coisas vocês deixam de se beneficiar por conta desses passados mal contados. Vocês também estão sendo lesadas, podem não saber disso, mas eu acho que vocês estão sendo lesadas. (Lúcia)

109 Não há ligação dessa expressão com o debate sobre as “gerações” dos direitos humanos ” (1ª, 2ª, 3ª, gerações – direitos civis, políticos e sociais). Essa hierarquia diz respeito aos “tipos” de direitos e de cidadania conquistados em cada fase histórica, tomando por base as conquistas na Inglaterra e analisadas por T. A . Marshall. Análises posteriores indicam que o surgimento seqüencial desses direitos não é igual para todas as sociedades. De acordo com Carvalho (2002), no caso do Brasil, por exemplo, a maior ênfase foi dada aos direitos sociais, tendo estes precedido aos demais.

110 Extraído do texto “A vala clandestina de Perus”, publicado no Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2001.

Ao falarmos da história dos “filhos da ditadura”, estamos falando um pouco da história de uma geração, de nossa sociedade, de nosso país, contribuindo, assim, para que os direitos humanos possam ser afirmados e protegidos.

“Apurar a responsabilidade de lesão aos direitos humanos durante o regime militar não é somente uma questão de importância histórica e sociológica, mas sim uma questão que tem consequências reais, não só para os familiares, como também para a sociedade brasileira, na medida em que geram implicações diretas, importantes e imediatas para o Brasil.” (CAVALLARO, 2000, p. 185)¹¹¹

O atual panorama nacional relativo à questão da cidadania e dos direitos humanos nos mostra que a ditadura, com seu processo de “igualitarização verticalizada”¹¹² desrespeitou o pacto consensual estabelecido a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948. Um dos *filhos* afirma:

[...] os direitos humanos são para você que não cometeu nenhum crime, e não pode ser torturado, e para quem cometeu um crime, porque, não é, obviamente, torturando o cara, cometendo uma violência maior do que a que ele cometeu, que você vai fazer alguma coisa. Isso se chama vingança. (Ivan)

O regime militar promoveu aos seus opositores o exercício do direito à resistência,¹¹³ ao mesmo tempo em que lhes retirou, violenta e arbitrariamente, seu valor mais precioso: a liberdade.

Gómez (1997, p. 34) nos remete a essa reflexão quando afirma que:

“De fato, a Declaração Universal representa o ponto de inflexão na exclusão dos indivíduos como sujeitos de um conjunto de direitos e obrigações que estariam acima daqueles instituídos pelos sistemas

111 In: TELES, Janaína (org). “Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?” SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

112 Termo elaborado para caracterizar a roupagem igualitária e pelo “bem da nação” do poder autoritário.

113 Cf. Bobbio (1992).

nacionais de autoridade e justiça. [...] O Tribunal Internacional de Nuremberg também desempenhou um papel importante nesse sentido, já que, pela primeira vez na história, estabeleceu-se o princípio de que os indivíduos devem transgredir as leis do Estado (exceto diante da impossibilidade de escolha normal), quando estas últimas entram em conflito com as normas internacionais protetoras de valores humanitários básicos, ou seja, procedeu-se à subversão da soberania nacional, desde o momento em que se rejeitou o princípio da obediência devida a ordens superiores, inerente à hierarquia e disciplina militar, em crimes contra a paz e a humanidade)”¹¹⁴

Com efeito, o atual Estado de Direito brasileiro também não corresponde aos ideais preconizados na Declaração de 1948, nem na Declaração de Viena de 1993, e nem mesmo no próprio Programa Nacional de Direitos Humanos brasileiro.¹¹⁵

Atualmente, os movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida, justiça e igualdade social não passam por situações similares? Basta prestarmos um pouco mais de atenção ao seu controle que as identificaremos. A diferença, talvez, esteja em que, em vez de serem chamados de “movimentos subversivos”, são considerados “forças adversas” (COIMBRA, 2001).

A autora exemplifica com o caso do Movimento dos Sem Terra:

“Em 1998, o Exército deflagrou um plano secreto para espionar o MST, chamado de “Operação Pescado”. Esse plano é financiado com verbas públicas ocultas e possui duração “indeterminada”. Com o objetivo de justificar esse plano, o Exército traçou um perfil revolucionário do MST em seus documentos, que dizem: [O MST tem] objetivo definido de tumultuar a ordem vigente e comprometer a confiança nas instituições e no regime atual do governo.” (p.28-29)

O Estado não é uma instituição “neutra”, pois a depender dos arranjos que são configurados no poder (pelos blocos históricos vigentes), operacionalizam-se determinadas ações e concepções político-ideológicas.

114 D. Held, 1991 *apud* Gómez.

115 Almeida(2003) afirma que o PNDH foi instituído sem que o País tivesse uma política de Direitos Humanos.

Coutinho (1997), ao apresentar algumas considerações sobre as concepções de Estado “restrita” (comitê para gerir os negócios da burguesia, como em Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista) e “ampliada” (com a socialização da política e as novas determinações do conceito gramsciano de sociedade civil), nos mostra o caráter histórico e mutável de tais concepções. Ademais, cita Nicos Poulantzas, que, desenvolvendo as idéias de Gramsci, define o Estado como “a condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe”,¹¹⁶ na qual uma dessas classes, ou frações, prepondera ou pode conquistar a hegemonia.

Nesse sentido, o exercício de nosso direito político pode contribuir para a construção de um Estado democrático efetivo, entendido como aquele que viabiliza a igualdade entre os sujeitos e a realização plena da cidadania.¹¹⁷ Mas, para isso, é também preciso conhecer a história política do país e a história dos sujeitos que fizeram parte dela.

Na ditadura militar, o combate ao inimigo interno e a defesa nacional estiveram pautados na Doutrina de Segurança Nacional, em que qualquer um era um inimigo em potencial e poderia ser exterminado a bem da nação. Por que, então, no Estado de Direito, no qual o governo não coordena ou legitima (em tese) a violência e/ou a repressão ilegal, as violações de direitos humanos continuam a ocorrer, perpetradas por seus braços armados?

A impunidade parece ser um dos fatos privilegiados para isso. É por isso que a luta pelos direitos humanos deve ser sempre uma luta contra o poder arbitrário ou omissivo.

Destarte, compactuamos com a premissa, difundida pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, de que somente

116 Nicos Poulantzas apud Coutinho (1997).

117 Coutinho (1997) conclui suas reflexões sobre o Estado com considerações sobre a transformação da sociedade a partir de um processo de reformas, através do que Gramsci chamou de “guerra de posições”, a partir da inversão progressiva das correlações de forças da classe hegemônica e do conjunto dos trabalhadores.

“[...] com a apropriação de nossa história recente estaremos mais capacitados para fazer frente às práticas de violações de direitos humanos que se apresentam na atualidade do panorama nacional, como efeitos da impunidade. Essas ações têm como imperativo ético denunciar o que ocorreu nas prisões durante a ditadura militar e o que ocorre na atualidade, como consequência da preservação dos métodos e das práticas autoritárias e arbitrárias, para que, algum dia, todos possamos dizer “Nunca Mais” à tortura e à impunidade.”

Como pode um país conviver com uma história manchada de sangue e negá-la frente aos seus cidadãos? É compatível com um Estado de Direito o pacto velado de “acobertamento” das ações ditatoriais subterrâneas?

A questão dos mortos e desaparecidos volta sempre porque é um problema não resolvido na sociedade brasileira. Então você tem hoje a situação de é... Você... tá aqui comigo conversando por quê? Porque você sabe que o que aconteceu no passado é... tem reflexos no presente, que as vítimas da... da ditadura, tanto civis como militantes, é... tiveram seqüelas como as vítimas da polícia hoje, das chacinas e tudo mais, tenho a mesmíssima origem é... qual é a origem da impunidade dentro da polícia militar? É a mesma, polícia pode tudo [...] A ideologia que formou esses policiais é a mesma que formou lá atrás [...] (IVAN)

Neste sentido, compreender a história política e social brasileira; situá-la na dinâmica das relações capitalistas de produção; conhecer os fundamentos dos direitos humanos; e equilibrar num mesmo ícone os direitos civis, políticos e sociais, é dar os primeiros passos para a conquista da democracia, da cidadania e do respeito aos direitos humanos no país.

- ***Direitos Humanos e Serviço Social: uma aliança que deve ser consolidada***

Ao pretendermos incentivar um novo olhar e perspectivas de luta sobre a temática

dos direitos humanos, este trabalho exerce um papel de contribuição para a reflexão dessa categoria cujo debate vem adquirindo centralidade na sociedade brasileira.

E nós, assistentes sociais, acrescentamos nosso compromisso ético-político-profissional na participação desta luta, pois ela não se restringe apenas à luta por justiça. É uma luta muito mais ampla, que diz respeito a todas as dimensões da vida de um indivíduo: direitos humanos são direito à vida, direito ao respeito, direito à liberdade, direito à sociabilidade, direito político, direito ao bem-estar, direito à saúde, direito à educação. Enfim, direitos humanos são direitos individuais¹¹⁸ e coletivos, direitos econômicos, sociais, políticos, civis e culturais.

Noberto Bobbio (1992, p. 01) observa que:

“O reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas. [...] sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais [...]”

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, que data de maio de 1993, em seus princípios fundamentais apresenta a base do projeto ético-político da categoria. Dentre os princípios estabelecidos, cinco figuram elucidativos na articulação com o tema desta dissertação:

1. reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

2. defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

118 Guareschi (2000) nos indica que há uma tendência a se excluir o “social” quando se discutem os Direitos Humanos. Aponta para a importância de se perder de vista a dimensão individualizada e pessoal que a filosofia liberal comporta, para que a categoria “pessoa solidária” seja a basilar nesta discussão, em que o “outro” é critério para se estabelecer os direitos de cada um. Em sentido oposto, Souza Santos (2000) requer atenção especial para o generalismo dos direitos humanos. Afirma que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a serem iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (p. 37). Por outro lado, Camino (2000) indica positivamente que os direitos humanos, em sua noção moderna, apresentam a universalidade das expectativas, o que acarreta que todos, independentemente da posição social que ocupam, devem ser respeitados de forma igualitária em seus direitos fundamentais.

3. ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;

4. defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

5. opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia ou gênero.

Os princípios éticos do Código de Ética do Assistente Social estão encadeados. Não há como falar de democracia sem falar de liberdade; não se pode falar de liberdade, sem falar de ruptura com o sistema triplo de dominação-exploração dos sujeitos; como romper com esse sistema e consolidar a cidadania se os direitos humanos não forem respeitados?

Almeida (2003, p. 01) coloca em debate a constituição

“[...] do campo dos direitos humanos no Brasil, enquanto área que transborda a militância política e passa a configurar um espaço de intervenção profissional, sobretudo, a partir da última década do século XX. Esse campo remete a um conjunto de questões desafiadoras para o Serviço Social, seja no âmbito da produção intelectual, seja no projeto de formação profissional em curso nas universidades brasileiras.”

Compreender o significado dos direitos humanos, para a profissão, torna-se importante, também,

“[...] para o enfrentamento da “questão social”, em um quadro de crescentes desigualdades sociais – quadro este que é a mais contundente expressão da violação desses mesmos direitos. Deslindar as tensões, polêmicas e contradições presentes neste campo é um desafio analítico e político para o serviço Social .”¹¹⁹

119 Almeida (2003, p.05)

O estudo ora apresentado, apesar de vincular a reflexão sobre os direitos humanos, centralmente, a um período passado, expõe sua atualidade ao estar inserido no debate cotidiano sobre suas violações, sobre a violência estatal e sobre a cidadania, pois muitos dos acontecimentos presenciados, combatidos e discutidos atualmente foram semeados no seio da ditadura militar. Soma-se a isso a divulgação, hoje, de acontecimentos ocorridos naquele período, sob a forma de denúncias, fatos históricos e processos jurídicos.

Enquanto as estruturas ditatoriais passadas continuarem obscuras e sendo negadas no presente, a luta pelos direitos humanos estará em desvantagem frente à possibilidade de suas violações.

Almeida (2003)¹²⁰ indica que a fragilidade no respeito aos direitos humanos tem dimensão mundial, situação comprovada por meio da análise dos relatórios produzidos por grupos e movimentos transnacionais, como a Anistia Internacional e a Justiça Global, que

[...] originam novas formas de fazer política, com mobilizações e organização de diferenciadas estratégias de luta. As pressões e constrangimentos resultantes da mundialização da política colocam em xeque a autonomia dos Estados-nação para transgredir padrões mínimos de proteção dos direitos humanos [...]. (p. 08-09)

Todavia, a autora revela um outro aspecto dessas considerações, que é:

[...] a impotência das instâncias internacionais para dar respostas aos cada vez mais graves e complexos desafios enfrentados pela humanidade [...] [e] que esses mesmos grupos transnacionais [...] ainda abordam primordialmente os direitos civis e políticos. (p. 09-10)

Tal dificuldade não encerra, porém, a luta pela construção de estratégias e ações coletivas que possam reverter esse quadro. Ao contrário, deve incentivá-las.

120 Cf., também, José Maria Gómez (1997).

Convencidos de que todo estudo teórico tem um objetivo material e, por mais que pareça abstrato, tem a possibilidade de se reverter em ações concretas, é que queremos contribuir para um repensar de nossas relações sociais, políticas e culturais.

Tendo em vista que “a inserção do sujeito em relações de classe, de gênero e étnico-raciais condiciona a forma pela qual ele se apropria da noção de direitos, interpela a ordem institucional e os reivindica”,¹²¹ e que o conhecimento e a formação política contribuem na apreensão de determinados processos e relações sociais – produzindo subjetividades que afirmem e diferenciem as mudanças nas condições de vida materiais dos sujeitos¹²² – é que delineamos este estudo como uma contribuição crítica e reflexiva dos aspectos que envolvem o casos dos mortos e desaparecidos políticos, as trajetórias de seus filhos, e o significado dos direitos humanos para a vida social e para o Serviço Social.

O assistente social tem um projeto ético-político em construção. Nele, está registrado o fortalecimento dos sujeitos que atende em seu cotidiano profissional; está o compromisso com os princípios da equidade e da justiça social – entendida não apenas como a universalização do acesso aos bens e serviços sociais, mas, também, como respeito às diferenças (políticas, culturais, religiosas etc); está a visão de todos os sujeitos como seres portadores de direitos, na luta para que “a cada um segundo as suas necessidades e de cada um segundo as suas possibilidades, conforme diz Marx”.¹²³

Nosso compromisso ético, porém, não se reduz ao código; ele afeta uma concepção de sujeito e de sociedade. A investigação ética possibilita ao assistente social o conhecimento dos fenômenos sobre os quais ele intervém, uma ação comprometida, o questionamento, a produção do próprio conhecimento (RAIZER, 2000).¹²⁴

121 Almeida (2003).

122 Id., p. 118.

123 Paiva et. al. In: Bonetti et. al. (2000).

124 Ibid., p. 123.

Com efeito, este trabalho de pesquisa torna-se um instrumento importante para pensarmos e repensarmos, criticamente, a realidade em que vivemos e a realidade que desejamos, para auxiliar na construção de uma cultura de direitos humanos.

Defender os direitos humanos significa respeitar os postulados da humanização, da sociabilidade igualitária e da liberdade.¹²⁵

125 Ibid., loc. cit..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidi dedicar meu curso de mestrado ao estudo do tema aqui exposto, sabia que seria um período difícil. Dificuldades não só provenientes da necessária dedicação às leituras, pesquisas, entrevistas e desenvolvimento da dissertação, mas, sobretudo, pela complexidade do tema proposto.

Entrar no mundo dos *filhos* significou entrar num mundo paralelo ao que vivemos; num contexto repleto de antagonismos, sofrimentos, perdas, ilusões, lutas etc. O mito da neutralidade do pesquisador e do profissional foi mais do que confirmado, e o tema em estudo foi vivido com intensidade. Não havia como não me envolver, não me emocionar, não me responsabilizar.

As emoções se misturaram, as dúvidas apareceram, o medo surpreendeu. Não houve em momento algum desmotivação sobre o tema da pesquisa, mas houve, em várias situações, medo de não conseguir atingir os objetivos propostos; a sensação de que eu tinha em mãos uma grande responsabilidade acompanhou-me sempre.

Afinal, como eu poderia analisar experiências tão particulares, tão singulares? Como entrar em subjetividades tão marcadas, somente pedindo licença? Tantas informações, desabafos, situações que alguns *filhos* pediram para não expor, para não gravar. Que respostas concretas eu poderia oferecer às demandas por trás dos discursos? Talvez até por isso essas páginas possam ter tido menos densidade teórica, e mais densidade emocional.

Por vezes, senti que minha pretensa maturidade para trabalhar com aquelas experiências de vida parecia não existir. As histórias desses *filhos* são “diferentes”. Diferentes não em um sentido excludente, que cause estranhamento ou piedade, mas por carregarem fatos e significados que as histórias de muitos filhos brasileiros não carregam.

Suas histórias mexem conosco, e expõem o quanto a cidadania de um povo pode ser, por um lado, “refém” de um processo histórico ditatorial e, por outro, construída historicamente a partir das lutas sociais travadas.

Como um dos filhos depoentes diz: “[...] Eu acho que a minha história é uma história diferente. A pessoa tem que admitir... Eu tento buscar o máximo da normalidade nisso daí, mas... é uma história bem incomum, uma coisa bem diferente”. (JOÃO CARLOS)

Estudar o contexto histórico da ditadura militar brasileira e identificar os efeitos políticos, sociais, familiares, psíquicos e emocionais que ela ocasionou contribuiu muito para a compreensão de que as práticas sociais determinam a consciência e promovem mudanças, que os sujeitos são promotores da própria história. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels já afirmavam que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (p. 37).

Refletir sobre os reflexos da violência perpetrada pelo Estado ditatorial na vida dos *filhos* dos militantes políticos mortos e desaparecidos durante os *anos de chumbo* nos levou a uma nova indagação: será que o fato de serem “filhos da ditadura” não os tornou, contraditoriamente, mais vivos historicamente do que poderiam ser?

Lembro-me de uma frase de Jean Paul Sartre que diz: “O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele”.

[...] eu não analiso a minha história muito. Eu vou sempre pensando na segunda jogada, vou sempre pensar a segunda jogada e não a primeira jogada. Aquela coisa de jogar xadrez, entendeu, não importa como tá o tabuleiro agora, importa como o tabuleiro vai ficar. Essa é a minha opção. (JOÃO CARLOS)

E foi com este pensamento em mente que construí minhas análises sobre as

narrativas compartilhadas.

Os *filhos* fizeram de suas histórias um motor de crescimento, e como qualquer outro cidadão, superaram dificuldades, medos e incertezas. Sem desconsiderar a relação dialética do homem com sua vida social, a relação dialógica do indivíduo com os acontecimentos sócio-políticos e culturais de sua época, esses *filhos* parametraram suas vidas de forma a atualizarem, cotidianamente, os valores que vivenciaram na infância.

Um aspecto, porém, se mostrou interessante: os *filhos* possuem uma visão utópica¹²⁶ e “salvacionista” da luta pelo projeto societário que seus pais tiveram. Mais evidente em uns, menos em outros, todos os *filhos* consideram a luta dos pais pertinente para a consolidação da redemocratização no Brasil e com claros ideais de justiça social.

Não digo, com isto, que não possuem um olhar crítico sobre os acontecimentos, mas sim, que estão imbuídos de uma valoração desta luta enquanto uma ação comprometida com uma sociedade mais justa, sem dominação e exploração, na qual todos pudessem viver e exercer seus direitos e sua liberdade.

[...] Eu acho que os movimentos armados, que muitas vezes eram rachas do partidão, eram movimentos que se propunham a uma sociedade socialista. Mas acho que nos faltava clareza... Eu acho que nós tentávamos mais contestar o regime militar do que realmente tentar construir uma alternativa a ele e ao sistema que sustentava esse regime militar. Eu acho que faltou isso sim... Nós fomos altruístas porque queríamos uma sociedade mais justa, né?... O fato da gente ter errado não quer dizer que a gente não... que foi em vão a nossa luta, né? (ADÍLSON)

Essa experiência de vida que os *filhos* tiveram possibilitou que hoje – já maduros e independentes, mas ainda inseridos num contexto sócio-político muito distante do Brasil

126 O conceito de utopia utilizado é o apresentado por Michael Lövy (1998), que o coloca em oposição ao conceito de ideologia. Este último é considerado como um sistema de idéias que objetivam a manutenção de determinada ordem, estruturas ou relações; e o primeiro, como o pensamento que “aspira a um estado não existente das relações sociais, o que lhe dá, ao menos potencialmente, um caráter crítico, subversivo, ou mesmo explosivo” (p.12). Enquanto a ideologia possui uma relação funcional com a lógica social dominante, a utopia vincula-se às ações de transformação da ordem social e política estabelecida.

sonhado por seus pais – (re)construam as trajetórias paternas de forma a delas absorverem o legado da equidade social, da liberdade, da democracia e do respeito às diferenças, porém, com a preocupação em conciliá-las com suas necessidades de subsistência e manutenção social.

Embora a democracia tenha sido reinstalada no país, a vitória de seus pais foi parcial. E os *filhos* ainda enfrentam uma conjuntura que não se coaduna com os princípios de socialização e educação que viveram. Entretanto, o orgulho do significado histórico que a luta dos pais teve perpassa as representações de todos os filhos.

[...] Olha, a coisa que tem mais significado para mim é ter nascido numa família de esquerda. Por quê? Porque eu tenho consciência de classe. Essa é uma coisa que tem um significado muito grande para mim. Embora eu não tenha título universitário, não tenho formação e tal, mas eu tenho consciência de classe. Eu sei porque as coisas acontecem e por onde elas vão. Então, o fato de ter essa visão, exatamente porque eu venho de uma família de esquerda, isso me faz muito feliz e ela me faz ter uma importância e um significado muito grande pra mim. (ARISTON)

Alguns *filhos* depoentes demonstraram também a preocupação de atingirem a imagem de sucesso e de heroísmo dos pais. A visão destes como figuras vencedoras, capacitadas, inteligentes e heróicas promoveu em alguns *filhos* a cobrança de corresponderem, por serem filhos de quem são, a uma notoriedade em nível similar à dos pais, o que acaba por acarretar insatisfações com sua própria trajetória de vida.

[...] A minha tese de mestrado foi dedicada ao meu pai. E a dedicatória era assim: “A Lincon Bicalho Roque, meu pai, a quem a ditadura fez questão de liquidar, mas só fez transformar a sua vida orgânica em potência transformadora que não cessa de me fortalecer”. Essa foi a dedicatória da tese de mestrado. Eu acho bonito, porque eu vivi essa história durante muito tempo, transformar essa questão da morte do meu pai numa potência, numa força revolucionária. Tudo que eu fazia, eu tinha que mudar o mundo, tinha que ser muito diferente, tinha que ser muito especial [...] Meu avô por parte de mãe é muito orgulhoso, até hoje ele fala: “Você tem muita responsabilidade, porque é filha de um grande homem”. Dorme com um bagulho desses! (TATIANA)

[...] Eu comungo as mesmas idéias, mas não sou é... assim... a intelectual à altura de ser de a filha do Mário Alves. Muitos filhos aí fizeram as biografias de seu pai, eu não consigo fazer uma resumida, sequer um folderzinho, que é difícil pra mim. Até porque vocês viram eu sou prolixa, e pra mim tudo é pouco, eu começo a falar dele e vai rolando.... entende? Então, eu me considero assim, com relação ao meu pai e minha mãe é... não é inadequada, é que não corresponde ao que eles mereciam ao que agora estivesse fazendo pela memória deles. Porque eu poderia estar fazendo mais, com certeza. Eu poderia ter feito mais também pra mim mesma. Eu realmente em muitos momentos me acomodei, porque foi tanta da dificuldade, tanta dificuldade, tanta luta, tanta adversidade que teve momentos que me permiti relaxar, parar de estudar, parar de trabalhar, ficar curtindo uma de mãe é... tal. (LÚCIA)

Outros *filhos*, que também construíram as histórias dos pais a partir do relato de terceiros, mesmo que não tenham exigido, de si próprios, corresponder à imagem da figura paterna, não deixaram de buscar alianças que os ligassem aos pais e minimizassem a lacuna que a não convivência deixou.

[...] perdeu o pai, a gente perde aquilo que a gente tem, e se a gente não tem a gente não perde. Como eu nasci sem, eu não perdi, eu deixei de ter. Então para explicar tem que começar por aí, entendeu? [...] É deixar de ter um pai, o que significa deixar de ter um pai e não perder um pai, essa é minha concepção do assunto. Não ter um pai significa que quando o pessoal vai fazer trabalho de escola no Dia dos Pais você vai ficar enrolando, fingindo que tá fazendo alguma coisa porque não tem Dia dos Pais. Basicamente isso, entendeu? Então... eu não sinto a falta dele assim... e sim do que eu poderia ter tido com ele... Eu poderia ter pai, irmãos, alguém para ir no Estádio do Maracanã ver o Fluminense comigo... Aí talvez eu ia torcer pro Fluminense por uma outra razão, não só porque ele torcia pro Fluminense, mas porque eu tinha gostado de ver o time jogar [...].(JOÃO CARLOS)

Um ponto em comum encontrado em todos os *filhos* se refere à valorização da família, a importância que os laços, que a convivência, que o contato físico e a relação afetiva possuem. Talvez como forma de vivenciarem, como pais, o que não puderam ter como filhos.

[...] o meu pai, assim, a parte afetiva [...] não tive. Ou se tive não lembro. Meus irmãos tiveram mais [...]. Eu te falei, nasci em 67, em 67 estava

muito conturbado, ele já estava em Cuba quando eu nasci. [...] Contato físico, mesmo, eu nunca tive ... Por exemplo, eu e minhas filhas, a gente brinca, passeia junto, eu faço lição com elas, vou nas reuniões de escola. Eu não tive isso com o meu pai, eu acho, eu acredito que não tive. O meu pai, assim, afetivo, foi minha mãe também, e se extrapolo um pouco, Cuba, Cuba foi um pai para mim. O país Cuba foi um pai para mim. (GREGÓRIO)

[...] A minha maior felicidade é o meu filho, né? Meu bom relacionamento com ele, é a vida que a gente, é poder estar presente, sabe; essa é a minha maior felicidade; mas, resumindo, o que me deixa mais feliz, que me estimula mais, é a relação que tenho com meu filho. (VLADMIR)

A partir da exposição de mais esses fragmentos das narrações dos *filhos*, vemos a intrínseca relação que os espaços público (coletivo) e privado (familiar) possuem, assim como, de que maneira as memórias coletiva e individuais interagem. Por isso, quando falamos da memória e da história de um indivíduo, estamos falando de sua constituição como sujeito, de seu processo de subjetivação.

Constituir-se como sujeito social significa interagir sua subjetividade com os valores e padrões sociais estabelecidos. Somos seres sociais à medida que nos relacionamos com outros seres sociais. Todavia, participar das relações sociais vigentes não significa concordar com elas ou legitimá-las.

A partir das lembranças e da vivência que experimentamos, construímos uma identidade própria, que pode ou não ter aspectos similares aos demais. Normalmente, estamos divididos em “grupos sociais” (universitários, trabalhadores, moradores de rua, feministas, “sem terra” etc.), que carregam representações e identidades particulares. Os familiares de mortos ou desaparecidos políticos, particularmente os *filhos*, conformam um grupo que tem na memória o sentido da sua relação social e o sentido de existência. Assim, a memória coletiva e a memória individual permitem interpretar e reinterpretar a realidade em que vivem.

Os *filhos* engendraram novos espaços de sociabilidade e diferentes estratégias de sobrevivência, construindo e legitimando visões individuais que expressam valores coletivos. Buscam significados em datas, mobilizações, lugares, documentos e relatos, lutando pela abertura dos *porões da ditadura*, mesmo que muitas vezes suas ações não apareçam como participação política coletiva.

Nesse sentido, a memória apresenta sua função social, pois remexer o passado e recuperar lembranças oferece significado ao presente e mantém a história viva. O relato e os registros de experiências de vida nos fazem repensar nossa identidade e continuar a busca sobre *quem somos e para que servimos*. Através da memória podemos compreender o contexto de uma época e seu potencial influenciador na vida do ser humano.

A nova geração, advinda pós-ditadura militar, precisa ter conhecimento de que partilha de uma história social e política que ainda não está encerrada. Os *filhos* dos mortos e desaparecidos políticos são o exemplo de uma nova geração que possui componentes marcados diretamente pelo passado. É o legado dos ditos *subversivos, rebeldes por utopias, comunistas* ou *inimigos internos* (conforme referência da Doutrina de Segurança Nacional do período).

Os *filhos* seguem marcados por uma dor que nem todos temos, e por uma luta que todos deveríamos ter. Se hoje me interessa por falar sobre esse tema, é porque considero que não podemos compactuar com o silêncio que particulariza um acontecimento que deve ser coletivo.

O regime ditatorial brasileiro marcou as vidas de três gerações. A geração que pegou em armas, que contestou o Estado, que lutou e que morreu por um ideal; a geração dos pais desses militantes, que se angustiaram com as torturas, seqüestros, desaparecimentos e mortes, que foram aos quartéis procurar os filhos, que denunciaram a repressão, que se mobilizaram pela anistia; e, por fim, a geração dos *filhos*, que herdou

incertezas e violações, que herdou o dever de comprometer-se com a verdade e com a luta por uma sociedade menos desigual e mais digna.

Se ao falar dos *filhos*, falo um pouco da história de uma geração, um pouco da história de nossa sociedade e de nosso país, falo também um pouco da minha própria história.

Vejo que não devo somente agradecer aos *filhos* os depoimentos que me ofereceram, o auxílio na construção de mais uma denúncia de violação dos direitos humanos no Brasil e na reconstrução da história com a injeção de novas informações, de outros olhares.

Tenho também a obrigação de pedir desculpas. Desculpas por ter demorado a dar retorno; desculpas pela necessidade de angariar forças que me estabilizassem na reflexão do estatuto teórico e empírico ao qual me aliei; desculpas por até pensar em mudar de tema devido à insegurança de não fazer um bom trabalho; desculpas por talvez não corresponder às expectativas criadas.

Sinto-me, porém, privilegiada por ter tido acesso a histórias tão tristes e tão lindas. Histórias de perda e sofrimento que entristeceram os depoentes, e a mim também; contudo, histórias marcadas pela esperança, pelos sonhos, pelas utopias.

A todos que depositaram a confiança em mim, tentei corresponder da melhor forma possível. Meu trabalho hoje tem a pretensão de ser mais um “grão de areia” que constitui o solo desse momento da história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely Souza de. In: **Seminário “Ética e Direitos Humanos”**. Escola de

Serviço Social — UFRJ, novembro de 2003 (mimeo).

ALMEIDA, Suely de Souza de; NETTO, José Paulo. **Proteção de direitos humanos e impunidade**. In: Ciência Hoje. vol. 30 nº 178, dezembro de 2001.

ALMEIDA, Suely Souza de. Projeto: **Violência Estatal, Estruturas Familiares e Constituição de Sujeitos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (mimeo)

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARNS, Paulo Evaristo; WRIGHT, James (Org.). **Brasil nunca mais: um relato para a história**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

ARRUDA, Angela (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BAEZA, Paz Rojas. **Qué se entiende por tortura? Su diagnóstico**. In: La tortura y otras violaciones de los derechos humanos. 1º Seminário Latinoamericano y del Caribe. Antigua, Guatemala, abril/2000.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Memória e Família**. In: Estudos históricos. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, vol. 2., nº 3, Rio de Janeiro, 1989.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGER; LUCKMAN. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BETTO, Frei. **Globalização e Direitos Humanos**. In: DIREITOS Humanos no Brasil. Relatório de Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Global Exchange. São Paulo, Global Exchange: 2001.

BIANCO, Bela Feldman. **Identidades**. In: BIANCO, Bela Feldman; CAPINHA, Graça (Org.). Identidades – estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETTI, Dilsea A. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre teoria e ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: **Usos & abusos da história oral**. (Org. FERREIRA, M.M. ; AMADO, J.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
BRASIL. **Guia do oficial do Exército Brasileiro**. Brasília, 1990.

_____. Lei 9.140, de 5 de dezembro de 1995. Os 136 brasileiros considerados desaparecidos políticos durante o regime militar, a partir da referida lei, passam a ser mortos oficiais. **Lei sobre mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: Imprensa Oficial da União, 1995.

CADERNO Anistia 20 Anos de Luta. Comissão Extraordinária Permanente de Direitos Humanos e Cidadania. Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. São Paulo: Câmara Municipal, 1999.

CAMINO, Leoncio. **Direitos humanos e Psicologia**. In: Psicologia, ética e direitos humanos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000. (Vários autores)

CARDOSO, Ruth. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. In: A aventura antropológica – teoria e pesquisa. In: CARDOSO, Ruth (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **Para si e subjetividade**. In: O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade (Org. Alfredo Pena-Vieja e Elimar Pinheiro de Almeida). Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CAVALLARO, James Louis. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação necessária**. In: TELES, Janaína (Org.). Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Subjetividades contemporâneas**. Instituto Sedes Sapientiae. Ano 1, nº 1. São Paulo, 1997.

CHODORAW, Nancy. **Psicanálise da maternidade: Uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

COIMBRA, Cecília. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

_____. **Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: violência urbana e alguns de seus efeitos**. Projeto de Pós-Doutorado – NEU/USP, 1997. (mimeo)

_____. **Operação Rio. O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

_____. **A espionagem do exército e a questão dos mortos e desaparecidos políticos**. In: DIREITOS Humanos no Brasil. Relatório de Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Global Exchange. São Paulo, Global Exchange: 2001

COIMBRA, Cecília et al. Cidadania ainda recusada: **O Plano Nacional de Direitos Humanos e a Lei sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. In: Psicologia, ética e direitos humanos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra-corrente** – ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Notas sobre cidadania e modernidade**. Revista Praia Vermelha, vol. 1, nº 1. 1º sem. 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Org.) **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DIREITOS Humanos no Brasil. **Relatório de Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Global Exchange**. São Paulo, Global Exchange: 2001.

DOSSIÊ dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964/Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo et al. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, Elizabeth F. X. **Mulheres, militância e memórias**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas – a ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As ilusões armadas – a ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GÓMEZ, José Maria. **Globalização da política, mitos, realidades e dilemas**. Revista Praia Vermelha. Vol. 1, nº 1. 1º semestre/1997.

GOENDER, Jacob. **A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ética, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho. **Ética, Justiça e Direitos Humanos**. In: Psicologia, ética e direitos humanos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

IANNI, Otávio. **Construção da categoria**. Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 1986 (mimeo).

JAPIASSU, Hilton. **O problema da verdade**. In: Questões epistemológicas. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

LINS, Daniel (Org). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papyrus, 1997.

LÖVY, Michael. **Introdução: visões sociais de mundo, ideologias e utopias no conhecimento científico-social**. In: As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução por José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEZAN, Renato. **Subjetividades contemporâneas**. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae. Ano 1, nº 1., 1997.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MODELOS de Abordaje para Personas Afectadas por la Tortura y Otras Violaciones a los Derechos Humanos. I Seminario Latinoamericano y del Caribe. Antigua, Guatemala: IRCT, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) a grande transição**. São Paulo: SENAC, 2000.

MÜLLER, Geraldo. **Orientação, tese e pesquisa**. Pesquisa & Debate. São Paulo, 1987.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64.** In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

NOVAES, Regina (Org). **Direitos humanos: temas e perspectivas.** Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Revista Análise & Conjuntura.** Belo Horizonte, vol. 6, nº 3. set./dez., 1991.

PIOVESAN, Flávia. **Perspectivas para uma justiça global.** In: DIREITOS Humanos no Brasil. Relatório de Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Global Exchange. São Paulo, Global Exchange: 2001

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos Históricos – CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, vol. 2., nº 3, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Introdução – **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”.** In: Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (Orgs.). **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos.** Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/ TeCorá, 2002.

REIS FILHO, Daniele Aarão (Org.). **Versões e ficções: o seqüestro da História.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIBEIRO, Irene de Arruda Cardoso. **Memória de 68: terror e interdição do passado.** In: Tempo Social. Revista Social. USP, São Paulo 2 (2), p. 101-12, 2º semestre 1990.

_____. **Maria Antônia – a interrogação sobre um lugar a partir da dor.** Tempo Social. Revista Social. USP, São Paulo, 8 (2), p. 1-10, out. de 1996.

_____. **68 – a comemoração impossível.** Tempo Social. Revista Social. USP, São Paulo, 10 (2), p. 1-12, out. de 1998.

_____. **Para uma crítica do presente.** São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. **Direitos humanos e intervenção clínica.** In: Psicologia, ética e direitos humanos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **A captura da história** (Cap. 3). In: Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAIDON, Osvaldo. **Direitos humanos e subjetividade II**. In: Psicologia, direitos humanos e sofrimento mental. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e cultura de fronteira**. In: Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. In: BIANCO, Bela Feldman; CAPINHA, Graça (Org.). Identidades – estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIERRA, Leticia Pérez. **Impactos del exilio político y su retorno, en las redes sociales de pertenencia. Aportes para la construcción de una memoria colectiva sobre la dictadura militar uruguaya (1973-1985) y sus efectos**. Dissertação de Mestrado. Universidad de la Republica, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. **Algumas palavras sobre direitos humanos e antropologia**. In: NOVAES, Regina (Org.). Direitos humanos: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

TIDBALL-BINZ, Morris. **Direitos humanos e sofrimento mental**. In: Psicologia, direitos humanos e sofrimento mental. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

VALENTE, Ana Lúcia. **A propósito da Comissão de Direitos Humanos da ABA**. In: NOVAES, Regina (Org.). Direitos humanos: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Evaldo. **Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

DADOS HEMEROGRÁFICOS

1968. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. Caderno Especial.

CONEXÃO americana. **Folha de S. Paulo**, 25 ago. 1998. Caderno Mais!

JORNAL DO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ. Ano 12. nº 34. jul./2000.

_____. Ano 12. nº 35. dez. 2000.

_____. Ano 13. nº 36. jun. 2001.

_____. Ano 14. nº 41. jun. 2002.

NOS BASTIDORES da ditadura. **O Globo**, 23 nov. 2002. Caderno Prosa & Verso.

NOTÍCIAS do massacre no Araguaia. **Gazeta Mercantil**, 25 nov. 2002.

O MÉDICO do DOI deixou uma aula para a procuradora Zandonade. **Folha de S. Paulo**, 12 mar. 2000.

O PORÃO de Fleury. A morte do delegado da ditadura nunca foi esclarecida porque houve ordem superior para o corpo não ser examinado no IML. **Revista Época**, 17 maio 1999.

PRÁTICA comum no país. Tortura é método de investigação. **O Globo**, 04 maio 2003.

TORTURA policial continua sendo uma rotina. **O Globo**, 06 set. 2003.

FILMES E VÍDEOS

1) 15 Filhos

(Documentário, 1996 – Brasil)

Sinopse: O vídeo relembra os horrores cometidos durante a ditadura militar, quando milhares de pessoas, contrárias ao regime, morreram ou desapareceram sem deixar pistas. A narrativa cabe aos filhos dos presos políticos, que contam traumas nunca superados. Entre os relatos, alguns fatos são comuns: a incerteza quanto ao nome verdadeiro dos pais; o mundo dividido entre o bem e o mal; o período em que passaram presos, e a impossibilidade de compartilhar os acontecimentos com os demais membros da família. Entre os depoimentos, gravados em preto e branco, imagens coloridas da queda do presidente Salvador Allende, no Chile; e das dependências da delegacia de polícia, no bairro paulistano do Tatuapé, onde ficavam presas as famílias dos torturados políticos.

Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring;

2) A Lista de Schindler

(*Schindler's List*, 1993 – EUA)

Sinopse: Oscar Schindler, industrial alemão católico, membro do Partido Nazista, que, no comando de uma fábrica de esmaltados, salvou 1.100 poloneses-judeus de campos de concentração, tornando-os seus operários. Homens e mulheres eram negociados com Amon Goeth, companheiro de copo de Schindler, que comandava o campo de Plaszow. Goeth, em troca de dinheiro e presentes, cedia prisioneiros a Schindler. Todos os prisioneiros sabiam que, se seus nomes estivessem na “Lista de Schindler”, aquilo significaria viver. O filme se baseia no livro homônimo de Thomas Keneally, escrito a partir de documentos e fotos entregues a ele por um dos sobreviventes do Holocausto, que teve a sorte, juntamente com centenas de outros judeus, de trabalhar na fábrica de Oskar Schindler. Este, com a ajuda de sua esposa Emilie – que dava a primeira assistência aos que chegavam – salvou todas aquelas vidas, numa seleção que se assemelhou à operação da “Arca de Noé”, garantindo não só a sobrevivência de todos, como também suas descendências. Muitos daqueles prisioneiros ainda vivem e, mesmo tendo tido contato diário com Oskar Schindler, ainda permanecem na dúvida quanto ao motivo que o levou a salvá-los. Quais eram suas intenções? Garantir sua própria sobrevivência mantendo-se longe do front? Ou havia apenas a intenção de livrá-los dos horrores da Guerra?

Elenco: Liam Neeson, Ben Kingsley, Ralph Fiennes, Caroline Goodall, Jonathan Sagall, Embeth Davidtz, Malgoscha Gebel, Shmulik Levy, Mark Ivanir, Béatrice Macola, Andrzej Seweryn, Friedrich von Thun, Krzysztof Luft, Harry Nehring, Norbert Weisser

Produção: Branko Lustig, Gerald R. Molen, Steven Spielberg

Roteiro: Steven Zaillian, Thomas Keneally

Direção: Steven Spielberg

3) Insurreição

(*Uprising*, 2001 – EUA)

Sinopse: A Polônia foi o primeiro país conquistado por Hitler, e os judeus poloneses foram os que mais sofreram com isso. Em Varsóvia, todos os judeus foram confinados em um gueto. Sob a supervisão cruel de oficiais nazistas, milhares viviam em condições precárias. Um grupo de bravos não aceitou a situação e resistiu secretamente. Quando o gueto foi transferido para os campos de concentração, esse grupo, liderado por Mordechai Anielewicz (Hank Azaria), fez o que os nazistas menos esperavam: eles resistiram.

Elenco: Leelee Sobieski, Hank Azaria, David Schwimmer, Jon Voight, Donald Sutherland, Cary Elwes

Produção: Jon Avnet, Raffaella De Laurentiis, Jordan Kerner

Roteiro: Jon Avnet, Paul Brickman

Direção: Jon Avnet

4) O Pianista

(*The Pianist*, 2002 – Inglaterra, França e Alemanha)

Sinopse: Wladyslaw Szpilman, brilhante pianista polonês judeu, escapa da deportação. Forçado a viver no coração do gueto de Varsóvia, ele compartilha o sofrimento, a humilhação e a luta pela vida. Wladyslaw consegue escapar e se esconder nas ruínas da capital. Um oficial alemão, admirador de música, encontra-o e o ajuda a sobreviver.

Elenco: Adrien Brody, Emilia Fox, Michal Zebrowski, Ed Stoppard, Maureen Lipman, Frank Finlay, Jessica Kate Meyer, Julia Rayner, Wanja Mues, Richard Ridings, Nomi Sharron, Anthony Milner, Lucy Skeaping, Roddy Skeaping, Ben Harlan

Produção: Roman Polanski, Robert Benmussa, Alain Sarde

Roteiro: Ronald Harwood, baseado na obra de Wladyslaw Szpilman

Direção: Roman Polanski

5) A Vida é Bela

(*La Vita È Bella*, 1997 – Itália)

Sinopse: Ambientada na dura realidade da Segunda Guerra Mundial, é uma fábula chapliniana de amor e fantasia, que conta a história de um homem que usou a imaginação e seu infatigável espírito para salvar aqueles a quem mais amava.

Elenco: Roberto Benigni, Nicoletta Braschi, Giustino Durano, Sergio Bini Bustric, Giuliana Lojodice, Amerigo Fontani, Pietro De Silva, Francesco Guzzo, Raffaella Lebboroni, Giorgio Cantarini, Marisa Paredes, Horst Buchholz, Claudio Alfonsi, Gil Baroni, Massimo Bianchi

Produção: Gianluigi Braschi, Elda Ferri

Roteiro: Vincenzo Cerami, Roberto Benigni

Direção: Roberto Benigni

6) O Grande Ditador

(The Great Dictator, 1940 – EUA)

Sinopse: Em seu primeiro filme falado, Chaplin interpreta dois papéis opostos – o de um barbeiro judeu, enfrentando tropas de choque e perseguição religiosa, e o do Grande Ditador Hynkel, uma brilhante sátira a Adolph Hitler. O clímax clássico desse filme é o célebre discurso final, um libelo ao triunfo da razão sobre o militarismo.

Elenco: Charles Chaplin, Jack Oakie, Reginald Gardiner, Henry Daniell, Billy Gilbert, Grace Hayle, Carter DeHaven, Paulette Goddard, Maurice Moscovitch, Emma Dunn, Bernard Gorcey, Paul Weigel, Chester Conklin, Esther Michelson, Hank Mann

Produção: Charles Chaplin

Roteiro: Charles Chaplin

Direção: Charles Chaplin

7) O que é isso companheiro?

(1997 – Brasil)

Sinopse: Em 1964, um golpe militar derruba o governo democrático brasileiro e, após alguns anos de manifestações políticas, é promulgado em dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5, que nada mais era que o golpe dentro do golpe, pois acabava com a liberdade de imprensa e os direitos civis. Nesse período vários estudantes abraçam a luta armada, entrando na clandestinidade, e em 1969 militantes do MR-8 elaboram um plano para seqüestrar o embaixador dos Estados Unidos (Alan Arkin) para trocá-lo por prisioneiros políticos, que eram torturados nos porões da ditadura.

Elenco: Alan Arkin, Fernanda Torres, Pedro Cardoso, Cláudia Abreu, Néelson Dantas, Matheus Natchergaele Marco Ricca, Maurício Gonçalves, Luís Fernando Guimarães, Caio Junqueira, Selton Mello, Du Moscovis, Caroline Kava, Fernanda Montenegro, Lulu Santos, Alessandra Negrini, Antônio Pedro, Milton Gonçalves e Othon Bastos.

Produção: Lucy Barreto e Luiz Carlos Barreto

Roteiro: Leopoldo Serran, baseado no livro de Fernando Gabeira

Direção: Bruno Barreto

SEPARATA

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1) Conhecimento da vida (perfil) do entrevistado:

- 1.1. Data de nascimento
- 1.2. Local de nascimento
- 1.3. Onde reside atualmente
- 1.4. Escolaridade e Profissão/ocupação
- 1.5. Contexto familiar (estado civil, filhos, parentes)

2) Período Histórico:

- 2.2. O que foi, do ponto de vista político, a “ditadura militar” para você?
- 2.3. Quais as lembranças que você guarda deste período? Que fatos mais o marcaram?
- 2.4. Qual o significado que a ditadura militar tem pra você?

3) A família e suas relações:

- 3.1. Como se constituía sua família antes do golpe? Como ficou constituída após o golpe?
- 3.2. Como se desenvolviam suas relações familiares (pais, tios, primos, avós...)?

4) Experiência vivida:

- 4.1. Qual o grau de participação que você foi levado a ter pelo posicionamento político de seu(s) pai(s)?
- 4.2. Como você viveu toda essa situação ao passar dos anos? Como se desenvolveram suas relações sociais?
- 4.3. Como você avalia essa experiência?

5) O desaparecimento ou morte:

- 5.1. O que representou para você, nas circunstâncias em que se deu, a perda de seu pai (ou mãe)?
- 5.2. Quem foi, ou quem é, o(a) (nome do pai ou mãe)?
- 5.3. Em que medida essa experiência de violência influenciou no seu luto? (ou, no caso dos desaparecidos... Em que medida a incerteza dos fatos e a ausência de um luto materializado pela presença de um corpo rebatido na sua trajetória de vida?)

6) Quem é ***** (nome do entrevistado)?

- 6.1. Quem é você?
- 6.2. Como você se vê na sociedade?
- 6.3. Que perspectiva você traçou para sua vida?
- 6.4. Qual a sua contribuição para sua vida e para a sociedade em que vive?

7) Direitos humanos:

- 7.1. O que você entende por direitos humanos?
- 7.2. Existe respeito aos direitos humanos? O que é preciso para esses direitos serem

respeitados?

8) Conjuntura atual:

8.1. Como você avalia o trato pela questão dos mortos e desaparecidos políticos hoje?

8.2. O que pode ainda ser feito?

8.3. As ações governamentais (sejam políticas, econômicas, sociais) condizem com o ideal democrático presente no discurso governamental?

9) Finalização:

9.1. Qual seu maior sonho?

9.2. Qual sua maior felicidade?

9.3. Qual sua maior tristeza?

9.4. Por que você concordou em conceder-me este depoimento?